

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA URBANA

**ARTICULAÇÃO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:
ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.
A EXPERIÊNCIA INCOOP/NUMI-ECOSOL**

DANILO MALTA FERREIRA

São Carlos

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA URBANA

**ARTICULAÇÃO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:
ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. A
EXPERIÊNCIA INCOOP/NUMI-ECOSOL**

DANILO MALTA FERREIRA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Engenharia Urbana.

Orientação: Prof. Dr. Bernardo Arantes do Nascimento Teixeira

São Carlos
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana

Folha de Aprovação

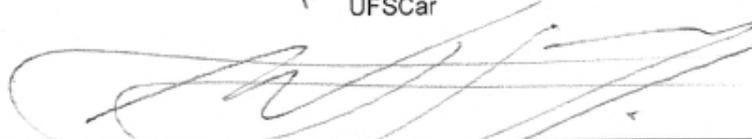
Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado do candidato Danilo Malta Ferreira, realizada em 28/02/2018:



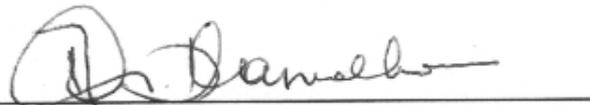
Prof. Dr. Bernardo Arantes do Nascimento Teixeira
UFSCar



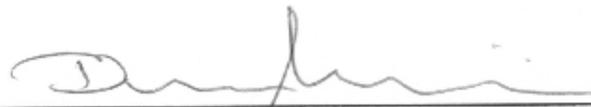
Profa. Dra. Ana Lucia Cortegoso
UFSCar



Prof. Dr. Wagner de Souza Leite Molina
UFSCar

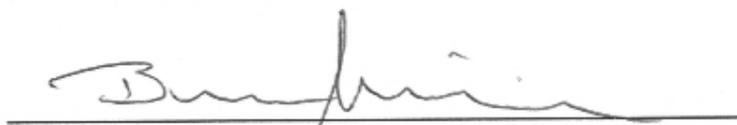


Profa. Dra. Ana Maria Rodrigues de Carvalho
UNESP



Prof. Dr. Reinaldo Pacheco da Costa
USP

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Reinaldo Pacheco da Costa e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.



Prof. Dr. Bernardo Arantes do Nascimento Teixeira

Dedico este trabalho aos trabalhadores associados
que um dia alçarão a emancipação e acesso a direitos
necessários para transformação de suas realidades

AGRADECIMENTOS

À minha família, minha mãe Aracilda, meu pai Carlos, meus irmãos Leandro e Tarcísio, pelo apoio emocional, financeiro, demais momentos difíceis durante a realização deste trabalho e pela compreensão nos momentos de minha ausência;

Ao professor Shimbo, pela orientação, pelos muitos anos que me acompanha e pelas diversas oportunidades oferecidas para aumento de meus conhecimentos profissionais e pessoais;

À professora Maria Zanin, pela orientação e apoios diversos para realização deste trabalho;

Ao professor Bernardo, pelo acolhimento da orientação formal após aposentadoria do professor Shimbo e apoios diversos junto ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da UFSCar para finalização deste trabalho e em nome de quem agradeço os demais professores e funcionários do Programa;

Aos amigos do grupo de produção de conhecimento, Callil, Hilano, Keka, Maysa, Nath e Regina, pelas rotinas de trabalho compartilhadas;

Aos amigos de república, André, Rafa, Marquinho e Tati, pelas rotinas domésticas compartilhadas e compreensão nos momentos de isolamento;

Aos diversos amigos e amores, que me acompanharam nestes últimos anos, estando próximos ou mais distantes, entre eles Amanda, Ana Elisa, André Martins, Catu, Cecília, Dagoberto, Dani, Elisa, Elisinha, Erik, Ettore, Fer Rosa, Gustavo, Hellen, Higino, Junior e Marília, Léo Menezes, Léo Guararapes, Lucy, Raíssa, Rossane, Romero e Vinícius.

Aos membros convidados para Banca de Qualificação e Defesa, professora Ana Lúcia e professor Wagner pelas contribuições dadas ao trabalho e por toda atenção dispendida;

Aos membros convidados para Banca de Defesa, Professora Ana Maria e Professor Reinaldo por terem se disponibilizado a contribuir com a pesquisa;

À Equipe do NuMI-EcoSol pelas diversas oportunidades proporcionadas para realização desta pesquisa;

Aos novos colegas de profissão e estudantes do Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF);

À CAPES, pela bolsa de Doutorado modalidade CAPES DS, entre novembro de 2014 a dezembro de 2017.

RESUMO

A superação de problemas da realidade social como a exclusão social e desigualdades estruturais implica na produção de conhecimentos pela Universidade, em especial a Universidade Pública, que articule pesquisa, ação na realidade e processos educativos. Este processo de produção necessita passar a incluir o tornar o conhecimento acessível como parte do processo de produzir conhecimento. A atuação da Universidade mobiliza diferentes conceitos e princípios a depender da concepção ou forma econômica que pretende reforçar. A Economia Solidária como concepção econômica, baseada em princípios como autogestão, cooperação e solidariedade, tem sido considerada estratégia para superação de tais problemas em uma perspectiva territorial de desenvolvimento. Esta perspectiva se difere de concepções como desenvolvimento regional, endógeno e local, que consideram o território apenas como recorte do espaço e não como protagonista ativo do desenvolvimento. E sua promoção tem relações com a produção de novos conhecimentos, algo que as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, como experiências da Universidade, começaram a fazer, atuando no campo da Economia Solidária. Esta pesquisa teve como objetivo sistematizar a experiência do Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol), sucessor da Incubadora Regional de Cooperativas Populares, da Universidade Federal de São Carlos e identificar suas estratégias gerais, condições essenciais, dificuldades e limites. As estratégias gerais da pesquisa são: 1. pesquisa pós-fato: a partir da análise de documentos e depoimentos; 2. Sistematização de experiência: construção de uma linha do tempo; 3. estudo de um caso: a experiência da atuação do NuMI-EcoSol desde sua origem em 1999 até 2014. Os resultados obtidos evidenciam a articulação entre pesquisa científica, a partir da realidade, acesso ao conhecimento mediante processos educativos e ação na realidade, tanto no âmbito de uma disciplina ofertada pelo núcleo, como nele como um todo. O núcleo também passou da incubação de cooperativas populares em diversos municípios para incubação de iniciativas de Economia Solidária tendo territórios como foco de atuação preferencial e promovendo o protagonismo dos empreendimentos, se aproximando da concepção de Economia Solidária como estratégia de Desenvolvimento Territorial.

Palavras-Chave: Economia Solidária, Abordagem Territorial de Desenvolvimento, Universidade, Articulação Ensino, Pesquisa e Extensão.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Relação entre atores do movimento de Economia Solidária.....	27
FIGURA 2 - Linha do tempo de eventos nacionais de Economia Solidária e editais da SENAES.....	28
FIGURA 3 - Pergunta e Hipótese principais e eixos de decomposição.....	41
FIGURA 4 - Pergunta e Hipótese intermediárias do eixo Articulação Pesquisa, Educação e Ação na Realidade.....	41
FIGURA 5 - Decomposição do Eixo Articulação Pesquisa, Educação e Ação na Realidade em sub-eixos.....	42
FIGURA 6 - Decomposição do sub-eixo de Educação.....	43
FIGURA 7 - Pergunta e Hipótese intermediárias sobre a disciplina ACIEPE.....	44
FIGURA 8 - Pergunta e Hipótese intermediárias do eixo Economia Solidária como estratégia de Desenvolvimento Territorial.....	45
FIGURA 9 - Estratégias gerais da Incubadora entre 1998 e 2008: Incubação de empreendimentos econômicos solidários em diferentes territórios.....	52
FIGURA 10 - Estratégias gerais da Incubadora entre 2008 e 2011: Economia Solidária como estratégia de Desenvolvimento Territorial.....	55
FIGURA 11 - Estratégias gerais previstas a partir de 2009: Consolidação de Cadeias Produtivas e Rede de Cooperação entre Empreendimentos na perspectiva do Desenvolvimento Territorial.....	57
FIGURA 12 - Estratégias gerais do Banco Comunitário Nascente a partir de 2012: acesso a finanças solidárias e outros direitos na perspectiva do Desenvolvimento Territorial.....	60
FIGURA 13 - Processo de produção de conhecimento com articulação pesquisa, ação na realidade e educação.....	63
FIGURA 14 - Linha do tempo em grande painel fixada na parede da sede do NuMI-EcoSol.....	67
FIGURA 15 - Divisão da linha do tempo em eixos.....	69
FIGURA 16 - Síntese da Produção Científica na linha do tempo.....	70
FIGURA 17 - Síntese do eixo Educação em Economia Solidária na linha do tempo.....	71
FIGURA 18 - Síntese das mudanças ocorridas nas ações na realidade social na linha do tempo.....	73
FIGURA 19 - Síntese da organização, gestão, estrutura e funcionamento do NuMI-EcoSol na linha do tempo.....	75
FIGURA 20 - Síntese das fontes de financiamento na linha do tempo.....	76
FIGURA 21 - Exemplo de programação com temas dos encontros semanais da disciplina ACIEPE ofertada no primeiro semestre de 2014.....	100
FIGURA 22 - Linha do tempo dos temas dos encontros presenciais da ACIEPE ofertada pelo NuMI-EcoSol.....	102
FIGURA 23 - Síntese da Linha do tempo da atuação do NuMI-EcoSol quanto à incubação de iniciativas solidárias.....	109
FIGURA 24 - Local de moradia dos membros da COOPERLIMP em 2007.....	110

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Projetos de ensino, pesquisa e extensão, fontes de financiamento e respectivas equipes	80
QUADRO 2 - Exemplo da Produção científica a partir da atuação no NuMI-EcoSol na cadeia produtiva de alimentação	83
QUADRO 3 - Exemplo da Produção científica a partir da atuação do NuMI-EcoSol em Ribeirão Preto	84
QUADRO 4 - Levantamento de pesquisas de doutorado e mestrado no âmbito do NuMI-EcoSol	86
QUADRO 5 - Levantamento quantitativo da produção de conhecimento do NuMI-EcoSol da origem até 2014.....	87
QUADRO 6 - Lista de opções para estudantes realizarem ação na realidade social no âmbito da ACIEPE.....	97
QUADRO 7 - Exemplo de perguntas pesquisa elaborada por estudantes na ACIEPE ofertada pelo NuMI-EcoSol e respectivos cursos.....	98
QUADRO 8 - Produção científica sobre a ACIEPE ofertada pelo NuMI-EcoSol.....	104
QUADRO 9 - Temas e perguntas de pesquisa sobre Desenvolvimento Territorial elaboradas pelos estudantes da ACIEPE.....	113
QUADRO 10 - Produção Científica do NuMI-EcoSol com Desenvolvimento Territorial no título.....	115

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Levantamento dos cursos dos estudantes de graduação que cursaram a ACIEPE ofertada pelo NuMI-EcoSol.....	95
---	----

LISTA DE SIGLAS

ACIEPE – Atividade Curricular de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão

AUGM – Associação de Universidades Grupo Montevideo

CFES – Centro de Formação em Economia Solidária

COOPERLIMP – Cooperativa de Limpeza Jardim Gonzaga Organização

CTFAT – Comitê temático de Formação e Assessoria Técnica

EAF – Entidade de Apoio e Fomento

EcoSol – Economia Solidária

EES – Empreendimento Econômico Solidário

FAPESP – Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo

IC – Iniciação Científica

INCOOP – Incubadora Regional de Cooperativas Populares

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

MADEIRARTE – Marcenaria Coletiva Autogestionária

MEC – Ministério da Educação

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NuMI-EcoSol – Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária

ONG – Organização Não Governamental

PET-EcoSol – Programa de Educação Tutorial de Economia Solidária

PNE – Plano Nacional de Educação

PNES – Plenária Nacional de Economia Solidária

PPGEU – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana

PROEXT – Programa de Extensão do Ministério da Educação

RECRIART – Grupo Reciclando e Fazendo Arte

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

TAC – Termo de Ajuste de Conduta

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNITRABALHO – Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1. ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO ACESSÍVEL COMO PAPEL DAS UNIVERSIDADES	14
1.1 Universidades na promoção da Economia Solidária como estratégia de Desenvolvimento Territorial.....	14
1.1.1 Economia Solidária como objeto de conhecimento e prática: abordagens conceituais, teóricas e experiências	15
1.1.2 Economia Solidária como estratégia de Desenvolvimento Territorial	21
1.1.2.1 Desenvolvimento Territorial como alternativa ao Desenvolvimento Regional, Endógeno e Local	24
1.1.2.2 Debate sobre território no movimento de Economia Solidária	27
1.2 Papel da Universidade como produção e acesso ao conhecimento no campo da Economia Solidária	32
1.2.1 Papel da Universidade: produção de conhecimento que se torna acessível.....	33
2. EXPLICITAÇÃO DAS PERGUNTAS DE PESQUISA, DAS HIPÓTESES PRINCIPAL E INTERMEDIÁRIAS, ESTRATÉGIA DA PESQUISA, PLANEJAMENTO DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	40
2.1 Perguntas e hipóteses principais e intermediárias.	40
2.2 Estratégias gerais da pesquisa: levantamento pós fato, sistematização de experiência e estudo de caso.	45
2.2.1 Sistematização de experiências em Economia Solidária como reflexão de práticas, princípio educativo e processo de construção coletiva de conhecimento científico.....	46
2.2.2 Caracterização do objeto empírico: NuMI-EcoSol (sucessor da INCOOP)	49
2.2.2.1 Estratégias gerais entre 1998 e 2008: Foco em incubação de cooperativas populares em diferentes municípios e atuação no movimento de Economia Solidária	50
2.2.2.2 Estratégias gerais entre 2008 e 2011: atuação preferencial em territórios e fomento ao protagonismo de empreendimentos para o Desenvolvimento Territorial.....	54
2.2.2.3 Estratégias gerais entre 2012 e 2014: fomento ao Banco Comunitário Nascente como novo protagonista para o Desenvolvimento Territorial	59
3. RESULTADOS OBTIDOS E DISCUSSÃO.....	61
3.1 Estratégias gerais, condições favorecedoras, avanços, dificuldades e limites da produção de conhecimento com articulação da pesquisa, ação na realidade social e educação em Economia Solidária. Caso: experiência do NuMI-EcoSol	62

3.1.1 Construção coletiva da linha do tempo como ferramenta para sistematização da experiência do NuMI-EcoSol.....	65
3.2 Articulação entre pesquisa, ação na realidade social e processos educativos no âmbito do NuMI-EcoSol	79
3.2.1 Oportunidades educativas, em especial a disciplina ACIEPE, articuladas com pesquisa e ação na realidade	91
3.2.1.1 A ACIEPE “Cooperativismo Popular e Economia Solidária: produção de conhecimento, intervenção profissionais e formação de profissionais”	92
3.3 Aproximação do NuMI-EcoSol com a concepção de Economia Solidária como estratégia de Desenvolvimento Territorial	106
3.3.1 Mudança de Estratégia de atuação e aproximação com a concepção de Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento Territorial	108
4. CONCLUSÕES.....	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
APÊNDICE I – Trajetória de estudantes que cursaram a ACIEPE quanto ao desenvolvimento de IC, TCC e Mestrado no âmbito da Economia Solidária.....	127
APÊNDICE II - Trajetória de membros da equipe do NuMI-EcoSol quanto ao desenvolvimento de IC, TCC, Mestrado e Doutorado	130
APÊNDICE III - Lista de ACIEPEs ofertadas no segundo semestre de 2010	136

APRESENTAÇÃO

Durante minha atuação no Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da Universidade Federal de São Carlos (NuMI-EcoSol/UFSCar), unidade acadêmica sucessora¹ do programa de Extensão Incubadora Regional de Cooperativas Populares (INCOOP), tive interesse em ingressar no doutorado no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana (PPGEU), também da UFSCar, na linha temática Gestão, Planejamento e Tecnologias aplicadas a Engenharia Urbana, com o objetivo de continuar contribuindo com a produção de conhecimentos em Economia Solidária (EcoSol) e Desenvolvimento Territorial.

Após o término da graduação em Engenharia Civil pela UFSCar em 2007, ingressei no mestrado em 2008, me aproximei do tema da Economia Solidária e passei a atuar na INCOOP como coordenador executivo de projetos. Desenvolvi dissertação sobre a atuação da incubadora, entre 2008 e 2010, em um território urbano caracterizando e analisando as estratégias gerais da inserção da EcoSol como articuladora de projetos e ações inter-setoriais na perspectiva do Desenvolvimento Territorial.

De forma conjunta ao desenvolvimento do mestrado, atuei em diversas frentes, metas e linhas de atuação da incubadora (hoje NuMI-EcoSol) e meses após o término do mestrado ingressei em uma comissão de sistematização, composta por membros do NuMI-EcoSol e criada com intuito de construir uma linha do tempo de atuação do núcleo. O processo de sistematização foi proposto, entre outros motivos, considerando que alguns membros da equipe do NuMI-EcoSol afirmavam que o núcleo realiza, desde sua origem, educação, pesquisa e ação na realidade social em Economia Solidária de forma indissociável. A linha do tempo evidenciaria então que o NuMI-EcoSol operacionaliza o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o que indicaria que ele cumpre o papel da Universidade.

No projeto de pesquisa aprovado para elaboração da pesquisa de doutorado no PPGEU, dada a lacuna de conhecimento identificada de que *não existe na literatura a sistematização da experiência de atuação da Universidade que operacionaliza o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e propõe diretrizes de Política Pública de Economia Solidária como estratégia para o Desenvolvimento Territorial*, foi proposta a seguinte pergunta de pesquisa: *Quais as possíveis relações entre Universidade, Economia Solidária como estratégia de Desenvolvimento Territorial na perspectiva de proposição de*

¹ Esta sucessão será apresentada nesta Tese.

Políticas Públicas e a Indissociabilidade entre Pesquisa, Ensino e Extensão? E a hipótese elaborada na ocasião afirmava que: *A atuação da Universidade, em especial do NuMI-EcoSol, tendo em vista a Economia Solidária como objeto de estudos, campo de atuação para diferentes tipos de profissionais, estratégia de ação na realidade social em diferentes territórios e estratégia de Desenvolvimento Territorial na perspectiva de proposição de Políticas Públicas, permitiu a operacionalização da Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.* Ou seja, ainda de forma preliminar se delimitaria o tema para avanço da pesquisa.

Na ocasião da banca de qualificação, entre diversos questionamentos feitos em relação ao andamento da pesquisa, foi questionada a utilização do princípio da indissociabilidade como conceito útil para análise da experiência do NuMI-EcoSol. Logo após este exame, tentei aprofundar o entendimento do conceito, no entanto acabei optando por não mais utilizá-lo, como havia sugerido a banca. Optei por centrar esforços no cumprimento do papel da Universidade no entendido como produção de conhecimento *que torna tal conhecimento acessível*² a quem dele necessita. As atividades institucionalizadas da Universidade - ensino, pesquisa e extensão - meios para que a Universidade cumpra seu papel são analisadas quanto as suas possíveis relações. Além disso, também tem centralidade neste trabalho a aproximação da experiência do NuMI-EcoSol a Economia Solidária como estratégia de Desenvolvimento Territorial.

² O termo “processo de produção de conhecimento” não explicita que este processo, tal como defenderei neste trabalho, tem como parte integrante *tornar o conhecimento acessível*. Para reforçar como o conceito deve ser entendido, o trecho *tornar o conhecimento acessível* é repetido diversas vezes ao longo do texto. No entanto para ajudar na fluidez da leitura, o termo aparecerá em itálico: processo de produção de conhecimento que *torna o conhecimento acessível*.

1. ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO ACESSÍVEL COMO PAPEL DAS UNIVERSIDADES

As questões que originaram esta pesquisa têm como ponto de partida o fenômeno da Economia Solidária, que vem sendo apontado por diversos autores como forma econômica alternativa à forma vigente atual e estratégica para outra concepção de desenvolvimento centrada no conceito de território. Os estudos na área da Engenharia, mais especificamente da Engenharia Urbana, pouco abordam o tema. Os que mais se aproximam e que usam termos como “Desenvolvimento” e “Território”, em geral, se referem a aspectos físicos, substrato espacial.

A pesquisa também tem como ponto de partida a compreensão sobre as Instituições de Ensino Superior, entre elas as Universidade e em especial a Univesraidade Pública, como instituição estratégica para transformação da sociedade, com ênfase em sua relevância social, para além da relevância científica e que busca maior inclusão, menor desigualdade e erradicação da pobreza. O item 1.1 refere-se à atuação da Universidade na promoção da Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento de abordagem territorial. No item 1.2 é apresentado o exame dos significados, relações e concepções dos processos necessários para que a Universidade cumpra seu papel.

1.1 Universidades na promoção da Economia Solidária como estratégia de Desenvolvimento Territorial

Para aumento da compreensão sobre o fenômeno da Economia Solidária, é importante examinar: a. o conceito de economia, formas econômicas existentes, críticas ao sistema capitalista; b. diferentes perspectivas, abordagens conceituais e teóricas existentes e, também, diferentes experiências e iniciativas econômicas solidárias em andamento. Do mesmo modo, é importante examinar os abordagens conceituais e teóricas sobre desenvolvimento e território, além de estudos e experiências sobre Desenvolvimento Territorial, entre elas as que envolvem a Universidade, em especial as experiências de algumas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

1.1.1 Economia Solidária como objeto de conhecimento e prática: abordagens conceituais, teóricas e experiências

Mesmo que haja diversidade de compreensões sobre a origem e o atual significado e importância da Economia Solidária, suas diferentes perspectivas e abordagens conceituais, teóricas, diversidade de experiências e iniciativas econômicas em andamento, é possível afirmar que se trata de uma concepção econômica suficientemente diversa de outras mais conhecidas. De modo geral, a perspectiva da Economia Solidária é contribuir para a superação de problemas da realidade social, como precarização do trabalho, a exclusão social, as intensificações das desigualdades econômicas e sociais, a pobreza, a poluição ambiental, entre outras questões que são associadas, por seus críticos, ao sistema econômico atualmente hegemônico, a Economia Capitalista.

Basicamente, de acordo com a crítica marxista, a Economia Capitalista é um sistema econômico baseado numa distinção entre proprietários privados dos meios de produção e os que não possuem estes meios, e que, portanto, precisam vender sua força de trabalho, se tornando assalariados³. Tal economia é orientada para o mercado, o qual busca atender. Segundo o método marxista, o lucro seria a base deste sistema em que os donos dos meios de produção se apropriam da chamada mais-valia, a diferença entre valor final de uma mercadoria produzida, o valor dos meios de produção e o valor do trabalho. Surge como modo de produção no século XVI sob a forma de manufatura, quando os proprietários, sem serem produtores diretos de mercadorias, passam a participar do processo de produção destas. (SINGER, 1979). Trata-se de uma forma econômica hegemônica que chega a ser confundida como sinônimo de Economia. No entanto, há uma diversidade de divergências e conflitos em torno do conceito de Economia. Estas divergências se relacionam com as diversas formas econômicas existentes, a relação entre as formas coexistentes, as formas possíveis e as possibilidades de surgimento de novas ou transição entre essas formas.

Uma dessas divergências é a que existe entre a concepção formal e a concepção substantiva do conceito. A concepção formal de Economia é similar à concepção do senso comum e se aproxima da definição de alocação de bens escassos e é identificada com sua forma de mercado. Já na concepção substantiva (POLANYI, 1968 apud MACHADO, 2012), há a compreensão de um processo de interação social entre seres humanos e entre eles e o ambiente natural que os rodeiam. Este processo resulta em contínua oferta de meios para

³ Não é o foco deste trabalho o exame do funcionamento do Sistema Capitalista, mas apenas considerar posições de alguns dos seus principais críticos.

satisfazer as necessidades humanas sem, no entanto, se resumir a mercado e à lógica mercantil. Segundo França-Filho (2007), a concepção substantiva se relaciona com a concepção aristotélica de economia e também com a etimologia da palavra. Economia vem da palavra grega “óikos” e remete à ciência da boa gestão da casa ou das condições materiais de existência.

Na compreensão de Polanyi (1957), a Economia Capitalista, com base na concepção formalista, separou a economia das demais relações sociais por meio de um mito que é conceber “Economia” como sinônimo de mercado e como única forma possível de desenvolvimento social. A chamada economia mercantil, se dá em função do preço que é autorregulado pela oferta e pela demanda, propiciando relações impessoais e utilitaristas. Para o autor, o maior problema foi a transformação da terra, do trabalho humano e do dinheiro em mercadorias a serem comercializadas, o que estaria no centro dos problemas associados à economia capitalista. O autor identifica outras duas modalidades de economia além da mercantil: 1. Não mercantil - em que o Estado concentra e distribui riquezas, mantendo assim uma relação verticalizada e; 2. Não monetário - que é a lógica da dívida com relações horizontalizadas e que contribui para a melhoria dos laços sociais. Com base nas três modalidades, o autor defende a perspectiva da chamada Economia Plural e o controle desta por parte da sociedade organizada democraticamente.

Em relação às perspectivas e abordagens conceituais de Economia Solidária, é possível encontrar na literatura descrições, análises e debates sobre seus princípios e valores fundamentais, principalmente a autogestão, a cooperação e a solidariedade. A autogestão pressupõe que os trabalhadores de um empreendimento tenham a posse dos meios de produção, tenham um processo de tomada de decisão democrática, com a busca do consenso e o voto (um voto por pessoa) quando houver necessidade, tenham divisão de trabalho mais equilibrada, compartilhamento dos ganhos e das perdas, entre outros. Já o princípio de cooperação contrapõe à noção de competição. Ao cooperar, os trabalhadores se associam em torno de objetivos comuns e deixam de competir entre si. A solidariedade é um conceito que, fora do âmbito da EcoSol, costuma ser entendido com viés caritativo, pressupondo a manutenção da relação entre desiguais. Mas no âmbito da EcoSol assume carga simbólica e subjetiva, destacando o princípio da igualdade entre as pessoas, com respeito à diversidade e passa a remeter à ideia de co-dependência social (AMORIM, 2010). Participação, centralidade no trabalho e no ser humano, cooperativismo popular são exemplos de outros conceitos debatidos na literatura sobre Economia Solidária.

Em relação às perspectivas e abordagens teóricas sobre Economia Solidária é possível encontrar na literatura, tanto entre os autores favoráveis, quanto entre os autores críticos, diversas compreensões teóricas sobre o fenômeno. Em uma primeira vertente de compreensão, Pinto (2004) afirma que a Economia Solidária tem origem entre os trabalhadores que, ao ingressarem em empreendimentos coletivos agregando recursos próprios, o fazem devido às restrições de acesso à economia formal ou permanência nela em situações precárias. Os autores Pitaguarí e Câmara (2010) têm compreensão similar, afirmando que a Economia Solidária aparece como resposta às contradições do modo de produção capitalista que priva os trabalhadores dos meios de produção e os submetem ao assalariamento ou ao desemprego. Afirmam ainda que considerando que o mundo está sob uma das maiores crises cíclicas da história, que amplia a indignação da população e sua desesperança em se inserir no mercado capitalista, entidades do poder público e da sociedade civil vêm desenvolvendo árduo trabalho para geração de trabalho e renda para a população excluída dentro do que, para estes autores, é a Economia Solidária. Esta primeira vertente de compreensão teórica entende a Economia Solidária como compensação das crises do sistema capitalista.

Gaiger (2014) questiona esta primeira vertente ao afirmar que a Economia Solidária não é oriunda exclusivamente de um fenômeno sazonal e relativa às flutuações da economia de mercado. Este autor defende que os empreendimentos solidários constituem formas consistentes de vida econômica, não como compensação do modo vigente e suas crises, mas como via de combate a ele e em defesa de novas formas de vida econômica dotada de outros fundamentos.

Em uma segunda vertente de compreensão da Economia Solidária, autores apresentam críticas a Economia Solidária baseados principalmente nos escritos de Marx. De acordo com Germer (2009), a Economia Solidária é um sintoma de recesso momentâneo da consciência de classe do proletariado que tem espaço ocupado por ideologias pequeno-burguesas, visto como fenômeno positivo por organismos internacionais, devido seu potencial em neutralizar o ímpeto revolucionário desta classe. De acordo com Menezes (2007), a Economia Solidária tem sido formulada por expressivos intelectuais da esquerda, que por mais que tenham participado da resistência contra a ditadura militar no Brasil, são agora participantes do que a autora considera um projeto político conciliador e funcional à lógica neoliberal. Para Gaiger (2013), a Economia Solidária recebe, com frequência, críticas vindas de teses e categorias da economia política marxista, sobretudo, de sustentação ideológica e programática. O autor

alerta sobre o risco do elevado grau de finalismo, próprio das ideologias, e compreende que tais críticas surgem principalmente sobre formulações mais audaciosas como a que afirma que a Economia Solidária é um novo modo de produção não capitalista. Segundo o autor, estas formulações audaciosas são compreensões da Economia Solidária tanto dos críticos, quanto de alguns autores favoráveis a Economia Solidária e que incorrem em insuficiente explicitação conceitual e teórica.

Em uma terceira vertente de compreensão teórica, Singer e Souza (2000) afirmam que a Economia Solidária surge como modo de produção e distribuição alternativa ao capitalismo e que a primeira se parece com um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias, mas é uma síntese de ambas que as superam. Para Singer (2002), a economia solidária é outro modo de produção, com princípios como propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Os empreendimentos associativos se constituem numa forma social de produção que historicamente se desenvolve contestando a organização capitalista do trabalho. Gaiger (2013) discorda ao afirmar que se trata de uma transformação social de longo prazo e não um novo modo de produção colocado em marcha, defendendo que o possível papel da economia solidária está em comprovar que em termos de desenvolvimento das forças produtivas, a autogestão não é inferior à gestão capitalista. Este autor ressalta ainda que esta nova “forma social de produção” tem a tendência de se abrigar, de forma contraditória, sob o modo de produção capitalista.

Lavile (1994) defende que a Economia Solidária articula as três modalidades de economia (mercantil, não-mercantil, não monetária) na perspectiva de uma Economia Plural, nos termos de Polanyi (1957). Afirma ainda que a Economia Solidária se constitui como conjunto de atividades econômicas com lógica distinta do mercado capitalista e do estado. Afirma que a economia capitalista é centrada no capital, no acúmulo, nas relações competitivas e no interesse individual; já o Estado detém uma autoridade centralizada e propriedades institucionalizadas; enquanto a Economia Solidária está centrada em fatores humanos, na reciprocidade e nas formas coletivas de propriedade.

França-Filho (2006) apresenta uma concepção de Economia Solidária como via sustentável-solidária de desenvolvimento em detrimento de uma via insercional-competitiva. Para este autor, a Economia Solidária está pautada na construção de estratégias territoriais de desenvolvimento em torno do fomento de outra dinâmica econômica.

Este debate em torno da Economia Solidária é recente, de grande complexidade e com relevante grau de diferenças entre as posições dos diferentes autores. Além dos conceitos e

teorias, existe grande diversidade de experiências de Economia Solidária em andamento.

Com um rápido levantamento da literatura é possível perceber que as iniciativas econômicas solidárias estão em diferentes etapas de uma cadeia produtiva como produção, distribuição, comercialização, consumo e iniciativas de finanças solidárias. Entre as iniciativas de produção existem empresas recuperadas pelos trabalhadores, agroindústrias familiares, cooperativas habitacionais autogestionárias e organização econômica de comunidades tradicionais como quilombolas, indígenas, ribeirinha, entre outros. Em distribuição e comercialização encontram-se redes de empreendimentos, grupos e clubes de troca, mercados de trocas com ou sem uso de moeda social, centrais de comercialização e iniciativas de comércio justo. Em relação ao consumo existem cooperativas de consumo solidário e em relação a finanças solidárias existem organizações e grupos de crédito solidário, bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos e as cooperativas de crédito solidário. Também é possível encontrar cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo e grupos culturais solidários. (GOMES *et al.*, 2002)

A Economia Solidária constitui-se como um movimento que vem se fortalecendo nestes últimos anos por meio da organização popular que reúne diversos atores sociais, que podem ser classificados em: iniciativas econômicas solidárias, gestores públicos e entidades de apoio e fomento (EAF). Existem diversos tipos de iniciativas econômica solidárias: cooperativas de trabalho que podem ser de produção ou de serviços (as cooperativas constituem a principal forma de empreendimento econômico solidário existente), coletivos informais e associações que não necessariamente mantêm relações comerciais. Entre os gestores públicos, na esfera federal, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) tem o objetivo de promover diversas atividades de apoio à Economia Solidária em todo o país. As esferas estaduais e municipais contam com setores, departamentos ou mesmo secretarias, porém cada localidade de uma forma própria, dependendo do projeto político e da importância dada à Economia Solidária em cada região. As EAFs são organizações civis sem fins lucrativos, públicas ou privadas, que realizam ações de apoio e fomento direto às iniciativas econômicas solidárias, seja por meio de capacitação, assessoria técnica e de gestão. Existem os articuladores em EcoSol que consistem em estruturas de coordenação de redes, centrais de cooperativas, feiras e fóruns de Economia Solidária (CORTEGOSO E SHIMBO, 2005).

Entre as EAFs existem as Universidades que têm como expoente de fomento à Economia Solidária as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). Em

1996, influenciada por uma concepção de extensão como “transferência de tecnologia” e a partir das experiências de incubadoras de empresas de base tecnológica, de viés capitalista, surge a incubadora tecnológica de cooperativas populares na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Esta incubadora surge com intuito de promover empreendimentos cooperativos populares do entorno do campus universitário. Com a difusão da metodologia desta primeira incubadora, outras começaram a se organizar em outras Universidades. A partir de 1998 formou-se, até então com seis incubadoras, a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (a rede de ITCPS). Atualmente (2017), existem duas redes universitárias de incubadoras de cooperativas populares no país, a Rede de ITCPS e a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Rede UNITRABALHO)⁴. (VECHIA *et al.*, 2011)

As ITCPS divergem das incubadoras de empresas, não apenas pelo tipo de iniciativas que fomentam, mas pelo tipo de forma econômica que reforçam. Aquelas têm intuito de fomentar a Economia Solidária enquanto estas estão interessadas em reforçar a forma econômica de mercado capitalista e fazem isto a partir de um esforço para “incluir” um público já incluído socialmente, em geral, profissionais graduados. Para isto, oferecem um conjunto de instrumentos, tecnologias, conhecimentos desenvolvidos pelas Universidades para fomento de empresas nascentes. É fato que avançam em relação ao tipo de atuação da Universidade, porém atuam a partir da Universidade prestando serviços a empresas incubadas, com foco na geração de emprego, renda e na promoção de ambientes empreendedores e inovadores. Já as ITCPS, a partir da atuação na realidade social fazem assessoria com foco na geração de trabalho coletivo e renda, mas também atuam para além dos empreendimentos, fomentando a cooperação entre empreendimento e outros atores dentro de territórios.

Esta pesquisa tem como objeto empírico uma ITCP, inicialmente chamada de Incubadora Regional de Cooperativas Populares (INCOOP) e hoje institucionalizada na Universidade Federal de São Carlos como Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol)⁵.

Os debates relacionados aos conceitos, abordagens teóricas e experiências em andamento de EcoSol sugerem várias questões. Entre algumas lacunas de conhecimento, a partir deste contexto apresentado, estão as possíveis relações entre a EcoSol e outras diversas formas de Economia; vantagens e desvantagens de cada modelo e fundamentos conceituais,

⁴ Até o ano de 2010 a Rede de ITCPs possuía 42 incubadoras filiadas e a Rede UNITRABALHO contava com 92 universidades e instituições de ensino vinculadas em todo o país (BOTELHO *et al.*, 2016).

⁵ Doravante chamado de NuMI-EcoSol, exceto em casos que se examina o nome da INCOOP. No entanto, entre 1998 e 2011 havia a INCOOP e de 2011 em diante, o NuMI-EcoSol.

teóricos e experiências que dão suporte as diferentes economias; aplicação dos métodos das diversas correntes econômicas (escola clássica e neoclássica, marxismo, escola keynesiana) à EcoSol; verificação da operacionalização dos princípios e valores da EcoSol nas experiências; motivações pelas quais as pessoas resolvem entrar em um EES; oscilação da EcoSol em função das crises do capitalismo; mapeamento das posições de diversos outros intelectuais quanto a EcoSol; análise das experiências mais exitosas.

Uma lacuna em específico, se refere à contribuição da EcoSol não apenas para membros de iniciativas econômicas solidárias, mas também para o desenvolvimento do território em que estas estão inseridas, ou seja, se refere à EcoSol como estratégia de Desenvolvimento Territorial. Para aumento da compreensão sobre esta concepção da Economia Solidária é necessário examinar os conceitos e as abordagens sobre desenvolvimento e território.

1.1.2 Economia Solidária como estratégia de Desenvolvimento Territorial

A concepção de Economia Solidária como estratégia de Desenvolvimento Territorial é uma das centralidades deste trabalho. Para aumento da compreensão dos fundamentos conceituais e teóricos sobre desenvolvimento e território, será apresentado o debate da literatura sobre o tema.

Existe uma vasta quantidade estudos, artigos, publicações, teses, teorias, posições, enfoques e abordagens sobre o desenvolvimento. Tamanha quantidade de conhecimento produzido sobre o tema chega a inviabilizar o seu acompanhamento completo, por parte de quem se interessa. Uma característica do conceito se relaciona com sua capacidade de transformação.

O conceito de desenvolvimento já sofreu diversas metamorfoses, e tudo indica que essa capacidade de transformação e de adaptação aos diferentes enfoques é uma de suas principais características, responsável pela sua vitalidade e longevidade como um conceito-chave, ao lado do qual já perfilaram os mais diferentes adjetivos. (SIEDENBERG, 2008, p. 160)

O termo desenvolvimento aparece na literatura, na maioria das vezes, como um termo vago. Para superar isto, costuma vir acompanhado de uma vasta gama de adjetivos para melhor defini-lo ou trazer alguma identidade para o uso ou significado. Alguns exemplos: desenvolvimento econômico, global, local, tecnológico, social. Por muito tempo, desenvolvimento levou em consideração apenas a dimensão econômica e até hoje é seu

significado mais próximo ao senso comum, desenvolvimento como sinônimo de desenvolvimento econômico.

O conceito de desenvolvimento é anterior à Idade Moderna e já se referiu a um processo de revelação gradual, a mudanças sequenciais que ocorrem em estágios pré-definidos e inevitáveis, concepções diferentes de um sentido que passou a ter após a II Guerra Mundial. Dentre diversos fatores que contribuíram para isto, vários autores citam o discurso de posse Harry Truman, como presidente dos EUA em 1949, em que considerou dois tipos de países, os mais e menos economicamente avançados, chamando os menos avançados de subdesenvolvidos (PERAFÁN, 2007; SIEDENBERG, 2008). Também segundo Furtado (1983), apenas após a II Guerra Mundial, os países mais pobres passam a buscar padrões de vida iguais aos dos países mais ricos. É neste período que o termo (desenvolvimento) assume posição de destaque no cenário político e nos trabalhos acadêmicos.

A concepção de desenvolvimento que será considerada nesta pesquisa para verificar se a experiência em estudo se aproxima, tem como foco o conceito de Território. Quais seriam os estudos sobre a abordagem territorial de desenvolvimento nas engenharias, mais especificamente na Engenharia Urbana e no Programa de Pós-graduação em que esta pesquisa se insere? O programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana da UFSCar surgiu em 1994 apenas com o mestrado, sendo que o doutorado foi implantado em 2006. No site do Programa é possível encontrar dissertações somente a partir de 2006 (e teses a partir de 2011), sendo que até 2017 foram defendidas 229 dissertações e 32 teses.

Entre estas 261 pesquisas, são 56 pesquisas em que o termo “Desenvolvimento” aparece, seja no título ou no resumo, sendo que não foram considerados casos como “desenvolvimento da pesquisa” ou “desenvolvimento de um método”, mas casos como desenvolvimento municipal, local, territorial, econômico, social e humano. O termo “desenvolvimento sustentável” é o mais recorrente, está em 11 trabalhos. De acordo com Melo e Martins (2008) entre as dimensões do desenvolvimento sustentável estão as dimensões social, cultural, política, econômica e ambiental. Entre as pesquisas do PPGEU há sete em que aparece a dimensão econômica (desenvolvimento econômico), cinco com a social e duas com a ambiental. Não há pesquisas com as dimensões cultural e política. Relacionada à dimensão ambiental há dois trabalhos em que aparece o termo “desenvolvimento limpo” e outros dois em que aparecem “desenvolvimento de baixo impacto”. Há um outro conjunto de trabalhos em que há destaque para o aspecto espacial do desenvolvimento. Há 14 pesquisas com “desenvolvimento urbano” e apenas um com “rural”. Trabalhos com “desenvolvimento de

idades” são quatro e “municipal” são dois trabalhos. Há ainda dois trabalhos em que aparece “desenvolvimento de campus universitário”, três com “desenvolvimento institucional”, seis com “desenvolvimento local”, um com “regional” e um com “nacional”. Ainda neste aspecto relacionado ao espaço há oito trabalhos com “Desenvolvimento Territorial”. Este último se relaciona com o tema desta pesquisa assim como dois outros trabalhos em que aparecem o termo “banco comunitário de desenvolvimento”, um tipo de empreendimento de EcoSol. Por fim ainda aparecem cinco trabalhos com “desenvolvimento humano” e um trabalho com cada um dos termos “desenvolvimento de infraestrutura e tecnologia”, “desordenado”, “desequilibrado” e “integrado”.

Já para o termo “Território” e correlatos como “Territorial” e “Territorialidade”, entre as 261 pesquisas do PPGEU apenas em 36 os estão presentes, seja também no título ou no resumo. Há quatro áreas em que os trabalhos estão categorizados: Geotecnia, Transportes, Saneamento e Urbanismo. Nas três primeiras áreas os termos aparecem em dez pesquisas e todas os termos aparecem uma única vez no resumo. “Territorial” aparece como adjetivo de ordenamento, planejamento, ocupação, gestão, desenvolvimento e cenários, ou seja, ordenamento territorial, planejamento territorial etc. E também é possível encontrar “municípios desse território”, território de certa extensão” e “território nacional”. A hipótese é que estes trabalhos não apresentam fundamentação conceitual sobre estes termos e que são pesquisa que se atem somente ao aspecto físico-territorial. Já na área de Urbanismo de 22 pesquisas em que os termos aparecem, em seis eles estão também no título. Entre as 22 pesquisas, em onze ocorre como nas outras áreas em que os termos aparecem uma única vez no resumo. Nestes trabalhos a hipótese é que há alguma fundamentação conceitual. São indicadas as dimensões econômica, espacial e social do território, os moradores e atores dos territórios, o aspecto da segregação, territórios em desvantagem etc. No entanto, vale a mesma hipótese de que também nestes trabalhos predomina o aspecto físico-território, como porção da superfície terrestre. Somente em duas dissertações aparecem o termo territorialidade indicando a possibilidade de ação e transformação também como aspecto do conceito de território.

Perafán (2007), faz uma contextualização histórica das diversas teorias econômicas e que se relacionam com o conceito de desenvolvimento. Nos interessa, a partir dos elementos desta contextualização, identificar elementos da Abordagem Territorial de Desenvolvimento e no que esta se diferencia de concepções como Desenvolvimento Regional, Endógeno e Local, por serem muitas vezes consideradas como sinônimas.

1.1.2.1 Desenvolvimento Territorial como alternativa ao Desenvolvimento Regional, Endógeno e Local

Todas estas quatro concepções de desenvolvimento (Territorial, Regional, Endógeno e Local) são continuações de outros modelos de desenvolvimento. O desenvolvimento regional é uma concepção da esteira da chamada Teoria da Modernização, uma das teorias da Economia do Desenvolvimento e esta, por sua vez, surgiu a partir do término da Segunda Guerra Mundial como uma subdisciplina da Teoria Econômica. A Economia do Desenvolvimento surge baseada nas ideias de crescimento e industrialização que ajudam a construir os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento. O objeto de estudo dessa subdisciplina foi justamente a economia subdesenvolvida. Isto segundo economistas mais ortodoxos que afirmavam não serem necessários métodos analíticos diferentes para diferentes países. Já economistas contrários apontavam a necessidade de negar a premissa de uma monoeconomia dada a diferenças entre países, sobretudo entre países industrializados e não industrializados.

Havia uma corrente entre os autores da Teoria da Modernização que defendia que o crescimento deveria ser desequilibrado, em oposição aos autores que defendiam o crescimento equilibrado. No crescimento desequilibrado, avanços de um determinado setor levaria outros a tentar alcançá-los de forma encadeada. Surge então a noção de polos de crescimento, aglomerações territoriais em que organizações se beneficiariam mutuamente, o que contribuiu para reformulação de teorias de localização. Esta é a concepção de Desenvolvimento Regional e sua estratégia prevê, basicamente, o planejamento por meio do Estado com mecanismos econômicos para criação de polos de crescimento. Futuramente se percebe que tais polos vão concentrar desenvolvimento, com regiões mais e outras menos desenvolvidas economicamente. (PERAFÁN, 2007)

A partir desta concepção de Desenvolvimento Regional, o espaço passa a ter maior relação com as teorias de desenvolvimento. E isto ocorre em duas correntes de pensamento, a primeira mais ortodoxa que considerava que os espaços são homogêneos, que a concorrência é ou pode ser perfeita. A outra corrente, rival da primeira, é a teoria da dependência, do centro-periferia e do intercâmbio desigual elaborada por estruturalistas e neomarxistas. Esta segunda corrente evidencia que na divisão internacional do trabalho os países da periferia dependem do centrais. Na relação entre as duas correntes surge a questão quanto ao potencial papel do Estado nas economias locais. Isto abre caminho para as teorias de crescimento endógeno.

Endógeno é um termo vindo da botânica e que tem o sentido de algo que se origina de dentro. Os autores do crescimento endógeno defendem o papel dos agentes econômicos locais nas tomadas de decisão para maximização de ganhos, poupança e investimento no que chamam de aproveitamento do potencial endógeno. Cada região ou nação deve se responsabilizar pelo seu próprio crescimento. No entanto com ressalvas quanto ao papel do Estado, que não deve intervir diretamente na economia, mas somente garantir o bom funcionamento do mercado, fazer modificações apenas quando necessário e contribuir para criar um ambiente econômico atrativo. Esta concepção influenciou as teorias de desenvolvimento endógeno que alguns autores chamam de desenvolvimento local.

A passagem da concepção de crescimento endógeno para desenvolvimento endógeno se dá a partir da percepção do território como lugar em que há uma rede de atores econômicos e que estes devem promover o desenvolvimento, de baixo para cima. Cada território tem sua singularidade e potencial endógeno, o que inviabiliza a padronização de proposta de desenvolvimento, que deve ocorrer a partir dos vários elementos do território: sistema produtivo, mercado de trabalho, capacidade empresarial, tecnologia, recursos e infraestrutura. São exemplos de experiências desta concepção de desenvolvimento os novos distritos industriais, os meios inovadores, os *clusters* e os sistemas produtivos locais. As divergências de outros autores apontam para tendência polarizante destas experiências com a concentração de recursos nos territórios mais desenvolvidos.

Entre diversas correntes que desenvolvimento endógeno (ou local), surgem percepções que consideram o território não como um pressuposto, como algo dado, *a priori*, mas como protagonista ativo e produto das ações baseadas nas relações entre os atores. O próprio Território tem caráter de ator e não só de receptor de decisões em um processo evolutivo de construção, em permanente movimento. O território tomado como protagonista significa que os moradores e cidadãos do território devem ser protagonistas do desenvolvimento, o que propicia, para além da renda e dos ganhos econômicos, a participação e a autonomia dos mesmos. É a partir desta concepção que surge a ideia de Desenvolvimento Territorial. (PERAFÁN, 2007)

De acordo com Becker (1983), o conceito de território é relacionado ao domínio, apropriação, identidade, pertencimento de uma porção da superfície terrestre, que é espaço de exercício de um poder, condição necessária na busca do desenvolvimento. Território é entendido não mais apenas como espaço próprio do Estado-Nação, mas também como possibilidade de exercício dos diferentes atores sociais, podendo haver manifestação do poder

de cada um sobre um local ou região. No entanto, não se negligencia a importância dos Estados e territórios nacionais, como o fazem a ideologia da globalização e a do localismo estrito.

A abordagem territorial do desenvolvimento prevê a reestruturação do conjunto de políticas públicas e do sistema de gestão do Estado, a descentralização a partir da democracia participativa. Buscam-se, a partir de então, novos referenciais para a orientação dos modos de representar, agir e fazer. Há a transformação do território em instrumento, tecnologia, meio de gerar trabalho e renda, potencial de articulação com novos atores, estabelecimento de novas relações de poder e novas redes sociais baseadas em relações de parceria.

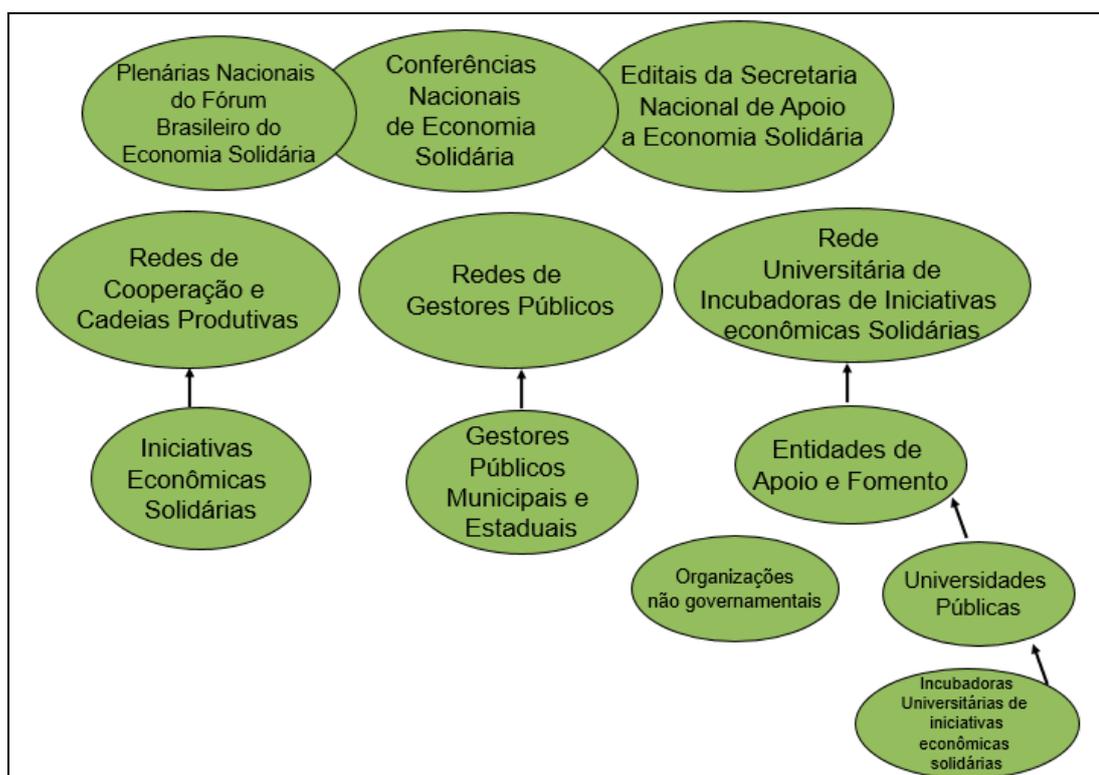
Com posicionamento crítico em relação ao conceito de globalização, o conceito de Desenvolvimento Territorial trata de uma forma alternativa de desenvolvimento, que foca nas particularidades de cada lugar em detrimento do pensamento que pretende globalizar, e implicitamente homogeneizar hábitos e culturas de todos os territórios.

Existem diversos estudos sobre Desenvolvimento Territorial na literatura. Em Sayago (2007), território é concebido como espaço delimitado, com fronteira e não há aprofundamento conceitual que permita identificar relação com o conceito de desenvolvimento. Freitas *et. al* (2013) relaciona o Desenvolvimento Territorial com as políticas públicas e analisa o papel do Estado nesta relação para criação de condições favoráveis e a descentralização das decisões nos territórios. Rambo e Filippi, (2009), fazem um histórico das concepções clássicas à abordagem territorial de desenvolvimento para examinar experiências de Agricultura Familiar.

Diversos também são os estudos e experiências que relacionam a EcoSol e esta concepção de desenvolvimento que envolve o conceito de território. Costa (2011), por exemplo, estuda sistemas locais de inovação em Economia Solidária os indicando como embriões de processos de Desenvolvimento Territorial. O autor aponta como papel da EcoSol a promoção da inovação, debate público, a cooperação entre os EES e o compromisso com território o que chamou de dinâmicas territoriais de desenvolvimento. E há diversos estudos empíricos e examinam a Economia Solidária em diversos territórios, como Mariani e Fischer (2014) que examinam os processos de territorialidade dos EES do sistema de turismo em Corumbá, MS. O movimento de EcoSol também começou a tratar deste tema, como pode ser observado a seguir.

1.1.2.2 Debate sobre território no movimento de Economia Solidária

Primeiramente, para identificar a evolução dos conceitos de território, territorialidade e abordagem territorial no movimento de EcoSol é importante retomar seu modo de organização. Os atores do movimento, que são as iniciativas econômicas solidárias, os gestores públicos e as entidades de apoio e fomento, se articulam cada qual em redes, como pode ser observado na Figura 1.

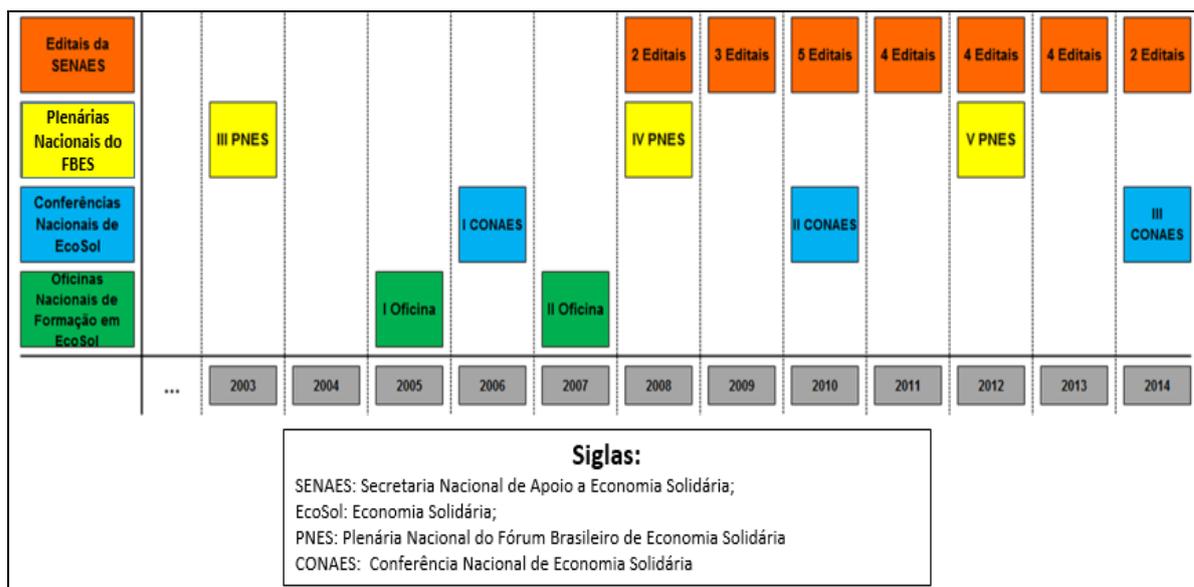


Fonte: Elaborado pelo autor

FIGURA 1 - Relação entre atores do movimento de Economia Solidária

As iniciativas econômicas solidárias, ao invés de competirem entre elas, cooperam na perspectiva de consolidação de cadeias produtivas e rede de empreendimentos. Existe uma rede de gestores públicos de Economia Solidária e uma rede universitária de incubadoras, a rede de ITCPS. Estes atores e redes constroem e participam de eventos municipais, regionais, estaduais e nacionais de Economia Solidária que são Plenárias Nacionais do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (espaço de articulação do movimento), Oficinas de Formação e Conferências Nacionais de Economia Solidária (espaços de proposição de políticas públicas da sociedade). A Secretaria Nacional de Apoio a Economia Solidária (SENAES), como uma das formas de fomento a Economia Solidária, seleciona e financia ações por meio de editais de chamada pública.

Os termos território, territorialidade, abordagem territorial e Desenvolvimento Territorial começam a surgir no movimento de Economia Solidária e aparecem em documentos das Plenárias Nacionais, das Oficinas de Formação e Conferências Nacionais e em editais de chamada pública da SENAES. Para aumento da compreensão da evolução da publicação dos documentos dos eventos nacionais e editais da SENAES foi construída a linha do tempo que pode ser observada na Figura 2.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Editais da SENAES e publicações do movimento de EcoSol
 FIGURA 2 - Linha do tempo de eventos nacionais de Economia Solidária e editais da SENAES

A primeira menção ao termo território está no relatório final da “II Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária” ocorrida em 2007. No entanto, não é explicitado qual a concepção de território adotada, apenas é possível perceber relação do conceito com identidade e desenvolvimento. No Relatório final da “IV Plenária Nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária”, publicado 2008, o termo território também é mencionado sem a explicitação do conceito. No “Edital de Chamada Pública da Secretaria Nacional de Apoio a Economia Solidária, nº003 de 2009”, no item referências conceituais, é mencionado que o novo modelo de desenvolvimento deve ter como um dos elementos fundamentais a territorialidade, no entanto sem explicar o que se entende por este conceito. Entre as Estratégias de articulação da Política Nacional de EcoSol, presente no documento final da “II Conferência Nacional de Economia Solidária”, realizada em 2010, há dois itens (entre os 162 do documento) referentes ao conceito de território. No item 130 há menção do termo territorialidade que é apresentado como conhecer, envolver atores e planejar o território que devem servir para confrontar projetos insustentáveis na região. No item 131 é

mencionado que os critérios de territorialidade (aparentemente como concepção de delimitação de territórios) devem ir além do índice de Desenvolvimento Humano e considerar a dimensão cultural, ambiental, povos tradicionais e potencialidades para a Economia Solidária.

Em 2011, no “Edital de Chamada Pública da Secretaria Nacional de Apoio a Economia Solidária, nº002 de 2011” é feita a primeira explicitação do conceito de território: espaço físico definido a partir de critérios multidimensionais. O conceito de território é explicitado para apontar características da abordagem territorial do desenvolvimento. A abordagem territorial, segundo o documento, não é apenas escala, envolve um método para o desenvolvimento, visa potencializar a Economia Solidária articulando ações nos territórios na perspectiva de uma visão integradora dos espaços. No “Edital de Chamada Pública da Secretaria Nacional de Apoio a Economia Solidária, nº004 de 2012” é indicado a abordagem territorial como avanço e há uma clara separação entre: 1. Abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento e; 2. Território como unidade básica para pensar políticas públicas.

O último documento analisado foi o relatório final da “V Plenária Nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária”, realizado em 2012. Neste relatório, território e territorialidade aparecem como orientações políticas do movimento. Uma questão colocada pelo documento é: Quais as abordagens territoriais e quais os critérios para definição de territórios de atuação na Economia Solidária, visto que algumas políticas públicas setoriais indicam certos territórios ou áreas de atuação e nem sempre faz sentido utilizar o mesmo recorte para atuação em Economia Solidária. É apresentado o conceito de território como local da construção da autogestão para além dos empreendimentos, tentando identificar outros atores nos territórios para além da Economia Solidária, mas que contribuam para sua consolidação. O território fortalece sua identidade identificando parceiros e adversários, fazendo resgate histórico de suas tradições e articulando atores atuais em ações práticas coletivas na perspectiva de proposições de diretrizes de políticas públicas de Economia Solidária feita pelos territórios e não apenas feita por empreendimentos isolados ou por redes de iniciativas.

Esta evolução em torno do conceito de território ocorre tendo como referência a literatura e experiências em andamento que relacionam Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial. Além disto, este acúmulo ocorrido nos eventos e documentos do movimento também impacta o avanço do debate na literatura, realização de novas

experiências e impactos em experiências existentes. A Política Pública de EcoSol, passou a indicar eixos de atuação (finanças solidárias; formação e assessoria técnica; produção, comercialização e consumo etc.), segmentos populacionais preferenciais de atuação (mulheres, pessoas em desvantagem social, catadores, jovens etc.) na perspectiva do Desenvolvimento Territorial.

Contudo, o conceito de Desenvolvimento Territorial trata de uma abordagem não hegemônica de desenvolvimento, defendido neste trabalho como sendo viável por meio da inserção da Economia Solidária como outra forma de conceber a produção, comercialização, consumo, distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano. A contribuição deste conceito para Economia Solidária indica a possibilidade de construção da autogestão para além das unidades produtivas e iniciativas econômicas solidária, na perspectiva de integração destes empreendimentos, consolidando cadeias produtivas solidárias e redes de cooperação.

Outro aspecto da contribuição do conceito vem da atuação de iniciativas dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento que, entre outras ações, concedem créditos com base em relações de confiança e solidariedade. Este tipo de iniciativa não tem como propósito seu crescimento e aumento de retorno financeiro, mas o atendimento das demandas de pessoas de dado contexto territorial, em geral um bairro e seu entorno. O crescimento de sua atuação inviabilizaria a manutenção de sua lógica de concessão de crédito pelo fato de passar a necessitar de mecanismos mais impessoais para dar funcionalidade ao sistema, ou seja, sendo viável apenas em um dado contexto territorial de pequena escala. A perspectiva para grande escala seria a proliferação de diversos bancos comunitários de desenvolvimento em vários territórios.

Diferentes atores desenvolvem papel importante para consolidação da EcoSol como estratégia de Desenvolvimento Territorial. Existem ações de governos que fomentam a relação entre Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial. Segundo Moya (2013), a perspectiva da Economia Solidária como estratégia de Desenvolvimento Territorial é um dos escopos de atuação da SENAES/MTE.

Entre algumas lacunas de conhecimento identificadas quanto à relação entre EcoSol e Desenvolvimento Territorial estão: a origem das pesquisas científicas, em especial aos realizadas no PPGEU; a motivação para o uso dos termos território e desenvolvimento nas pesquisas; estratégias de desenvolvimento baseadas nos diferentes tipos de economia; relação da EcoSol com a Economia do Desenvolvimento, seu processo histórico e com o

desenvolvimento regional, endógeno e local; origens do Desenvolvimento Territorial no movimento de EcoSol; mapeamento das posições de diversos intelectuais quanto a EcoSol como estratégia de Desenvolvimento Territorial; análise das experiências mais exitosas que relacionam EcoSol e Desenvolvimento de Território; estratégias para promover a autogestão nos territórios e entre eles.

Entre as diversas lacunas, uma se refere as estratégias, condições, obstáculos e limites para promover o protagonismo dos sujeitos nos territórios por meio da EcoSol na perspectiva do Desenvolvimento Territorial. Entre as experiências que têm atuado a partir desta concepção estão as ITCPs.

Com um exemplo de uma experiência de ITCP, a incubadora da Universidade Federal da Bahia tem em seu nome ambos os termos: Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial. Esta ITCP tem em seus projetos a atuação em contextos territoriais específicos, em geral microterritórios, como um bairro popular, uma comunidade ou um povoado no entorno de pequenos municípios. (ITES, 2013).

Outra ITCP que realiza ações em Economia Solidária na perspectiva do Desenvolvimento Territorial é o NuMI-EcoSol. Criada em esforço conjunto de núcleos de extensão da Universidade, a incubadora começou a atuar junto à população de um bairro de pessoas pobres e estigmatizadas em São Carlos e também junto ao mesmo tipo de público-alvo em cidades da região de São Carlos na perspectiva de constituir e consolidar cooperativas populares. A partir de 2008 o NuMI-EcoSol passou a atuar preferencialmente em territórios tendo-os como unidade de atuação e desenvolvimento, assim como diversas ITCPs passaram a fazer. Assim, vão além da incubação isolada a empreendimentos e foco na dimensão econômica, passando a articular atores diversos dentro dos territórios, fomentando a consolidação de cadeias produtivas solidárias e contribuindo para o fortalecimento das mesmas.

A partir de experiências como estas, nos interessa identificar quais são as estratégias gerais, avanços, condições essenciais, dificuldades e limites para que a atuação da Universidade siga em perspectiva alternativa ao modelo vigente. Deste modo, quais seriam as condições essenciais e favorecedoras para a atuação da Universidade quanto à viabilização de seu papel, com destaque para as possíveis relações entre as atividades institucionalizadas de ensino, pesquisa e extensão, e entre estas e a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento de territórios na perspectiva de transformação da sociedade?

A análise da experiência de uma unidade acadêmica, o NuMI-EcoSol, objeto empírico desta pesquisa é feita na busca de evidências para responder as questões levantadas dentro desta problemática. Para tanto, identificar o papel da Universidade é uma das condições necessárias para poder examinar, em perspectiva crítica sua atuação, relevância social e relações possíveis entre ensino, pesquisa e extensão.

1.2 Papel da Universidade como produção e acesso ao conhecimento no campo da Economia Solidária

Para aumento da compreensão sobre a Universidade, sobretudo a Univeridade Pública, é importante examinar o conceito de Universidade e suas atividades, bem como identificar qual seu papel como instituição pública. Para tanto, foram examinados o processo de produção de conhecimento e as possíveis articulações entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para Goergen (2010), a depender da perspectiva de concepção ou forma econômica que se pretende reforçar, diferentes conceitos e princípios são mobilizados para fundamentar a atuação da Universidade. Conceitos e princípios podem ter significados variantes ou ainda assumir sentido negativo ou positivo, respectivamente, para críticos ou defensores do modelo social e educacional vigentes. Por exemplo, o conceito de relevância social pode designar, para defensores do modelo vigente, subserviência da Universidade ao mercado com o imperativo de atendimento a demandas; ou designar, para críticos, contribuição crítico-construtiva na perspectiva de uma sociedade melhor. De modo semelhante, esta pesquisa buscar examinar os significados e intenções das concepções dos processos internos da Universidade e suas possíveis relações com as diferentes formas econômicas já citadas.

De modo mais específico, esta pesquisa examina como a Universidade atua de modo a estabelecer a relação entre Economia Solidária e à perspectiva de desenvolvimento centrada na concepção de território. O fenômeno da Economia Solidária e a abordagem territorial de desenvolvimento são atividades elaboradas por pensadores a serem colocadas em prática? Ou são práticas que necessitam de teorização? Essas questões revelam uma questão de fundo desta pesquisa, a relação entre Teoria e Prática.

Teoria e Prática indicam uma relação. As diversas interpretações na literatura sobre esta relação nem sempre são consensuais. Há autores que indicam o primado da teoria sobre a prática, como é caso das abordagens racionalistas-idealistas, e há autores que indicam que o primado da prática confere validade à teoria, como é o caso de intepretações pragmáticas-

utilitaristas. Ambas são consideradas polos opostos das chamadas interpretações de consenso entre Teoria e Prática. Este dualismo é superado quando é priorizada a relação dinâmica entre ambos. O termo Práxis denomina essa dinâmica e tem como base o conceito de dialética que concebe uma relação de conflito e tensão entre Teoria e Prática. O processo de produção de conhecimento deve buscar esta unidade da teoria e da prática de maneira a romper com a concepção dissociativa entre ensino, pesquisa e extensão. (GAMBOA, 2010)

1.2.1 Papel da Universidade: produção de conhecimento que se torna acessível

Para aumento da compreensão sobre as relações entre papel da Universidade, com destaque para sua relevância social, e as atividades de ensino, pesquisa e extensão, foram examinados primeiramente cada um destes conceitos. Não há um conceito único e universalmente válido de Universidade. Tais conceitos foram construídos, consolidados e trazem aspectos de tempos e espaços culturais, sociais, políticos e econômicos diversos. Quando pública, a Universidade deve cumprir uma função de utilidade para todos. (Tauchen, 2009)

De modo geral, as Universidades Públicas se organizam em torno das atividades de ensino, seja ele de graduação ou pós-graduação, de pesquisa científica e de extensão. No entanto, professores e estudantes raramente realizam os três tipos de atividades e mesmo quando o fazem não é em torno do mesmo objeto ou tema. Neste sentido, de onde vêm as informações que são utilizadas nas atividades de ensino? Elas são atualizadas? Por quem? Com que frequência e a partir de quais critérios? Qual a relação das atividades de ensino com as pesquisas realizadas? Quais os pontos de partida das pesquisas? Todos os professores e estudantes estão envolvidos? Quais os critérios para esta participação? O conhecimento produzido chega até as pessoas que dele necessitam? As pesquisas impactam as atividades de ensino e extensão? Em que medida? Quem faz extensão? As atividades de extensão têm relação com as atividades dos cursos de graduação, pós-graduação ou com pesquisa? São questões sobre a atuação da Universidade, que em geral ocorre de forma segmentada, ou seja, com pouca articulação entre ensino, pesquisa e extensão (MAZZILLI, 2011; FRIZZO *et al.*, 2016). Existem experiências que fazem, ou ao menos tentam realizar, ensino, pesquisa e extensão em torno do mesmo objeto ou com maior grau de articulação entre si? E para além de haver articulação, qual a relação entre essas atividades e a identidade ou papel da Universidade?

Segundo Botomé (1996), ensino, pesquisa e extensão se relacionam com a identidade da Universidade. No entanto, o autor afirma ser um equívoco considerar ensino, pesquisa e extensão como papel, função ou objetivo da Universidade, quando são apenas atividades por meio das quais a Universidade operacionaliza sua função, cumprindo seu papel. O equívoco está na substituição de sua efetiva função pelas atividades que realiza. Devido a este equívoco, o autor atribui falta de identidade a Universidade que confunde atividades de rotina com sua razão de ser. As atividades de ensino, pesquisa e extensão não são fins da Universidade, mas meios pelos quais a Universidade realiza seu fim, que o autor defende ser: produzir conhecimento novo e relevante, *tornando o conhecimento existente acessível* a todos.

Existe um princípio da Universidade Pública, que foi inicialmente estudado nesta pesquisa, que é o da Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. O conceito de indissociabilidade é compreendido de diversas formas, abrangendo mera formalidade até uma concepção de que a partir de sua operacionalização a Universidade passa a atuar em perspectiva transformadora da realidade. Independente da concepção, o que se pode observar é que a operacionalização da indissociabilidade pouco ocorre na prática e mesmo quando ocorre não é em perspectiva transformadora da realidade, sendo que sua operacionalização é uma das condições favorecedoras, mas não suficiente, para tal transformação.

Entre os diversos estudos que têm o conceito de indissociabilidade (entre ensino, pesquisa e extensão) como objeto, há um conjunto de termos que são utilizados ora como sinônimos, ora como tentativa de aumentar a compreensão sobre conceito. São utilizados os termos: indissolúvel, unicidade, unidade, inseparabilidade, todos em um mesmo sentido, de que ensino, pesquisa e extensão não se dissociam, não se separam. (DIAS, 2009; RAYS, 2003; CÉSAR, 2013). Para Tauchen e Fávoro (2011), indissociabilidade deve ser entendido como um todo que deixa de sê-lo quando se dissocia. Com este conceito, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão se operacionaliza apenas quando cada uma das três atividades são partes de um todo que as abrange. Há autores que utilizam os termos integrar e articular como sinônimo de indissociabilidade, o que diferentemente dos sentidos supracitado (um todo que não se separa), existem partes separadas que deveriam se juntar (integrar) ou se relacionar (articular) com a operacionalização da indissociabilidade (MOITA e ANDRADE, 2009). Há ainda outras concepções e termos que são utilizados (interdependência, coexistência, igualdade de tratamento) para explicitar possíveis relações entre ensino, pesquisa e extensão na perspectiva de indissociabilidade. No entanto, as concepções de

indissociabilidade mais encontradas nos estudos analisados são as duas primeiras: “um todo que não se separa” ou “partes separadas que deveriam se juntar”.

Para além do conceito estrito de indissociabilidade, diversos estudos apresentam uma diversidade de características que o conceito carrega: É considerado como processo que busca a unidade da teoria e da prática e que rompe com a cultura dissociativa entre ensino, pesquisa e extensão. Também se relaciona com a Universidade que tem proximidade com os problemas sociais e incorpora a dimensão política, o que exige compromisso público e social. Indissociabilidade também implica uma formação com questionamento da realidade e que privilegie ações intencionalmente efetivas de transformação da realidade, tendo em vista acréscimos de valor a todos os segmentos sociais. Deve-se suspeitar das verdades consagradas pela capacidade de observação da realidade empírica com atitude investigadora, uma visão com perspectiva do conhecimento em movimento, sempre provisório. A universidade deve retornar à sociedade o saber que dela se origina, pela mediação do pensamento abstrato construído e retro- alimentado pelo ensino e pela pesquisa. É dar à universidade o estatuto de produtora de conhecimentos e ter ensino e aprendizagem como processo de construção de conhecimento. (RAYS, 2003; CUNHA, 1996, 2010, 2012)

No entanto, por falta de estudos que pudessem melhor subsidiar a operacionalização do conceito da Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e seu uso para melhor entender o objeto empírico desta pesquisa, optou-se por não mais utilizá-lo. O que se buscou identificar no processo de atuação do objeto empírico foi como ele foi se modificando, a partir da ação na realidade, tanto suas concepções teóricas como suas práticas.

Sabendo que o papel da Universidade se define na produção de conhecimento, considerando como parte desta produção o *tornar o conhecimento acessível a todos*, surgem as seguintes questões: O que caracteriza tal processo de produção de conhecimento, considerando *tornar o conhecimento acessível* como parte de processo? Qual a relação entre este processo de produzir conhecimento e as atividades de ensino, pesquisa e extensão? Como produzir conhecimento e *torná-lo acessível* por meio da articulação entre ensino, da pesquisa e da extensão? O que caracterizaria esta articulação?

De acordo com Botomé (1997), conhecimento sobre o processo de produção de conhecimento já está disponível em razoável quantidade, seja no campo filosófico, seja no plano metodológico, apenas enquanto “manual de orientação” ou apresentações do método científico reduzido a técnicas e instrumentos. Por exemplo, o autor apresenta processos

comportamentais básicos em pesquisa científica, da delimitação de um problema até a coleta de dados.

Uma fase do processo de produção de conhecimento que é comum a todos é a delimitação de um tema de pesquisa com a possibilidade de elaboração e escolha de uma pergunta de pesquisa como início do processo de investigação ou pesquisa científica⁶. Se este processo de delimitação é algo comum a todos, é importante examinar tal processo, mais precisamente a origem da escolha de um tema, um problema ou pergunta de pesquisa. Como ocorre esse processo de escolha ou delineamento de um problema de pesquisa? A atividade de pesquisa na Universidade tem se limitado mais a esforços de indivíduos do que algo institucional. Porém, o conhecimento produzido parece mais destinado a satisfação de quem faz pesquisa do que a melhoria das condições de vida das pessoas em geral. No entanto, limitar a origem da pesquisa e do processo de produção de conhecimento à curiosidade ou interesse do pesquisador ou àquilo que a literatura técnica internacional aponta é reduzir muito as fontes e as necessidades de produção de conhecimento. (BOTOMÉ, 1996)

O contato com os problemas da sociedade revela questões a serem respondidas. Alguns problemas podem ser respondidos por conhecimentos produzidos por outros pesquisadores e outros problemas necessitam de novos estudos. Situações em que é necessário intervenção profissional também são importantes oportunidades para gerar conhecimento. Se a origem da pesquisa não tem relação com os problemas com os quais a sociedade se defronta, dificilmente seus resultados dirão respeito a estes problemas e, nesse sentido, a origem também determina as possibilidades de utilização do conhecimento produzido⁷.

Ademais, mesmo que o ponto de partida não seja um problema ou situação da realidade, qualquer conhecimento produzido precisa ficar acessível a quem dele necessita. A Universidade serve (ou deveria servir) para produzir conhecimento sendo que produzir

⁶ Vale destacar que pesquisa científica é um conceito que se confunde com o de produção de conhecimento. Botomé (1996) considera que a pesquisa como é feita convencionalmente na Universidade não inclui *tornar o conhecimento acessível*. Segundo o autor o processo de produção de conhecimento, para ser completo, tem de mudar o comportamento das pessoas em relação ao conhecimento que foi produzido. E a pesquisa, em sua concepção convencional não faz isto. Mas seria apenas está a diferença? Toda produção de conhecimento socialmente relevante é feita mediante pesquisa científica? Práticas sociais cotidianas produzem conhecimento, mas não o fazem mediante pesquisa científica, que é sistemática e meticulosa. De forma oposta, será que toda pesquisa científica produz conhecimento?

⁷ Isto não exclui a necessidade da chamada ciência básica. Mas há necessidade de maior clareza sobre a relação de qualquer pesquisa com o contexto social onde ela sendo realizada. Também não significa que conhecimentos produzidos devam ter utilidade imediata, o que vai exigir da mesma forma (e talvez até mais) cuidado com a gênese e destinação do conhecimento produzido. (Botomé, 1996)

conhecimento é um processo que deve incluir *tornar esse conhecimento produzido acessível* e não apenas disponível, típico da mera divulgação. Nesta concepção, tornar o conhecimento disponível é colocar à disposição de quem necessita, somente informações decorrentes de uma pesquisa. No entanto é necessário um esforço a mais para que tais informações se tornem comportamento e não apenas considerações verbais baseadas nas informações. A descoberta de um novo conceito não é suficiente enquanto processo de produção de conhecimento e é neste sentido que acesso deve ser parte integrante da noção de “produzir”. (CORTEGOSO *et al*, 1997)

Então, para além da questão da origem da pesquisa também é importante sua destinação, ou seja, o acesso ao conhecimento produzido. Quem tem acesso ao conhecimento produzido? A quem interessa? Que tipo de problema ajuda a resolver? Quem são os beneficiários? Que canais a universidade tem para tornar o conhecimento acessível? Que procedimento usa para capacitar as pessoas a usarem o conhecimento para atuarem e melhorarem as condições de vida da sociedade? Qual o papel de estudantes, professores e técnicos para otimizar o acesso a produção de conhecimento?

De modo geral, a pesquisa científica deve se tornar acessível por diversos processos educativos, oportunidades para as pessoas aprenderem transformar conhecimento em comportamentos. Isto deveria ocorrer de forma privilegiada nos cursos de graduação, sendo que graduação não deve se limitar a transmissão de conhecimentos, muito menos conhecimentos que muitas vezes já estão superados ou são alienados da realidade. Ensino de graduação deve ser subsidiado pelo que está sendo pesquisado, preferencialmente se baseado em situações da realidade que poderiam levar a um efetivo aprendizado. É válido destacar que educação de nível superior não é apenas curso de graduação. As necessidades sociais de aprendizagem de nível superior são muito maiores do que apenas aquelas visando um diploma universitário que autorize o exercício de uma profissão. Vários segmentos da sociedade necessitam de diversos tipos de ensino que só a Universidade pode oferecer e isto poderia ocorrer considerando as diversas atividades abarcadas sob o nome de Extensão. (Botomé, 1996)

Várias modalidades de ações já foram ou continuam sendo executadas como ações de Extensão. Entre elas estão cursos, atividades de assistência técnica, prestação de serviços em diversos campos (social, educacional, sanitário, jurídico e cultural), projetos de ação comunitária, assessorias, consultorias, levantamentos, planos, projetos diversos, difusão de resultados de pesquisa, entre outros. É possível observar (ainda hoje, em 2018) estudantes e

professores que afirmam realizar Extensão ao desenvolverem ações como estas. No entanto, em geral, não é levado em consideração a diversidade de concepções de Extensão presente neste conjunto de ações. A Extensão no âmbito do debate da Universidade tem, além de uma diversidade de experiências, concepções que foram sendo criticadas, modificadas ou reforçadas, possibilitando um processo de construção do conceito de Extensão ao longo da história da Universidade. (ROCHA, 2001)

A depender da concepção que se tem de extensão, é possível vislumbrar alternativas diferentes em termos do fazer da Universidade. Botomé (2001), critica a Extensão na concepção que a entende como redentora do ensino e da pesquisa, como terceira atividade de um suposto tripé, sendo a extensão o pé da inserção social, do anúncio e propaganda dando à Universidade uma fachada com aparência de compromisso social que camufla mais do que a compromete com as questões sociais.

Como equívoco, a atividade de extensão tem sido apresentada como atividade que estende a pesquisa e o ensino, porque subentende-se que sem isto ambas não saem do âmbito da academia. A extensão universitária é ainda equivocadamente considerada como um dos fins da universidade. Há uma tendência em criar atividades paralelas, sob o nome de extensão, para fazer o que deveria ser parte integrante do processo de produção de conhecimento, a saber: origem e acesso. (BOTOMÉ, 1997)

Ou seja, pesquisa e educação devem ser articuladas e ter como essência a Extensão, pois separadas têm mais chance de ficarem isoladas e não ter relação alguma com problemas da sociedade. Uma atividade à parte, a extensão, faz com que a pesquisa e educação, apontada como alienadas, não modifiquem suas práticas. A partir de um diagnóstico de que a Universidade está separada da sociedade é proposta uma terceira atividade – a extensão – ao invés de se corrigir o que há de equivocado ou incompleto com o ensino e a pesquisa.

De acordo com Melo Neto (2003), há concepções de extensão que podem ser definidas como uma *via de mão única*, com trânsito da Universidade para a Sociedade somente. Com o processo de construção conceitual da extensão foram se desenvolvendo outras compreensões em que se busca a possibilidade de trocas entre universidade e sociedade. Sendo que, nesta perspectiva, tanto a universidade troca conhecimento com a comunidade quanto a comunidade começa a ter a mesma atitude em relação à universidade, caracterizando uma perspectiva de *via de mão dupla*.

No entanto, além de prevalecer, em ambas concepções, a iniciativa da Universidade, não há preocupação com a produção de novos conhecimentos. Mesmo na concepção de mão dupla, o que se observa é a troca de conhecimentos já estabelecidos. Também se observa que

Os desejos de transformações contidos em vários conceitos de extensão expressam, de forma nítida, as marcas do conservadorismo, sugerindo uma retórica da transformação, mas destituída de transformação. Na verdade, tais desejos de transformação reservam para a universidade um papel de transmissora do saber e dos métodos de ensino e pesquisa, mesmo que manifeste preocupação com “as necessidades e fins sociais”. O povo, os trabalhadores, contudo, permanecem silenciosos. (Melo Neto, 2013, p.14)

De acordo com o autor, a mera transmissão de conhecimentos anula o espaço da contradição uma vez que a comunidade acadêmica define tudo. Da mesma forma, para Freire (2017) ocorre a partir da mera transmissão, a invasão cultural, pois os conhecimentos refletem somente a visão de mundo de quem os transmite. Desta forma, é possível conceber a Extensão na perspectiva da produção do conhecimento, em que se destaca a necessidade do conhecimento a ser produzido para além da troca entre saberes. E fazer extensão, portanto, pressupõe a ação na realidade propriamente dita, pois esta não se enquadra em mera perspectiva contemplativa da realidade.

Por fim, o acesso ao conhecimento não deve se restringir apenas à comunidade acadêmica, ou a grupos específicos, mas deve se tornar acessível a todos, sobretudo aos que mais necessitam. E porquê? Esta questão retoma o papel da Universidade quanto a sua relevância (ou pertinência) social, entendendo que produção de conhecimento novo e relevante cientificamente, é essencial para o progresso e transformação da sociedade.

São diversas as lacunas de conhecimento identificadas e que poderiam servir como origem de processos de produção de conhecimento, como atuação dos membros da universidade a partir de suas concepções sobre a relação entre teoria e prática, sobre o princípio da indissociabilidade, sobre possíveis relações entre ensino, pesquisa e extensão ou quanto ao papel da Universidade; relação entre as concepções de economia, desenvolvimento e as atuações dos membros da Universidade; diversas concepções sobre o início e fim do processo de produção do conhecimento; origens e impactos das pesquisas e processos educativos na realidade social; Levantamento de problemas e situações da realidade resolvidos com por meio da atuação da Universidade; concepções sobre pesquisa, extensão e educação.

Também é possível indicar como lacuna de conhecimento as experiências em que a Economia Solidária é a forma econômica reforçada enquanto atuação da Universidade em

uma perspectiva estratégica para Desenvolvimento Territorial em que se possa ir além da ação extensionista, com a produção de conhecimento considerando *tornar acessível tal conhecimento* a população historicamente excluída e vulnerável.

A partir desta lacuna foi elaborada a pergunta de pesquisa principal: Quais as possíveis relações entre a atuação da Universidade e a Economia Solidária como estratégia de Desenvolvimento Territorial considerando que a Universidade deva cumprir seu papel com a articulação entre pesquisa, ação na realidade e educação?

2. EXPLICITAÇÃO DAS PERGUNTAS DE PESQUISA, DAS HIPÓTESES PRINCIPAL E INTERMEDIÁRIAS, ESTRATÉGIA DA PESQUISA, PLANEJAMENTO DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

De acordo com Demo (2001), pesquisa é a capacidade de elaboração própria de um autor, sendo que o mais comum é a sua construção com base empírica, ou seja, aquela em que o pesquisador elabora conhecimento exclusivamente a partir de fatos que observa. No entanto, se caracteriza como desvirtuamento do conceito de pesquisa se não é considerado além da prática, o que Demo resume como teoria e método.

Como teoria, esta pesquisa apresenta, no capítulo 1, os referenciais conceituais, teóricos e metodológicos, sobre o papel da Universidade, Economia Solidária, Desenvolvimento Territorial e Sistematização de experiências. Neste capítulo 2 é apresentado ao leitor o método utilizado. Se pesquisa é capacidade de elaboração própria, a de discussão metodológica é estratégica, sendo que método distingue outros saberes da ciência, tida como um tipo de saber metódico, cuidadoso e testado. (DEMO, 2001)

De modo geral, o método em pesquisa científica tem como etapas a percepção de um problema teórico ou prático, elaboração de uma pergunta de pesquisa, elaboração de possível solução (hipótese) e a verificação desta hipótese para, então, tirar conclusões. (LAVILLE e DIONNE, 1999)

2.1 Perguntas e hipóteses principais e intermediárias.

O problema desta pesquisa é a atuação da Universidade, sobretudo a Universidade Pública e em especial as ITCPS, tendo em vista seu papel de produção de conhecimento, entre eles em Economia Solidária na perspectiva de desenvolvimento de territórios e tomando como caso decisivo a experiência do NuMI-EcoSol. Na Figura 3, é possível observar a pergunta e

hipótese principais e eixos que foram selecionados para direcionar a busca de evidências e referenciais conceituais e teóricos.

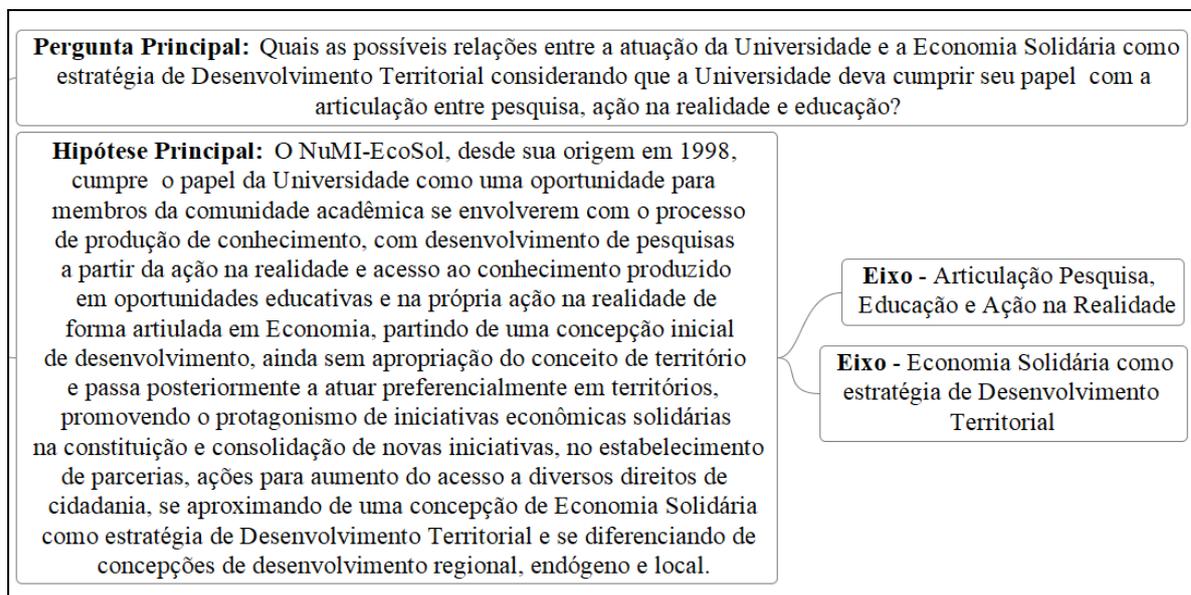


FIGURA 3 - Pergunta e Hipótese principais e eixos de decomposição

Para cada um dos dois eixos foram elaboradas perguntas e hipóteses intermediárias. Na Figura 4 é possível observar pergunta e hipótese em relação ao eixo “Articulação Pesquisa, Educação e Ação na Realidade”.

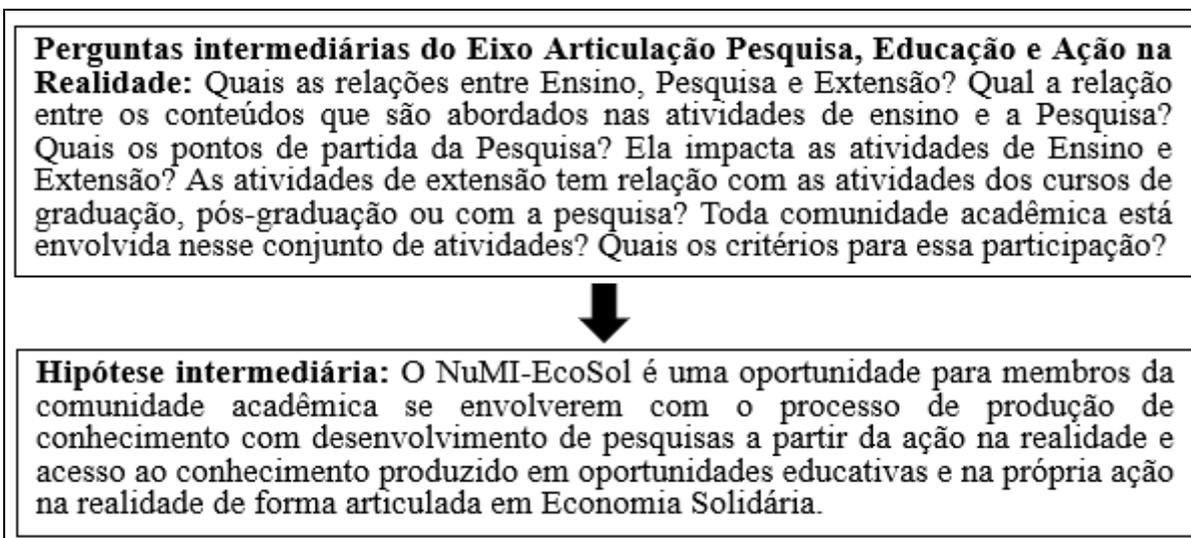


FIGURA 4 - Pergunta e Hipótese intermediárias do eixo Articulação Pesquisa, Educação e Ação na Realidade

Este eixo “Articulação Pesquisa, Educação e Ação na Realidade” teve como estratégia para coleta de dados a construção de uma linha do tempo da atuação do NuMI-EcoSol. Esta linha do tempo (apresentada no item 3.1.1) contém outros eixos (ou sub-eixos) e entre eles estão os de “Produção Científica (Pesquisa)”, “Educação em EcoSol” e “Ação na Realidade”.

Ou seja, as atividades que se espera verificar articuladas foram identificadas e tiveram dados coletados separadamente. Na Figura 5 é possível observar a decomposição deste primeiro eixo em sub-eixos.

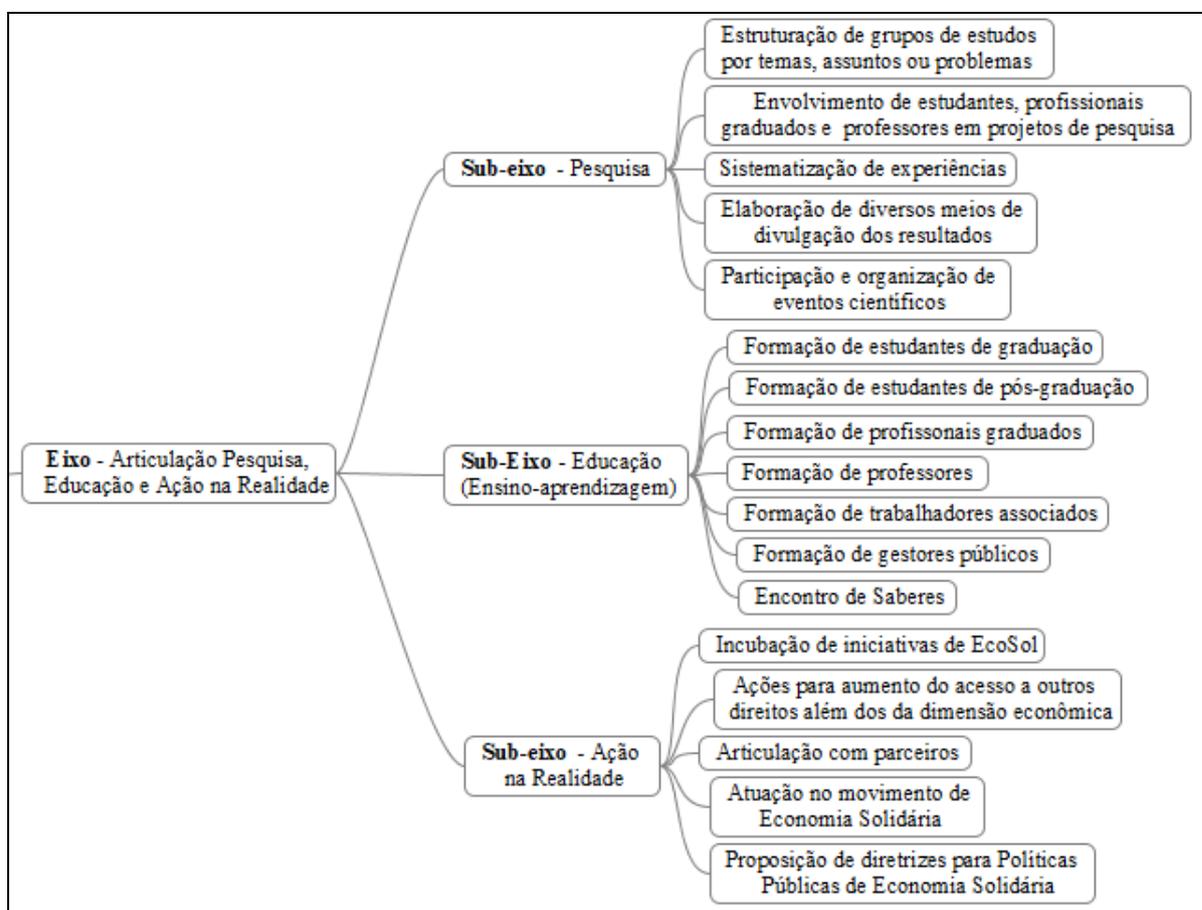


FIGURA 5 - Decomposição do Eixo Articulação Pesquisa, Educação e Ação na Realidade em sub-eixos

O primeiro sub-eixo na Figura 5 é o da “Pesquisa” em que se pode observar as atividades desenvolvidas de “Estruturação de grupos de estudos por temas, assuntos ou problemas”, que a partir de 2011 tem como referência de grupo as linhas de ação; o “Envolvimento de estudantes, profissionais graduados e professores em projetos de pesquisa” sendo que uma das diretrizes do NuMI-EcoSol é o envolvimento de todos os membros em pelo menos um projeto de pesquisa específico; “Sistematização de experiências”; “Elaboração diversos meios de divulgação dos resultados” da atuação do NuMI-EcoSol; e “Participação e organização de eventos científicos”.

O sub-eixo de “Educação” foi decomposto em ações que visam a formação dos diversos atores formados pelo NuMI-EcoSol: estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais graduados (entre eles estão os técnicos administrativos da Universidade),

professores, trabalhadores associados que são membros dos EES e gestores públicos que atuam ou pretendem atuar no campo da EcoSol. E há um sub-eixo da atividade “Encontro de Saberes” que é uma oportunidade de formação para todos estes atores. Em geral, a Universidade é uma oportunidade de formação de estudantes e em menor grau há atividades de formação de professores. O NuMI-EcoSol ampliou esta oportunidade para profissionais graduados, trabalhadores associados e gestores públicos.

Quanto ao sub-eixo de “Ação na Realidade”, o NuMI-EcoSol iniciou sua atuação com incubação de cooperativas populares e depois passou a incubar também diversos outros tipos de iniciativas de EcoSol com intuito de gerar trabalho associado e renda. Com o tempo foi ampliando sua atuação para ações com intuito de aumentar outros direitos para além dos ligados a dimensão econômica, foi estabelecendo parcerias com diferentes atores, atuando no movimento de EcoSol e passou a propor diretrizes de políticas públicas em EcoSol.

Para cada um destes sub-eixos também poderiam ser elaboradas hipóteses que conduziram a coletas de dados para verificação. Um esforço deste tipo foi indicado no momento de qualificação desta pesquisa e a banca sugeriu optar por um trabalho mais panorâmico, com muitas hipóteses em menos aprofundamento em cada uma, ou um trabalho com seleção de casos dentro desta decomposição. A decisão tomada foi de coletar dados a partir da hipótese intermediária já apresentada (Figura 4, pg.40) e escolher um caso dentro desta decomposição, especificamente uma experiência do sub-eixo da Educação. Na Figura 6 é possível observar a continuação da decomposição do sub-eixo de educação para em seguida ser apresentada a hipótese elaborada.

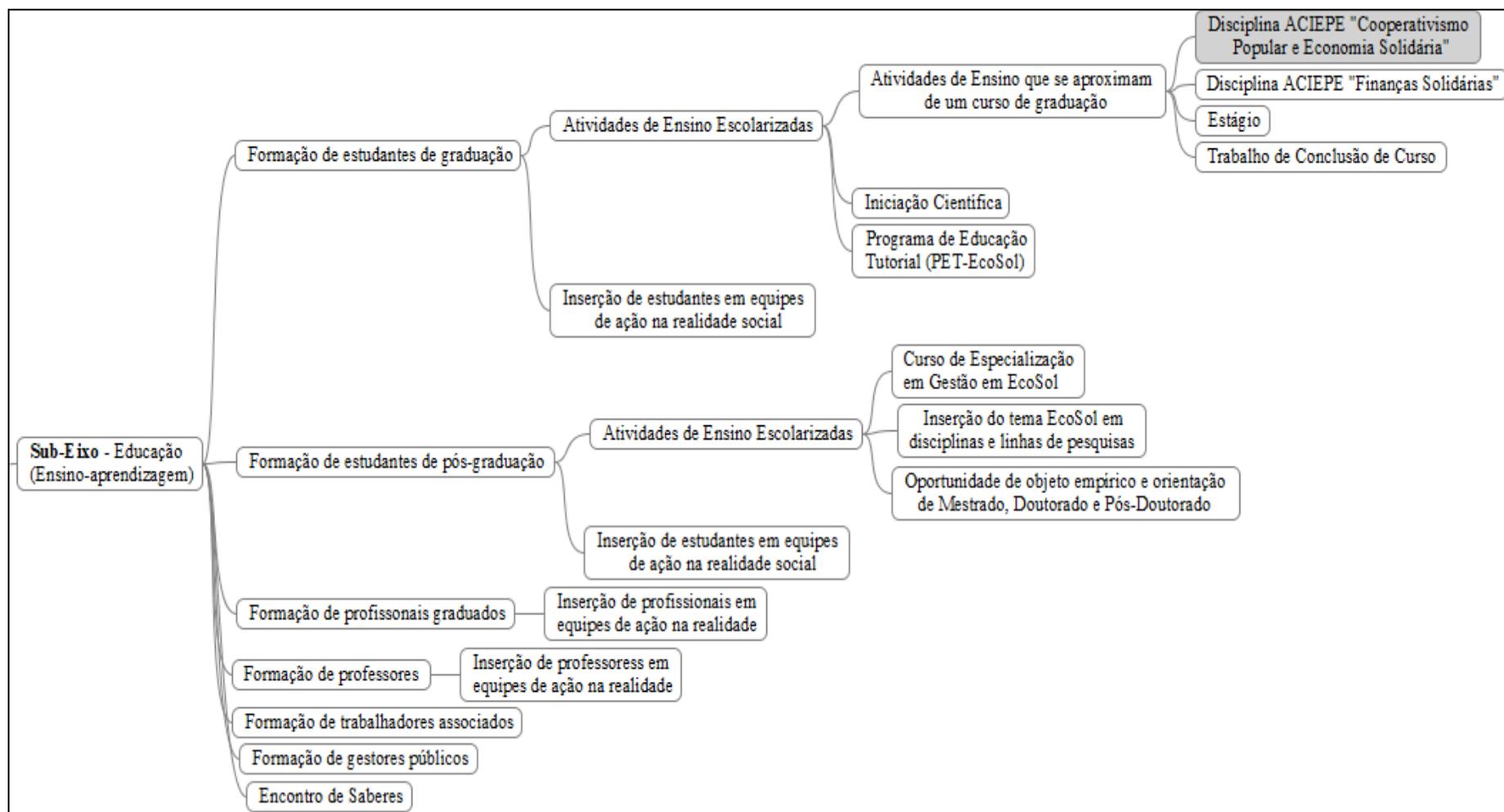


FIGURA 6 - Decomposição do sub-eixo de Educação

Prosseguindo a decomposição do sub-eixo de Educação, a formação de estudantes de graduação foi decomposta em oportunidade de ensino ofertadas pelo NuMI-EcoSol, com a inserção de estudantes em equipes de ação na realidade social. Entre as atividades escolarizadas há as que aproximam a experiência de um curso de graduação, como disciplinas, estágio e TCC. A segunda hipótese intermediária elaborada é sobre uma das disciplinas ofertadas, a ACIEPE “Cooperativismo Popular e Economia Solidária” que ainda será apresentada. E há outras atividades escolarizadas: iniciação científica e o Programa de Educação Tutorial em EcoSol (PET-EcoSol). De forma semelhante, o sub-eixo referente a estudantes de pós-graduação contém atividades escolarizadas e não escolarizadas. Entre as escolarizadas estão o curso de especialização em gestão de EcoSol; a inserção do tema “EcoSol” em disciplinas de pós-graduação e linhas de pesquisas; e a oportunidade do tema “EcoSol” ser objeto de estudo e haver orientação de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado. Profissionais graduados e professores também são inseridos em equipes de ação na realidade. Trabalhadores associados e gestores públicos tem como oportunidade de formação as situações cotidianas dos EES e do movimento de EcoSol. Na Figura 7 está a segunda hipótese intermediária do trabalho e que tem relação com a disciplina ACIEPE.

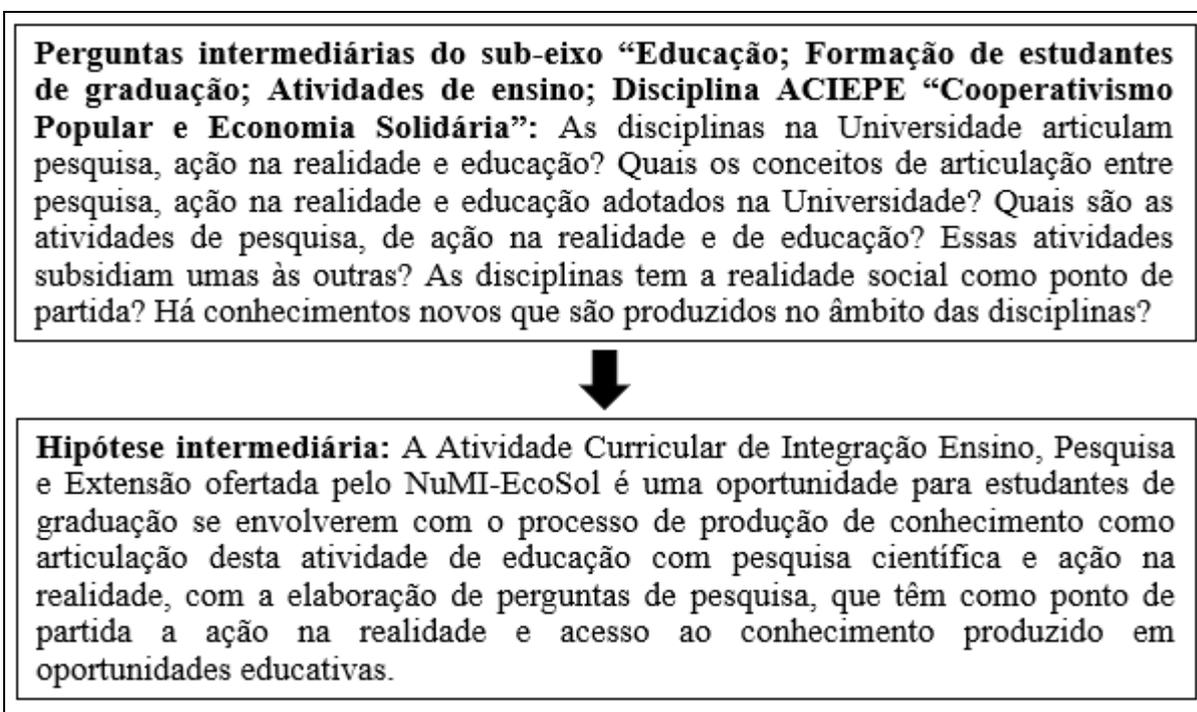


FIGURA 7 - Pergunta e Hipótese intermediárias sobre a disciplina ACIEPE

E em relação ao eixo “Economia Solidária como estratégia de Desenvolvimento Territorial” foi elaborada a terceira hipótese intermediária do trabalho que pode ser observada na Figura 8.

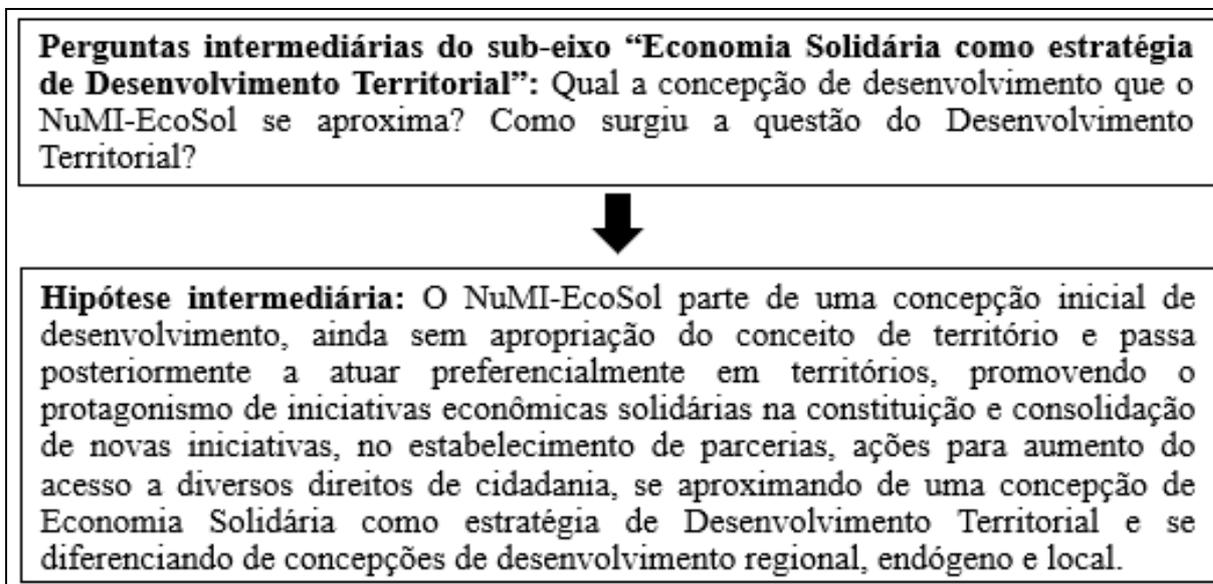


FIGURA 8 - Pergunta e Hipótese intermediárias do eixo Economia Solidária como estratégia de Desenvolvimento Territorial

A partir das hipóteses elaboradas foi possível estabelecer as estratégias gerais de pesquisa e condução da coleta de dados para poder verificá-las, tendo como caso o NuMI-EcoSol.

2.2 Estratégias gerais da pesquisa: levantamento pós fato, sistematização de experiência e estudo de caso.

Esta pesquisa contou com três estratégias gerais: 1. Levantamento pós-fato, a partir da análise de documentos e depoimentos; 2. Sistematização de Experiência com a construção de uma linha do tempo; 3. Estudo de um caso - a experiência da atuação do Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da Universidade Federal de São Carlos (NuMI-EcoSol/UFSCar) sucessor da Incubadora Regional de Cooperativas Populares (INCOOP), de sua origem em 1999⁸ até 2014.

A estratégia de pesquisa de levantamento pós-fato consiste na utilização de documentos como fonte de consulta, na perspectiva de recuperar evidências para verificação de hipóteses. A estratégia consiste na elaboração de perguntas mediante reflexão sobre uma situação real, no caso a aspectos da atuação no NuMI-EcoSol. Uma pergunta de pesquisa

⁸ A INCOOP foi oficialmente inaugurada em 5 de abril de 1999, mas contou atividades de planejamento para sua constituição desde 1998.

principal foi escolhida e uma provável hipótese foi explicitada. Para comprovação da hipótese principal foi feita sua decomposição em hipóteses intermediárias. A elaboração das hipóteses intermediárias orientou a coletas de dados que deu subsídio para comprovação da hipótese principal. Em seguida ocorreu o planejamento da coleta, o processamento e análise dos dados para comprovação ou revisão das hipóteses. Para tanto foi realizada a sistematização da experiência do NuMI-EcoSol. Para aumento da compreensão sobre a sistematização, este método é apresentado a seguir.

2.2.1 Sistematização de experiências em Economia Solidária como reflexão de práticas, princípio educativo e processo de construção coletiva de conhecimento científico.

É possível sistematizar experiências para realizar reflexão sobre práticas, utilizar a sistematização como princípio educativo e sistematizar conhecimento como parte do processo de produção de conhecimento científico. A sistematização de experiências vem sendo objeto de estudo de autores, os quais vêm sendo estudados pelo movimento de EcoSol⁹.

Holliday (2006) faz algumas constatações básicas quanto ao tema da sistematização de experiências. A princípio, afirma que *efetivamente existe uma prática específica que merece o nome próprio de “sistematização”*. Esta se diferencia de outras formas de lidar com o conhecimento, como a investigação ou a avaliação. Outra constatação é que o termo sistematização é utilizado de forma ambígua por atores sociais e mesmo entre os autores que se dedicam ao estudo deste fenômeno não há consenso quanto ao seu conteúdo.

Falkembach (2007) aponta que a Sistematização de Experiências tem sido objeto de discussão, nas últimas décadas, de intelectuais latino-americanos ligados a experiências de Educação Popular. A origem da proposta de Sistematização de Experiências surgiu na área de Serviço Social na década de 50, um campo profissional que tinha como concepção na época o atendimento à população empobrecida. Neste campo surge uma modalidade de investigação social, com inspiração norte-americana, com intuito de “recuperar, ordenar, precisar e classificar” as ações profissionais para mudar as práticas e saberes dos pobres. Na década de 70, surge uma corrente crítica a este modelo, com nova concepção: sistematização como recuperação de práticas e reflexão sobre as mesmas, como fonte de conhecimento para transformação da realidade. Dois autores importantes destes processos são Paulo Freire e Orlando Fals Borda. Segundo Souza (2014), a sistematização permite aos próprios sujeitos de

⁹ Ver, por exemplo, CFES (2012) que apresenta estudos de Oscar Jara Holiday, Elza Falkembach, João Francisco Souza, Erika Santibañez e María Eugenia Cárcamo entre outros.

uma experiência a interpretação de problemas e suas causas, com a possibilidade de obter novos elementos, fazer reinterpretções e poder atuar coletivamente frente aos problemas existentes. Experiências reais são dinâmicas (estão em permanente mudança), complexas, com diversos elementos que se inter-relacionam e repletas de contradições. O ato de sistematizar está em compreender as diversas condições, situações, ações, percepções, interpretações, intenções, resultados esperados e inesperados, relações e reações de uma dada experiência para extrair ensinamentos e comunicá-las. O ideal é que este processo seja realizado de forma coletiva e com a participação de todos os atores de dada experiência.

Para sistematizar uma experiência, existem diversas propostas. Holliday (2006) apresenta uma proposta em cinco etapas: 1. O ponto de partida em que se faz necessário ter participado da experiência e ter algum registro sobre ela; 2.As perguntas iniciais em que se define objetivo, objeto e eixo de sistematização; 3.Recuperação do processo vivido em que se reconstrói a história, se ordena e classifica a informação; 4.A reflexão de fundo em que se analisa, sintetiza e interpreta criticamente o que aconteceu; 5.Os pontos de chegada em que se formulam conclusões e se comunica a aprendizagem da experiência. (CFES, 2012).

Percebe-se que o tema da sistematização de experiência também sugere diversas questões. O movimento de Economia Solidária vem debatendo o tema da sistematização em um conjunto de eventos e têm produzido documentos e publicações a este respeito. São diversos os eventos do movimento de Economia Solidária que têm o tema da sistematização como objeto de estudo e debate. Alguns exemplos são: Oficinas Nacionais de Formação/Educação em Economia Solidária, Plenárias Nacionais de Economia Solidária (PNES) e Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica (CTFAT) e Centro de Formação em Economia Solidária (CFES).

A I Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária¹⁰, para analisarmos um exemplo, aborda o tema da sistematização como um dos elementos centrais. No primeiro momento do evento, foram abordados dois eixos: a formação de formadores em Economia Solidária e experiências de formação para empreendimentos econômicos solidários (EES). O documento publicado sobre oficina apresenta uma lista de tópicos referente a cada um desses dois eixos. Em ambos, o tema da sistematização é apontado. No eixo de formação de formadores foi indicada a importância da sistematização das experiências em conjunto com os empreendimentos, a partir de registros, organização e classificação das informações na cadeia produtiva. Quanto às experiências de formação de EES, foi indicada a importância da

¹⁰ Evento realizado entre 26 e 28 de outubro de 2005.

sistematização e disseminação do conhecimento construído. No segundo momento do evento, os participantes se organizaram em grupos de trabalho em torno de cinco temas, sendo que um deles foi “Princípios da educação/formação em Economia Solidária”. Em relação à sistematização, este item apresenta que

[...] a persistência deste processo coletivo que vai do registro, organização, classificação das experiências e conteúdos produzidos, validação das práticas, sensibilização de outros atores e concretização das aprendizagens é fundamento para construção da cultura e da história, ou seja, de um novo sentido de viver em sociedade. (SENAES e FBES, 2006, p. 22)

Existem diversos instrumentos e ferramentas de apoio a sistematização de experiências. O Centro Nacional de Formação em Economia Solidária (CFES – Nacional, 2012) identificou alguns como linha do tempo, mapa mental, diário de campo e entrevista, entre outras. A linha do tempo, detalhada a seguir por ser instrumento utilizado neste trabalho, é um instrumento didático por meio do qual é possível reconstituir e apresentar uma sucessão de fatos e processos que possibilitam a compreensão da trajetória das experiências vivenciadas coletivamente ao longo de um período de tempo. A reconstituição de fatos e processos ocorridos é fundamental para a sistematização de uma experiência, principalmente se ela não vem sendo realizada de forma contínua e permanente. Sem esta reconstituição ficaria difícil a re-apropriação crítica da experiência vivida. A linha do tempo é uma ferramenta que possibilita esta reconstituição. Originária dos estudos em História, esta ferramenta passou por variações metodológicas e de visualização e tem sido utilizada em processos de sistematização de experiências em Economia Solidária. A ferramenta linha do tempo contribui na proposta de sistematização de Holliday (2006), como forma de reconstrução da história, ordenação e classificação da informação.

Para ser utilizada de forma efetiva, esta ferramenta necessita seguir alguns princípios e orientações metodológicas como: 1. estabelecimento de uma periodização, para que seja possível identificar períodos na história da experiência; 2. Diferenciar “texto” de “contexto” da experiência, em que o “texto” é o conteúdo propriamente dito da experiência e o “contexto” o universo mais amplo em que o “texto” se insere; 3. Construção coletiva da linha do tempo, que facilitará a re-apropriação crítica pelo grupo com objetivo de fortalecer sua identidade, aprimorar sua prática, gerar novos conhecimentos entre outros. (CFES – Nacional, 2012)

Portanto, foi realizada a sistematização da atuação do NuMI-EcoSol com a utilização da ferramenta linha do tempo, que começou a ser realizada em 2011 de forma coletiva e

permanente. Inicialmente, foi criada uma comissão de sistematização, um docente, um profissional graduado e um aluno de graduação. Esta comissão se reuniu para definição de eixos e sub-eixos de sistematização e elaboração da primeira versão de uma linha do tempo, elaborada para o período entre 2008 e 2011. O produto obtido, é uma linha do tempo da atuação do núcleo desde sua origem até abril de 2013 que foi completado com alguns dados coletados para esta pesquisa.

Por fim, de acordo com Yin (2001) o uso da estratégia de estudo de caso é recomendada quando o *“foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”*, *“especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”*, contribui para compreensão de fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos de caráter complexo. Trata-se de uma estratégia de pesquisa que necessita de *“apresentação justa e rigorosa dos dados empíricos”*. Para tanto, o caso em estudo, a experiência do NuMI-EcoSol é caracterizada a seguir.

2.2.2 Caracterização do objeto empírico: NuMI-EcoSol (sucessor da INCOOP)

O Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da Universidade Federal de São Carlos (NuMI-EcoSol/UFSCar) é o sucessor da Incubadora Regional de Cooperativas Populares (INCOOP), criada em 1998, como um projeto e em seguida foi transformada em programa de extensão. Foi influenciado pelo surgimento da primeira ITCP na Universidade Federal do Rio de Janeiro que teve iniciativa expandida para outras universidades, com apoio financeiro do governo federal. Na UFSCar, nasceu do esforço conjunto de alguns núcleos de extensão, que deram suporte, inclusive financeiro, para o início das atividades junto à população de um bairro de pessoas pobres e estigmatizadas. O NuMI-EcoSol é membro da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs) desde sua origem em 1999, composta por incubadoras de diversas universidades no país.

Desde o início de sua atuação, o NuMI-EcoSol realiza produção de conhecimento em Economia Solidária, com envolvimento de estudantes de graduação de diferentes cursos e estudantes de mestrado e doutorado de diferentes programas de pós-graduação. Realiza educação em EcoSol dos diversos atores envolvidos em suas atividades e atua na realidade social, principalmente por meio da incubação de EES. O NuMI elaborou e procura manter atualizada uma lista de produções científicas desde o início de sua atuação. Já foram produzidos livros, capítulos de livros, artigos completos em anais de congressos, resumos,

além da organização e participação em eventos acadêmicos sobre Economia Solidária e participação em eventos de outras áreas do conhecimento.

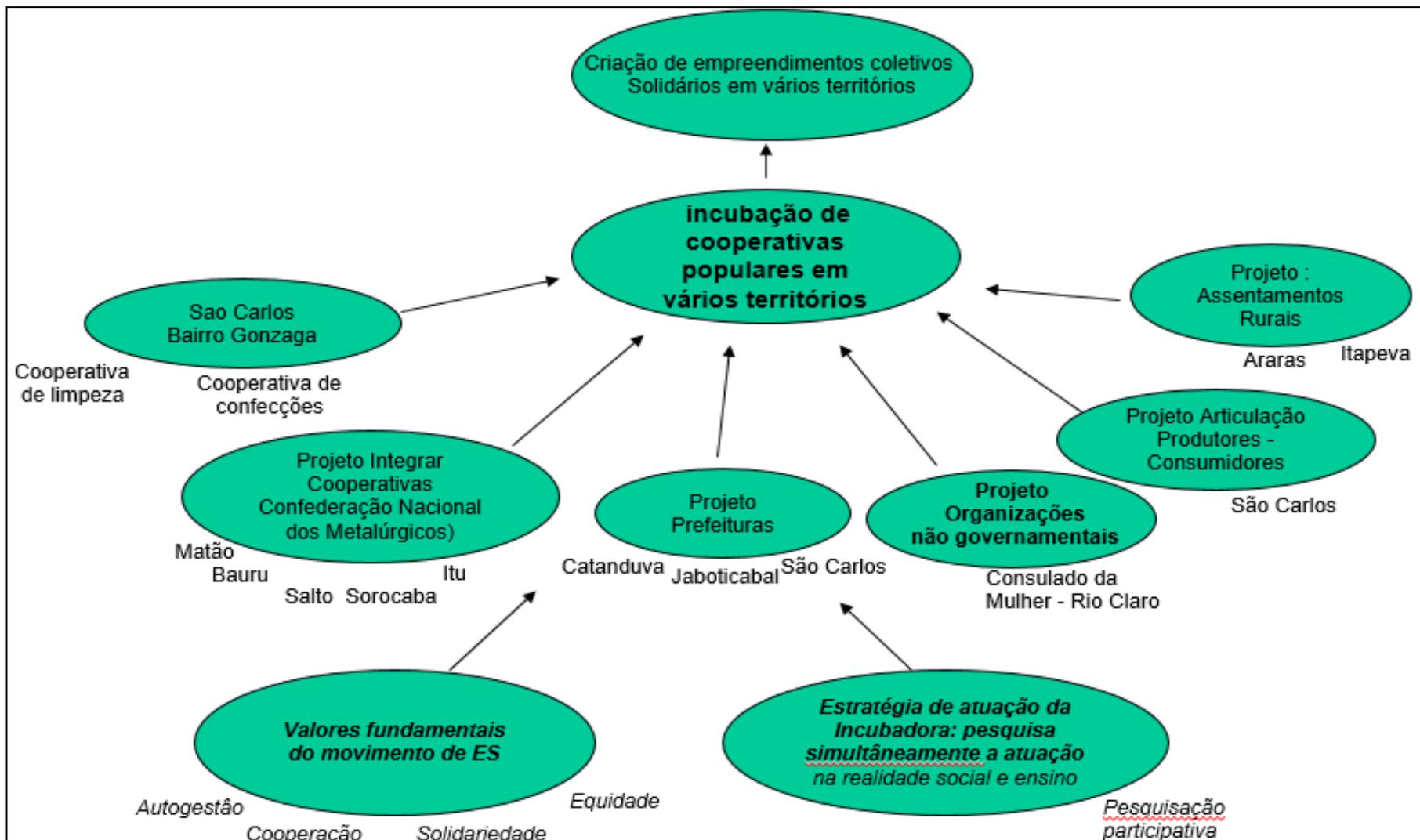
A equipe do NuMI-EcoSol é composta por docentes, profissionais de diferentes campos de atuação profissional (Psicologia, Pedagogia, Ciências Sociais, Biologia, Química entre outras áreas) e alunos de diferentes áreas do conhecimento (Psicologia, Engenharia Civil, de Materiais, Letras, Enfermagem) que assessoram iniciativas solidárias, articulando ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido, mantém um conjunto amplo e diversificado de projetos de atendimento a segmentos da população que se apresentam excluídos do mercado de trabalho ou inseridos nele de forma precária. A assessoria aos grupos populares é realizada sob a orientação dos princípios da Economia Solidária, em diferentes situações: com ou sem demandantes externos, com diferentes tipos de demandantes e parceiros, com ou sem definição prévia dos segmentos envolvidos da população, com ou sem atividade produtiva indicada e em diferentes territórios.

Quanto à ação na realidade social, é dada centralidade na assessoria, na forma de incubação, a empreendimentos e grupos para constituição de iniciativas de Economia Solidária. É possível distinguir, observando a atuação da Incubadora entre 1999 e 2014, três momentos distintos em relação às estratégias gerais adotadas. Primeiramente a atuação entre 1998 e 2008 com centralidade na incubação de cooperativas populares e atuação no movimento de Economia Solidária; entre 2009 e 2011, com atuação preferencial em dois territórios, sendo um urbano e outro rural, com fomento ao protagonismo dos empreendimentos econômicos solidários existentes nestes territórios na criação de novas iniciativas econômicas solidárias e no aumento do acesso dos moradores dos territórios a outros direitos de cidadania (como saúde, educação matemática, lazer, cultura etc.), estratégia adotada até a extinção de um ator protagonista, a cooperativa de limpeza e; a partir de 2012 com atuação preferencial no território urbano, momento em que surge novo ator protagonista, o Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente.

2.2.2.1 Estratégias gerais entre 1998 e 2008: Foco em incubação de cooperativas populares em diferentes municípios e atuação no movimento de Economia Solidária

Inicialmente, a ação de incubação do NuMI-EcoSol tinha como objeto cooperativas populares que foi o primeiro tipo de empreendimento a ser incubado tanto pela NuMI quanto pelas demais incubadoras. Inclusive, o nome “Incubadora Tecnológica de Cooperativas

Populares” remete às cooperativas como único tipo de empreendimento para incubação. Com o passar dos anos foi sendo considerada a possibilidade de incubar outros tipos de empreendimentos, associações, feiras, redes etc. Entre 1998 e 2008 a incubação de cooperativas populares ocorreu em diferentes territórios, como pode ser observado na Figura 9, representativa das estratégias gerais do NuMI-EcoSol no período.



Fonte: Relatório Interno de Projetos do NuMI-EcoSol

FIGURA 9 - Estratégias gerais da Incubadora entre 1998 e 2008: Incubação de empreendimentos econômicos solidários em diferentes territórios

Para operacionalização desta estratégia representada na Figura 9, a incubadora tem como diretriz permanente desde sua origem, os valores fundamentais do movimento de Economia Solidária (autogestão, cooperação, solidariedade, equidade e outros) e estratégia de atuação com produção de conhecimento (pesquisa) simultaneamente à atuação na realidade social e a processos educativos em Economia Solidária. Quanto aos valores fundamentais, o processo de tomada de decisão utilizado para as ações que realiza tem como referência a autogestão em que todos os membros podem contribuir nas discussões e nos encaminhamentos. Busca-se, continuamente, o aumento do grau de cooperação, solidariedade e equidade entre seus membros. Quanto à estratégia de atuação, o método de pesquisa-ação participativa foi e continua sendo adotado como forma de articular educação, pesquisa e ação na realidade.

Com sua atuação, contribuiu para criação e consolidação de empreendimentos em diferentes municípios: Matão, Bauru, Salto, Sorocaba, Itu, Catanduva, Jaboticabal, São Carlos, Rio Claro, Araras e Itapeva, Jaboticabal, Ribeirão Preto, Rio Claro, Itapeva e Araras. Realizou articulação com diversos parceiros como prefeituras municipais, Confederação Nacional de Metalúrgicos, organizações não-governamentais, produtores e consumidores e elaborou e executou vários projetos com estas parcerias, sempre na perspectiva de criação de novos empreendimentos coletivos solidários nos diversos territórios.

O NuMI realizou articulação com diversos parceiros como prefeituras municipais, sindicatos e entidades da sociedade civil e São Carlos e em outros municípios que atuava. O núcleo, desde sua origem, participa de muitas ações de apoio e fortalecimento do movimento de EcoSol, como fóruns municipais e estadual, conferências e plenárias do movimento, feiras de EcoSol em que são comercializados produtos e serviços dos EES, entre outros. Também surgiu (e não está sinalizado na linha do tempo) uma organização para o consumo entre os membros do núcleo e outros interessados, entendendo que o fortalecimento da organização de consumidores também faz parte da consolidação da Economia Solidária.

O acúmulo de experiência e o debate existente sobre outras experiências similares ao do NuMI, de incubação de cooperativas populares e outros tipos de iniciativas solidárias que começaram a ser incubadas ao longo deste período, começou a evidenciar, além dos avanços, limitações e obstáculos para alcance de objetivos.

São dificuldades relativas tanto à superação de conflitos e obstáculos no interior dos empreendimentos, quanto à relação destes empreendimentos com o restante da sociedade, particularmente com os consumidores de produtos e serviços oferecidos por estes

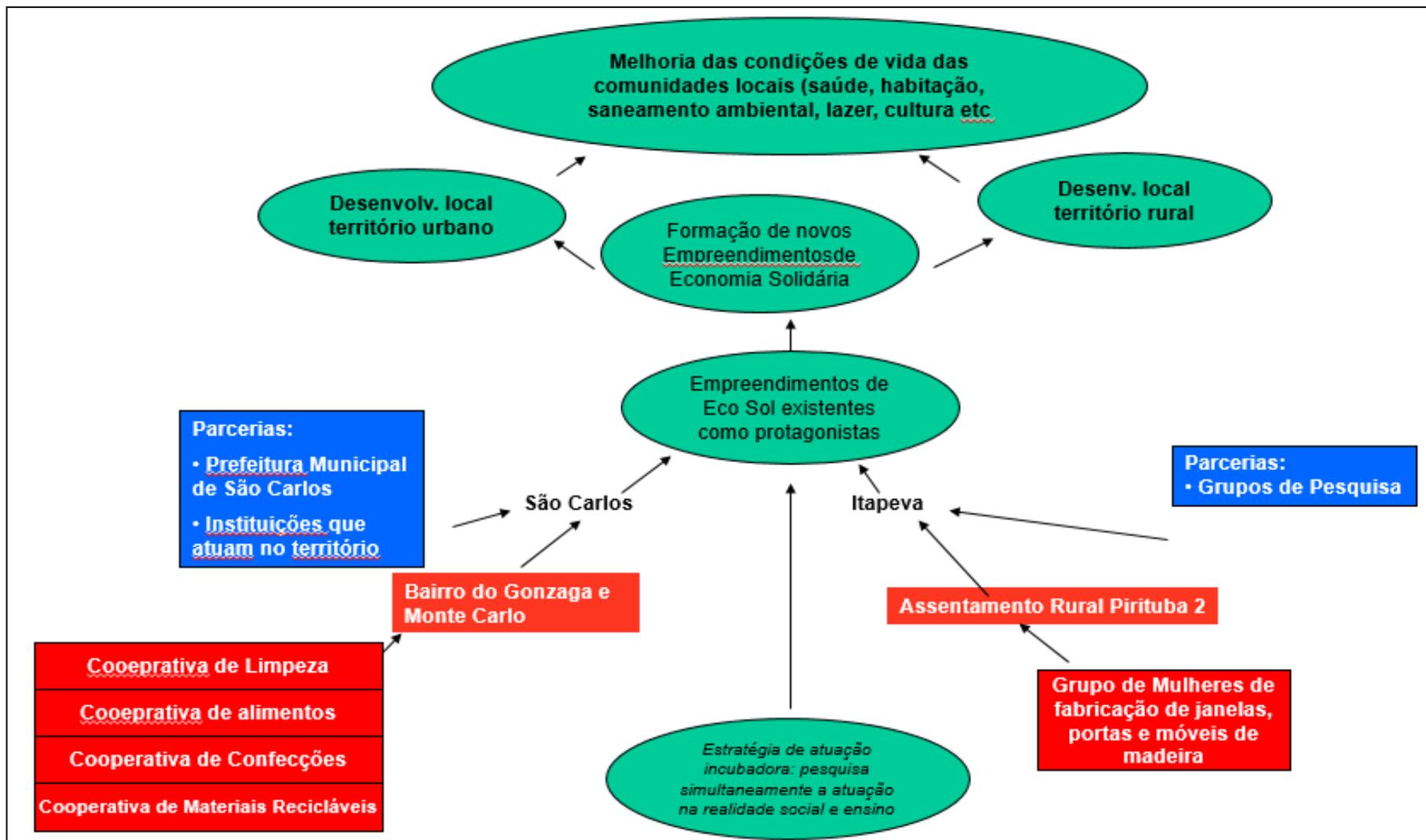
empreendimentos. São bem conhecidas, para quem lida com o campo da Economia Solidária, as dificuldades de comercialização destes produtos e serviços, a despeito da existência de forte investimento neste campo, por parte dos próprios empreendimentos e de agentes de fomento da Economia Solidária. (CORTEGOSO et al, 2010)

A partir de um balanço crítico realizado em um seminário interno no início de 2007, o núcleo assumiu como forma de atuação preferencial, a atenção a territórios definidos a partir de empreendimentos com os quais a incubadora vinha atendendo e que apresentavam potencial de ampliação e consolidação da Economia Solidária. Tal atuação constituiu uma mudança de estratégia geral da incubadora, algo que será explicitado no item seguinte.

2.2.2.2 Estratégias gerais entre 2008 e 2011: atuação preferencial em territórios e fomento ao protagonismo de empreendimentos para o Desenvolvimento Territorial

A partir de 2008 o NuMI-EcoSol passa a atuar em dois territórios (urbano e rural) com a perspectiva de promover o Desenvolvimento Territorial. O território urbano é o bairro Jardim Gonzaga e entorno localizado na cidade de São Carlos e o território rural é um assentamento localizado na cidade de Itapeva, SP.

Neste momento, ocorre uma mudança de estratégia geral do NuMI-EcoSol, passando da atuação em diversos municípios para atuação preferencial em bairros, passando a ser chamados pela equipe do núcleo como “territórios”. A incubadora começa, a partir de então, a considerar a pertinência de articulação de políticas setoriais, como as políticas municipais de saúde, educação, habitação e saneamento ambiental, com ênfase na geração de renda por meio de trabalho coletivo e de práticas de cooperação. Ainda passam a serem levados em consideração no território, atores sociais, mercados, cadeias produtivas, fluxos, políticas públicas, etc., e é incorporado o debate sobre sustentabilidade com dimensões além da econômica: social, cultural, política-institucional e ambiental. As estratégias adotadas pelo NuMI-EcoSol após a mudança de estratégia descrita podem ser observadas na Figura 10.

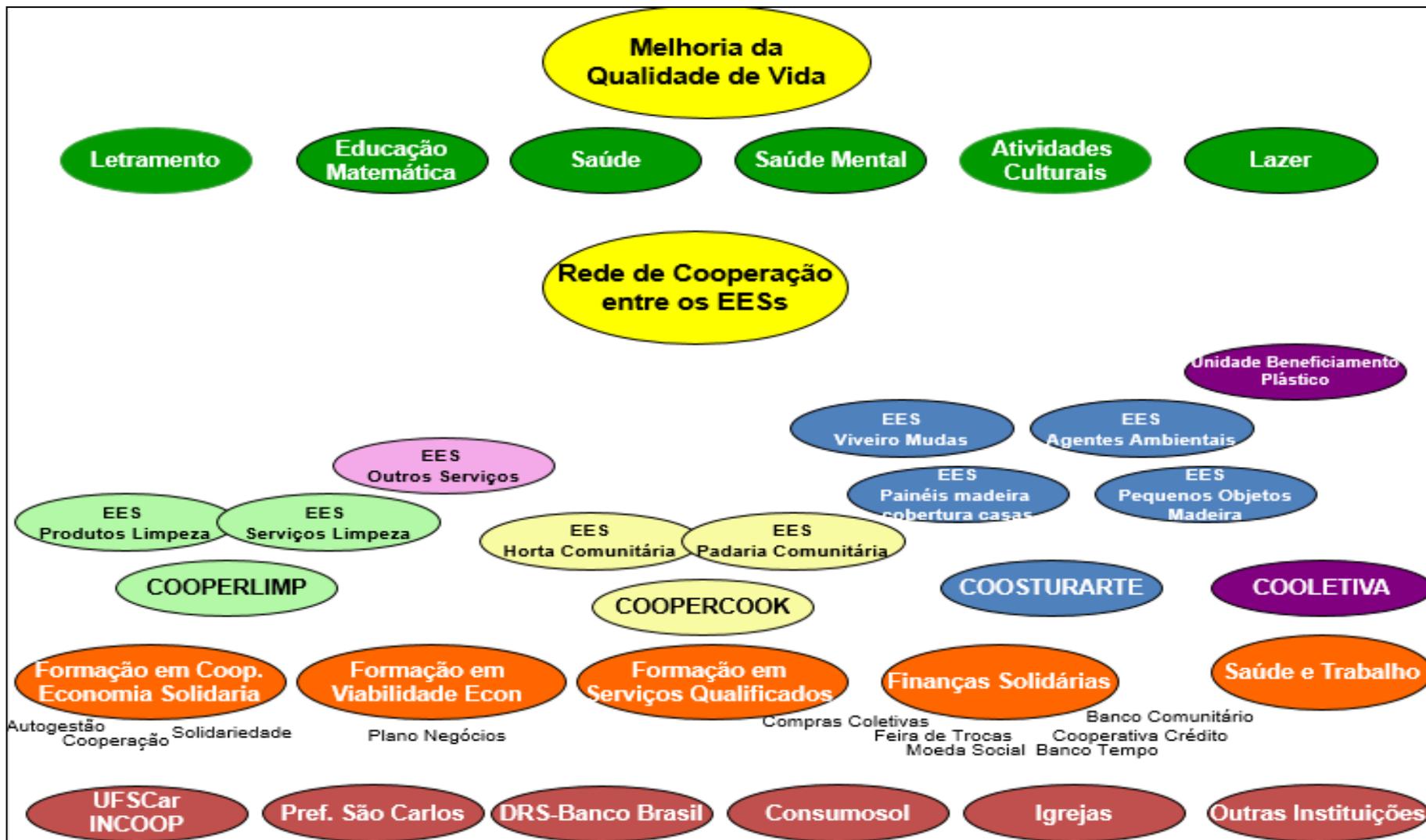


Fonte: Relatório Interno de Projetos do NuMI-EcoSol

FIGURA 10 - Estratégias gerais da Incubadora entre 2008 e 2011: Economia Solidária como estratégia de Desenvolvimento Territorial

A partir da nova estratégia geral adotada pelo NuMI-EcoSol passou a ter centralidade: 1. consolidação dos EES existentes e; 2. fomento ao protagonismo dos EES para criação de novos EES. Com a atuação focada em dois territórios definidos e com parcerias em andamento com EES (Cooperativas de limpeza, de alimentos, de confecções e de materiais recicláveis no território urbano e uma marcenaria coletiva no território rural) o núcleo inicia um processo de articulação com outras parcerias com perspectiva de contribuir para o avanço da EcoSol no território em questão. Neste momento tem-se como objetivo a promoção do Desenvolvimento Territorial para melhoria da qualidade de vida da população local e o estabelecimento de relações com o movimento de EcoSol e outros de caráter emancipatório. A cooperativa de limpeza foi a principal protagonista neste momento. Esta cooperativa foi a experiência mais duradoura de assessoria do NuMI-EcoSol a um empreendimento econômico solidário, de grande significado não apenas no âmbito da incubadora e do município, mas para a própria história da economia solidária no Brasil, pelos sucessos que o empreendimento alcançou, ultrapassando o número de 300 sócios, em sua grande maioria com renda mensal garantida, e uma significativa mudança nas condições de vida da população do bairro Jardim Gonzaga em São Carlos.

Também como estratégia geral prevista, a partir de 2008, estão: 1. promoção do acesso a direitos relacionados à Economia Solidária (direito ao trabalho associado, renda, direitos trabalhistas, formação em Economia Solidária etc.) e 2. promoção do acesso a outros direitos de cidadania (Saúde, Cultura, Lazer, Educação Matemática etc.). Esperava-se que os EES existentes fossem protagonistas na criação de novos, na constituição e consolidação de diversas Cadeias Produtivas e de outras iniciativas econômicas solidárias como pode ser observado na Figura 11.



Fonte: Relatório Interno de Projetos do NuMI-EcoSol

FIGURA 11 - Estratégias gerais previstas a partir de 2009: Consolidação de Cadeias Produtivas e Rede de Cooperação entre Empreendimentos na perspectiva do Desenvolvimento Territorial

Novos EES foram previstos pelo projeto do NuMI-EcoSol, definidos em conjunto com a comunidade, para aumentar a quantidade da população envolvida com a Economia Solidária e para diversificação das atividades produtivas existentes no território. Os novos EES previstos foram: 1. EES de Produtos de Limpeza; 2. EES de serviços especializados de limpeza (limpeza de caixa d'água, lavagem de carro, limpeza de quintais para combate à dengue) 3. EES de Cuidado de Pessoas; 4. EES de logística de distribuição de produtos e documentos; 5. Horta Comunitária 6. Padaria Comunitária 7. EES produção de viveiros de mudas; 8. EES de produção de pequenos objetos de madeira; 9. EES de painéis de madeira para cobertura habitacional (empreendimento com intuito de fabricar painéis de madeira a serem utilizadas como forro de casas) e; 10. EES de Cultura.

A estratégia de constituição e consolidação das cadeias produtivas consiste no preenchimento de lacunas de produtos e serviços inexistentes no território, sendo que os EES de uma mesma cadeia possam colaborar entre si. As cadeias produtivas previstas foram: 1. Limpeza; 2. Diferentes tipos de Serviços; 3. Resíduos e Reciclagem e; 4. Alimentos. Outras iniciativas de Economia Solidária foram propostas como a inserção de pessoas portadoras de transtorno mental severo nos EES existentes no território ou possibilidade de criar novos empreendimentos mistos, ou seja, compostos por pessoas portadoras de transtorno mental e outras pessoas que não se encontram nesta condição.

No entanto, surge um problema que atinge a principal protagonista, a cooperativa de limpeza, que não conseguiu evitar seu encerramento, ironicamente provocado por agentes públicos do mesmo governo que alavancou a economia solidária no Brasil, inclusive por meio de políticas públicas. Desde início de 2011, a cooperativa de limpeza deixou de atuar, impedida por meio da imposição de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) pelo Ministério Público do Trabalho¹¹. Este TAC obrigou o EES a encerrar os contratos de limpeza com a iniciativa privada e fixou, para o final de 2011, o prazo limite para o encerramento dos contratos, obtidos via Editais Públicos, com a Prefeitura. Este mesmo problema afetou e determinou também o encerramento da cooperativa de alimentos.

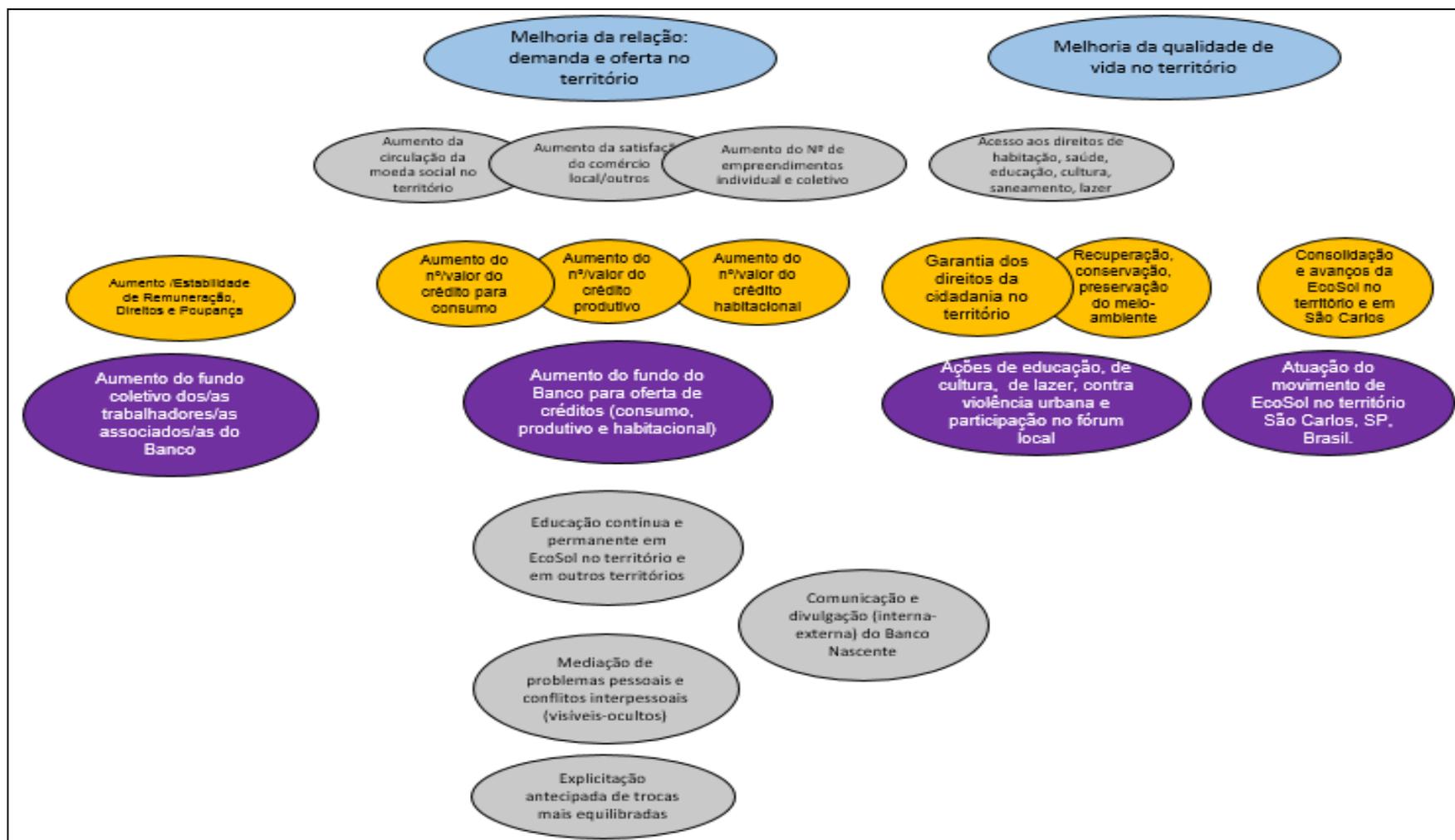
Então a Incubadora mudou sua estratégia de atuação no momento em que surge um novo ator, o Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente. É importante salientar que as propostas de um banco comunitário de desenvolvimento, bem como outras iniciativas de finanças solidárias, já vinham sendo propostas pela incubadora em conjunto com a

¹¹ Foi realizado estudo sobre este processo por Moya, 2013.

comunidade, sendo que seria desejável a coexistência das cooperativas como protagonistas em conjunto com a atuação do banco comunitário.

2.2.2.3 Estratégias gerais entre 2012 e 2014: fomento ao Banco Comunitário Nascente como novo protagonista para o Desenvolvimento Territorial

A partir de 2012, o NuMI-EcoSol passa a ter como atuação preferencial somente no território urbano (o território rural passou a ter assessoria de outra Universidade, mais próxima deste território) com novo protagonista, o Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente. Este Banco é uma iniciativa de finanças solidárias composto por três mulheres da comunidade do bairro Jardim Gonzaga em São Carlos que está em funcionamento desde junho de 2012, com ações principais de concessão e acompanhamento de créditos produtivos como forma de fomentar e articular EES e iniciativas econômicas populares no bairro. Em 2013 o Banco Nascente lançou sua moeda social, a “Vida”, como uma tecnologia para canalizar e fortalecer a economia local. Além dos serviços financeiros o banco tem um importante papel comunitário de participação, articulação e mobilização para o acesso e a garantia dos direitos de cidadania de moradores e moradoras. Na Figura 12 é possível observar as estratégias gerais de atuação do banco comunitário.



Fonte: Relatório Interno de Projetos do NuMI-EcoSol
 FIGURA 12 - Estratégias gerais do Banco Comunitário Nascente a partir de 2012: acesso a finanças solidárias e outros direitos na perspectiva do Desenvolvimento Territorial

A estratégia geral do Banco Nascente é centrada no aumento de seus fundos coletivos além de ações de cultura, lazer, combate à violência, mutirão de limpeza, participação em um fórum local de desenvolvimento e atuação no movimento municipal de Economia Solidária. Para o banco comunitário é importante a existência de pelo menos dois fundos, um para oferta do crédito e outro das trabalhadoras. Hoje o Banco Nascente oferece crédito para o consumo (na moeda Vida) e para produção (em Real) e tem perspectiva de conceder crédito para reforma ou novas habitações. O fundo das trabalhadoras tem o intuito de aumentar a estabilidade, a remuneração para incluir direitos trabalhistas e poupança. As ações na comunidade para além da concessão de crédito visam aumentar e garantir o acesso da população a outros direitos além do crédito e a recuperação e conservação do ambiente local. Uma das perspectivas de atuação do Banco Nascente no movimento municipal de Economia Solidária é aumentar a consolidação e trazer outros avanços para Economia Solidária no território. Estas estratégias visam aumentar a circulação da moeda social no território, para ampliar os benefícios aos comerciantes e consumidores do território, possibilitar o surgimento de novos empreendimentos, sejam eles coletivos ou individuais e viabilizar o acesso da comunidade a habitação, saneamento, saúde, educação, cultura, lazer etc. Por fim visam o aumento da relação entre a necessidade das pessoas e ofertas de produtos e serviços no território possibilitando a melhoria da qualidade de vida no território. Uma das ações fomentada pelo NuMI-EcoSol juntamente com o banco comunitário em 2011 foi mapeamento da produção e do consumo dos bairros realizado por moradores para construção conjunta de rede entre produtores e consumidores.

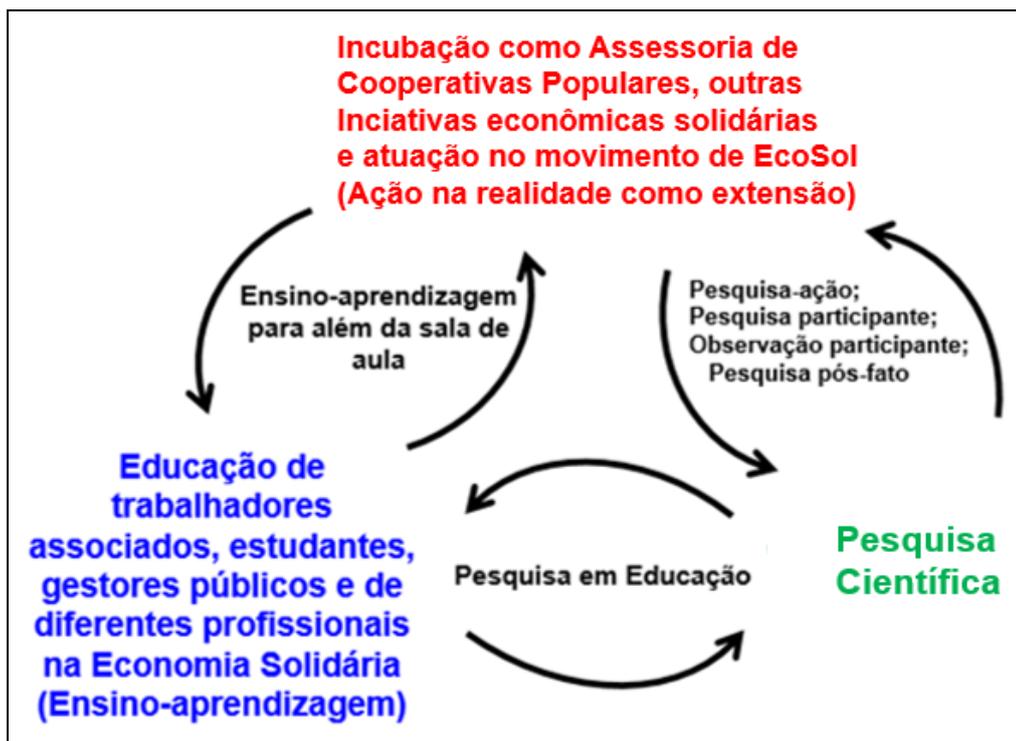
3. RESULTADOS OBTIDOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos com a coleta de dados são apresentados neste item com intuito de verificar as hipóteses intermediárias e a principal. Primeiramente são apresentadas as estratégias gerais de atuação no NuMI-EcoSol (item 3.1), seguida da apresentação da Linha do tempo de sua atuação (item 3.1.1). Na sequência são apresentadas o exame sobre o processo de produção de conhecimento no âmbito do NuMI (item 3.1.2) e em seguida no âmbito dos processos educativos, em especial na disciplina ACIEPE (item 3.1.3). Por fim, o item 3.2 apresenta os resultados em relação a aproximação do NuMI-EcoSol a concepção de Economia Solidária como estratégia de Desenvolvimento Territorial.

3.1 Estratégias gerais, condições favorecedoras, avanços, dificuldades e limites da produção de conhecimento com articulação da pesquisa, ação na realidade social e educação em Economia Solidária. Caso: experiência do NuMI-EcoSol

Buscando cumprir o papel da Universidade, compreendendo-a como instituição com atribuição específica de produção de conhecimento e responsável por *tornar este conhecimento acessível*, o NuMI-EcoSol tem, desde sua origem, como um dos princípios, a articulação entre ação na realidade, pesquisa e educação tendo como referência a Economia Solidária. O conhecimento tem se tornado assim acessível ao público preferencial do NuMI que é constituído, também desde a origem, por pessoas historicamente excluídas, trabalhadores em situação de precariedade, desempregados ou excluídos do mercado de trabalho, moradores de bairros pobres. Outras categorias de pessoas excluídas foram sendo incorporadas como público preferencial de atuação do NuMI-EcoSol, como usuários do sistema de saúde mental, moradores de rua, jovens que já cumpriram medidas socioeducativas, mulheres jovens grávidas, entre outros.

A estratégia geral de atuação do NuMI-EcoSol, desde a origem, é ação na realidade social com assessoria, em especial, incubação de iniciativas econômicas solidárias em diversos territórios e atuação no movimento de Economia Solidária, simultaneamente à produção de conhecimento em Economia Solidária e educação em Economia Solidária de trabalhadores, estudantes, gestores públicos, tal como representado na Figura 13.



Fonte: Documento interno do NuMI-EcoSol

FIGURA 13 - Processo de produção de conhecimento com articulação pesquisa, ação na realidade e educação

Cada um dos elementos, “Pesquisa Científica”, “Ação na realidade” e “Educação”, tem relação com as outras duas atividades. A incubação de iniciativas econômicas solidárias (uma forma de assessoria) é a forma principal de ação na realidade social do NuMI-EcoSol e que é realizada por meio de processos participativos e dialógicos (em relação à população atendida), buscando intercâmbio de saberes populares e acadêmicos. A atividade principal, ou atividades, de ação na realidade poderiam ser outras, como cursos, palestras e oficinas.

O conceito de assessoria se diferencia do conceito de consultoria, dado que este se caracteriza por ações específicas e breves. O NuMI também tem como ação a consultoria a quaisquer atores com motivação para a economia solidária e que possam ser atendidos por ações breves. No entanto, consultoria não é sua atividade principal de ação na realidade. Outro conceito e forma de atuação que também se diferencia de assessoria é a prestação de serviço. Esta também poderia ser realizada pela Universidade e pelo NuMI, porém apenas em condição temporária até que a comunidade possa ter meios para realizar tal prestação de serviço. (UFSCar, 2017)

O tipo específico de assessoria realizado preferencialmente pelo NuMI é a incubação, que consiste em um processo de troca do saber técnico-científico com o saber popular, tendo

em vista a construção de um novo saber. A ação na realidade social por meio da incubação não corresponde meramente a estender o conhecimento previamente existente, sendo, portanto, uma prática e um conceito questionadores do termo extensão.

O NuMI-EcoSol realiza incubação de cooperativas e outras iniciativas econômicas solidárias com objetivo de geração de trabalho associado e renda na perspectiva da emancipação socioeconômica e políticas dos sujeitos. Simultaneamente à ação na realidade ocorre formação. Segundo a SENAES, assessoria e formação

[...] são processos contínuos de promoção, apoio e fomento à economia solidária tanto através da apropriação/tradução de conhecimentos como pelo aperfeiçoamento dos processos de autogestão no interior das unidades de produção (de bens e serviços), comercialização, consumo e finanças solidárias, bem como pela construção e fortalecimento de cadeias econômico-solidárias e redes de cooperação. (SENAES, 2012, p. 7)

A ação na realidade social impactou a produção de conhecimentos em Economia Solidária, como exemplo, o método de incubação, diretrizes para autogestão, planilhas para consolidação da viabilidade econômica, método e ferramentas de sistematização de experiências que passaram a subsidiar a incubação.

A relação entre produção de conhecimento e ação na realidade social constitui um método de pesquisa que é a pesquisa-ação. Na relação entre educação e ação na realidade é possível perceber que as oportunidades de ensino-aprendizagem não são exclusivas de sala de aula, pois ocorre nos empreendimentos, fóruns, oficinas, feiras etc.

São diversas as condições favorecedoras para articulação entre educação, pesquisa e ação na realidade, entre elas a existência de um núcleo duro e durável, um grupo de pessoas que tenham compreensão dos princípios e acúmulos diversos em relação à experiência. No âmbito da universidade, professores e técnicos administrativos são mais permanentes, no entanto não é necessário que sejam apenas estes os integrantes deste tipo de núcleo. A multidisciplinariedade e o caráter multiprofissional são também condições essenciais, pois a Economia Solidária demanda conhecimento de diversas áreas e atuação de uma diversidade de profissionais. O planejamento, manutenção e melhoria dos espaços de participação tendo a autogestão como referência são outras condições essenciais, assim como a constituição de uma equipe mínima para cada atividade na realidade social, com pelo menos um professor, um estudante de graduação e um profissional graduado, cada qual com sua contribuição específica.

Entre algumas dificuldades e limites à articulação entre educação, pesquisa e ação na realidade estão a operacionalização da produção científica coletiva, dificuldade de sistematização e redação conjunta, definição de autores principais. O caráter produtivista da Universidade, que gera publicações que muitas vezes têm conteúdo distante do que as pessoas necessitam, afasta professores e estudantes que necessitam produzir em quantidade para alcançar metas. Outras dificuldades são a diversidade de “papéis” entre os atores (pesquisadores, professor, graduando, pós-graduando, gestor, trabalhador), o tempo de dedicação parcial de grande parte da equipe, diferentes tipos e graus de compreensão sobre Economia Solidária, sobre o papel da universidade, diferentes graus de motivação e formas de inserção no núcleo.

Contudo, a partir da elaboração de uma linha do tempo como processo coletivo de sistematização de sua atuação, foi possível identificar elementos que indicam articulação entre educação, pesquisa e ação na realidade em sua experiência.

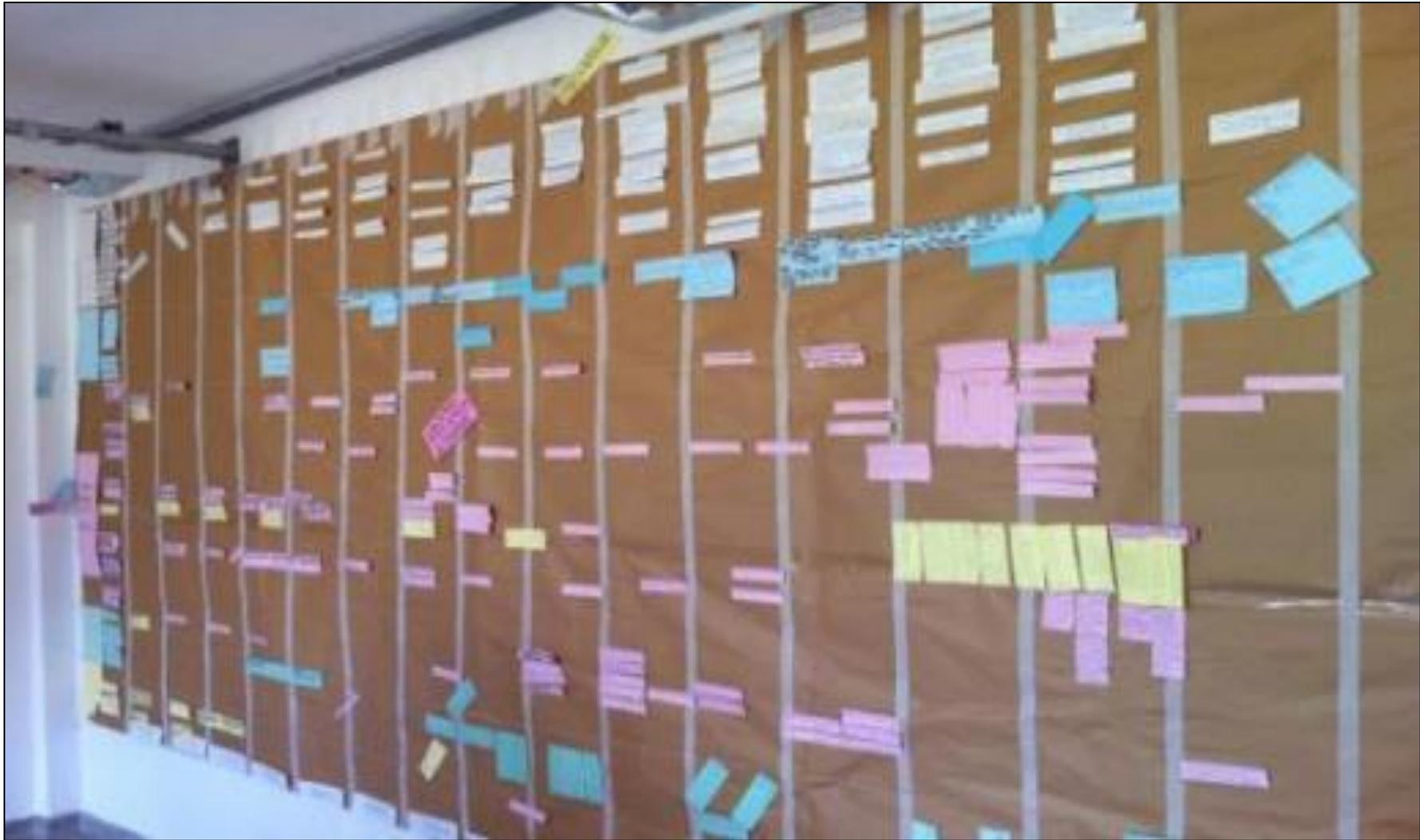
3.1.1 Construção coletiva da linha do tempo como ferramenta para sistematização da experiência do NuMI-EcoSol

A estratégia adotada para verificação da hipótese de que o NuMI-EcoSol articula educação, pesquisa e ação na realidade, desde sua origem, foi a elaboração coletiva de uma linha do tempo. Em 2011, foi criada no âmbito do NuMI uma comissão de sistematização que passou a se reunir para construção desta ferramenta.

A comissão definiu eixos e sub-eixos de sistematização e elaborou a primeira versão da linha do tempo, que em seguida passou a ser preenchida de forma coletiva. A definição de eixos e sub-eixos é uma etapa importante na construção de uma linha do tempo. Com eles é possível sistematizar aspectos mais relevantes para os participantes da experiência e não tudo o que acontece. Para definição dos eixos e sub-eixos da linha do tempo de atuação do NuMI-EcoSol, foi considerado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio que membros deste núcleo afirmam considerar desde o início. A partir desta percepção por parte da equipe e diante do interesse em buscar evidências sobre este fato, foi definida a utilização destes três tipos de atividades (produção científica, educação em EcoSol e ação na realidade) como eixos da linha do tempo. Ainda, como em qualquer coletivo, existem aspectos da organização, gestão, estrutura e funcionamento do grupo que também se

tornaram um eixo. Por fim, foi incluído ainda um eixo destinado a sistematizar as fontes que financiam as atividades do NuMI-EcoSol.

Com a intenção de possibilitar o preenchimento coletivo da linha do tempo, foi elaborado um painel que pode ser observado na Figura 14, apresentado para mostrar a dimensão da ferramenta, já que não é possível visualizar seu conteúdo.



Fonte: Imagem registrada pelo autor

FIGURA 14 - Linha do tempo em grande painel fixada na parede da sede do NuMI-EcoSol

A última versão a que se chegou da linha do tempo, em 2014, ainda está muito incompleta em relação ao conjunto de ações realizadas pelo NuMI-EcoSol. As principais fontes consultadas foram relatórios de projetos executados. Outra fonte foi a memória de membros da equipe, membros de empreendimentos incubados e parceiros. O produto alcançado representa os resultados do primeiro exercício de um processo de envolvimento da equipe para sistematização coletiva de sua própria atuação.

A linha do tempo, desde suas primeiras versões, é de grande tamanho, o que dificulta a sua apresentação. A redução para caber integralmente em um texto, o torna ilegível quanto ao seu conteúdo. Para poder ser analisada, será apresentada uma explicitação de sínteses por eixos de sistematização. Para tanto, a última versão da linha do tempo foi digitalizada e destacada eixo a eixo, como pode ser observado na Figura 15.



Fonte: Elaborado pelo autor

FIGURA 15 - Divisão da linha do tempo em eixos

O primeiro eixo da linha do tempo refere-se à produção de conhecimento. Os sub-eixos são os tipos de publicações realizadas: Livro, capítulo de livro, artigos publicados em revista, trabalhos completos publicados em anais de congressos, resumos expandidos e não expandidos publicados em anais de congressos, apresentações de painés em eventos acadêmicos, monografias de conclusão de curso de graduação, dissertações, teses, eventos organizados pelo NuMI, eventos coorganizados, participação em eventos e produção de vídeos. O preenchimento desses sub-eixos em cada ano na linha de tempo foi feito com título de trabalhos, locais de publicação e a quantidade de trabalhos de cada tipo. Como por exemplo, o ano de 2006, foram publicados: um capítulo de livro, 19 trabalhos completos em anais de congresso, um resumo expandido, dez resumos e cinco apresentações de painés. Estas publicações ocorreram em eventos como XIV Jornada de Jovens Pesquisadores da Associação de Universidades Grupo Montevideo (AUGM), I Congresso Nacional da Rede Universitária de ITPCs, IV Congresso Brasileiro de Agroecologia, Simpósio Nacional de Reforma Agrária, II Seminário Acadêmico PROCOAS, IV Congresso de Iniciação Científica da UFSCar e o V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental.

De acordo como consta na linha tempo, o primeiro artigo publicado pela equipe, que naquele momento compunha a equipe que iniciou o NuMI-EcoSol (em 1998), tem como título: “Incubadora de Cooperativas Populares: uma experiência Universitária em prol da Transformação Social” e foi elaborado em conjunto por 10 autores. É possível observar que a quantidade e diversidade de trabalhos foram aumentando ao longo dos anos, algo que é possível observar pela quantidade de cartelas inseridas na linha de tempo.

Na Figura 16 é apresenta uma síntese da Produção Científica do NuMI-EcoSol realizada desde sua origem.

Eixo	Sub-eixos	Síntese da produção científica no período (1999-2014)
Produção científica	Tipos de publicações científicas realizadas e meios de divulgação	Acúmulo da Produção Científica do NuMI-EcoSol caracterizada por ser diversificada em relação a tipos (livros, capítulos de livros, artigos, monografias, dissertações, teses, organização de eventos etc.), temas, eventos e com diversas publicações elaboradas coletivamente

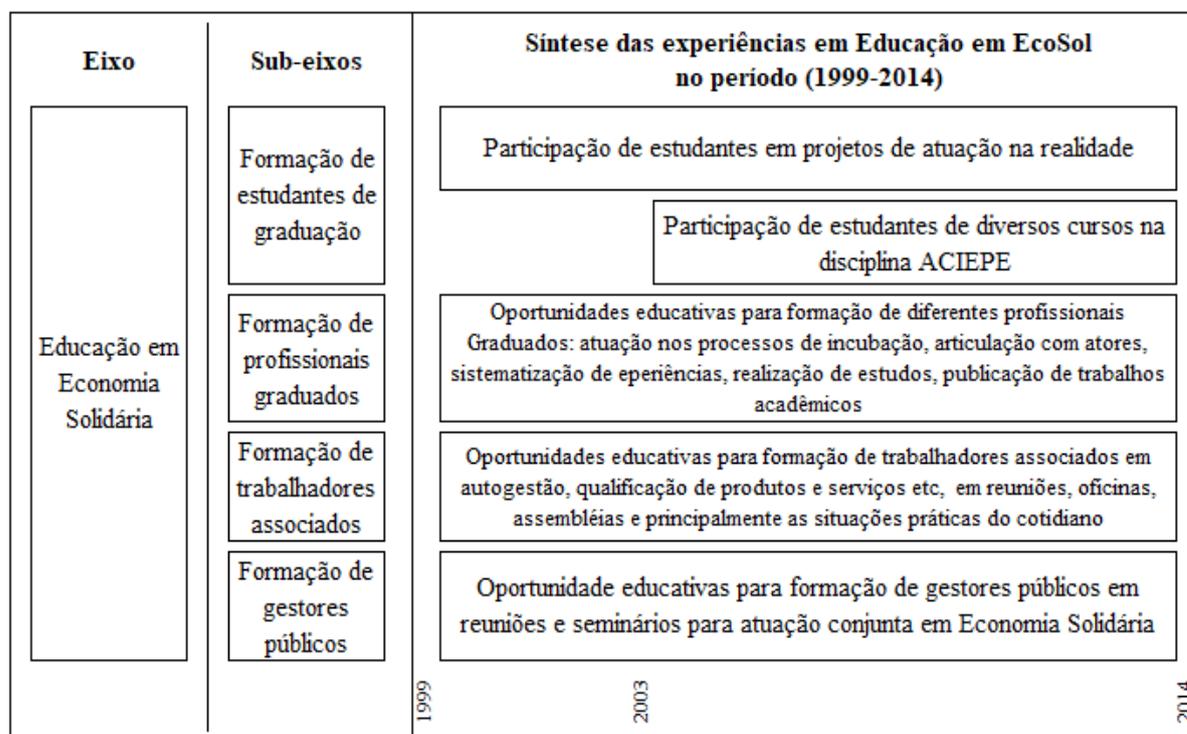
Fonte: Elaborado pelo autor

FIGURA 16 - Síntese da Produção Científica na linha do tempo

Desde o início de sua atuação, o NuMI-EcoSol vem publicando trabalhos que compõem

sua produção científica, enfatizando diferentes aspectos da Economia Solidária. Para aumentar as possibilidades de divulgação das experiências desenvolvidas e dos resultados para diferentes tipos de públicos como possibilidade de tornar mais disponível estes conhecimentos em outros territórios, o NuMI-EcoSol realiza: 1) sistematização contínua de suas experiências; 2) produção de meios para divulgação dos resultados de sua atuação; 3) organização de eventos de avaliação e divulgação das condições favorecedoras e dos obstáculos, para aumentar as possibilidades de transferência para outros grupos e territórios.

É possível observar na Figura 17 a síntese do segundo eixo, referente a Formação/Educação em EcoSol realizada pelo NuMI-EcoSol entre 1999 e 2013.



Fonte: Elaborado pelo autor

FIGURA 17 - Síntese do eixo Educação em Economia Solidária na linha do tempo

Os sub-eixos referentes ao eixo “Educação em Economia Solidária” foram escolhidos considerando os diversos públicos-alvo deste tipo de atividade: estudantes, profissionais graduados, trabalhadores associados e gestores públicos. O único sub-eixo que foi preenchido de forma mais completa foi o de “Formação de alunos de Graduação”, especificamente referente a disciplina ACIEPE. Algumas atividades podem ser indicadas tanto como produção científica como Educação em Economia Solidária, como por exemplo uma iniciação científica em que o processo pode ser considerado como atividade educativa, e os produtos (relatório ou artigo, por exemplo) são indicados na linha do tempo no eixo de produção científica. É o caso

também de outras oportunidades escolarizadas de formação, como estágio e TCC. Também fazem parte deste eixo atividades que não foram incluídas na última na versão coletiva da linha do tempo como o curso de especialização em Gestão em Economia Solidária, inserções do tema Economia Solidária em curso de graduação e pós-graduação, o Programa de Educação Tutorial (PET-EcoSol), o Encontro de Saberes (evento sem frequência fixada em que são apresentados e debatidos projetos em andamento e pesquisas desenvolvidas, ou em andamento, por membros do NuMI). Enquanto oportunidades não escolarizadas há atividades com estudantes de graduação e pós-graduação envolvidos em projetos de extensão, trabalhadores associados envolvidos na incubação, gestores públicos e parceiros envolvidos nas atividades do NuMI-EcoSol.

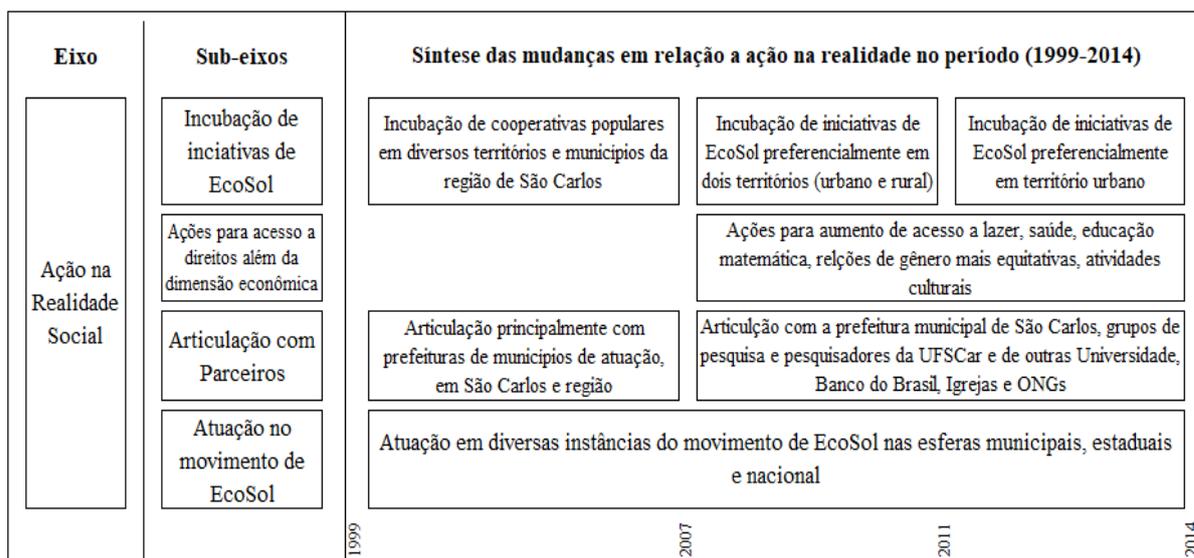
O NuMI-EcoSol conta, em suas ações, com a participação de estudantes de graduação e de pós-graduação de diversas áreas. Estes estudantes se inserem no NuMI-EcoSol de formas variadas, como estagiários, bolsistas de diversas modalidades, iniciação científica e como condição para desenvolver trabalhos de conclusão de curso. Estudantes de pós-graduação desenvolvem pesquisas para elaboração de Teses e Dissertações. Para estes estudantes, de graduação e de pós-graduação (e também para outros públicos interessados) é ofertada semestralmente a disciplina de graduação, mas aberta à participação de outros interessados, “Atividade Curricular de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPE) – Cooperativismo popular e Economia Solidária”. Esta disciplina começou a ser ofertada no primeiro semestre de 2003 e já foi, até o recorte temporal desta pesquisa, ofertada 23 vezes, sendo que no segundo semestre de 2014 ocorreu a vigésima terceira oferta. É possível afirmar que mais de 400 estudantes de graduação cursaram esta ACIEPE no período estudado nesta pesquisa¹².

Além destas atividades formativas, o NuMI-EcoSol realiza: 1. acolhimento, preparo inicial, formação continuada de alunos de graduação bolsistas; 2. formação de profissionais graduados para assessoria a iniciativas econômicas solidárias e formação contínua e permanente em Economia Solidária; 3. formação contínua e permanente aos membros de empreendimentos econômicos solidários incubados; 4. ações formativas breves e pontuais (consultoria) junto a gestores, parceiros, empreendimentos solidários e; 5. oferece palestras, minicursos e oficinas para diversos públicos interessados na Economia Solidária. Recentemente, em 2013, houve a primeira oferta do curso de pós-graduação *lato sensu* de “especialização em Gestão de Economia Solidária”. A primeira turma concluiu o curso no

¹² Dados que ainda serão apresentados.

final do segundo semestre de 2015.

Quanto ao eixo de linha do tempo chamado de Ações na Realidade Social, foi elaborada uma síntese de mudanças identificadas que pode ser observada no Figura 18.



Fonte: Elaborado pelo autor

FIGURA 18 - Síntese das mudanças ocorridas nas ações na realidade social na linha do tempo

Quanto à “Ação na realidade social”, é dada centralidade na assessoria a empreendimentos e grupos para constituição de iniciativa de Economia Solidária na forma de incubação. Os sub-eixos se referem a incubação de iniciativas de EcoSol no Jardim Gonzaga, no município de São Carlos e em outros municípios, ações de promoção do acesso a direitos para além da dimensão econômica, parcerias e atuação no movimento de EcoSol.

Entre 1998 e 2007 foram incubadas iniciativas localizadas em diversos municípios: São Carlos, Matão, Bauru, Sorocaba, Salto, Itu, Catanduva, Jaboticabal, Rio Claro, Ribeirão Preto, Araras e Itapeva. A partir de 2007 o núcleo passou a atuar em dois territórios, um urbano (bairro jardim Gonzaga e entorno em São Carlos, SP) e um rural (assentamento Pirituba II em Itapeva, SP) com a perspectiva de promover o desenvolvimento destes territórios. Passou, então, a assessorar grupos para constituírem, além de empreendimentos econômicos, outras iniciativas de Economia Solidária, como feiras de trocas, cadeias produtivas e redes. A partir de 2011 a atuação preferencial, para incubação, passou a estar concentrada no território urbano de referência (município), sendo que a incubação, no território rural historicamente atendido, foi sendo assumida por grupo de pesquisa da UNESP de Itapeva.

Foram apoiados e acompanhados diretamente, incluindo os incubados, desde o início

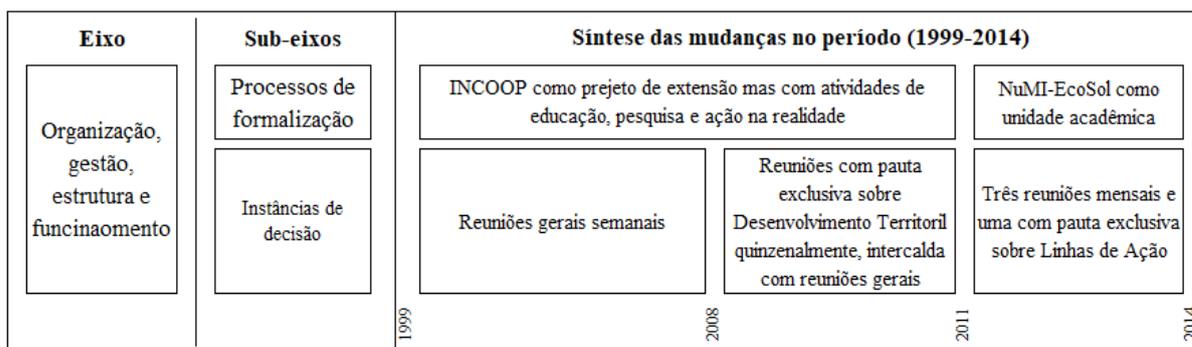
da NuMI-EcoSol até 2014, vinte e cinco empreendimentos solidários. São eles: 1) COOPERASOLMAT (Cooperativa Autogestionária de Solidariedade de Matão); 2) INCUBAF (Incubação de empreendimentos econômicos coletivos autogestionários com Agricultores Familiares da região Araras SP e do Assentamento Horto Loreto para produção e comercialização de derivados da cana e do tomate orgânicos); 3) Horta Agroecológica Coletiva e Autogestionária; 4) COPANJA (Cooperativa de Panfletagem de Jaboticabal); 5) RECRIART (Reciclagem de Papel); 6) Associação Maria Fuxico; 7) MADEIRARTE (Marcenaria Coletiva Autogestionária); 8) COOLETIVA (Cooperativa de coletores de materiais recicláveis do Jardim Gonzaga); 9) COOPERCOOK (Cooperativa em prestação de serviço em culinária de São Carlos); 10) COOPERLIMP (Cooperativa de Limpeza Jardim Gonzaga Organização); 11) COOPERVIDA (Cooperativa de coletores de materiais recicláveis de São Carlos); 12) COOSTURARTE (Cooperativa dos Trabalhadores em Confecções São Carlos); 13) Jaboti Recicla (Cooperativa de Reciclagem de Jaboticabal); 14) Mil Sonhos e Surpresas Doces (Jaboticabal) 15) Cooperativa Popular de Catadores de Ribeirão Preto; 16) Horta Orgânica em Catanduva; 17) Horta Coletiva no Centro da Juventude em São Carlos; 18) LimpSol (Grupo de produtos de limpeza - São Carlos); 19) Sabão Recicla (Produção de sabão caseiro a partir de óleo reutilizado - São Carlos); 20) Banco Comunitário Nascente. 21) ConsumoSol - Articulação Ética e Solidária para um Consumo Responsável, como forma de apoio aos empreendimentos solidários com foco na temática do consumo; 22) Horta comunitária em São Carlos; 23) Feira de pequenos produtores em São Carlos; 24) Feira EcoSolidária em São Carlos; 25) Grupo de panificação constituído por usuários do serviço de saúde mental.

Também foram realizadas ações educativas de promoção ao acesso a direitos de cidadania como saúde, cultura, lazer, educação matemática, entre outros. São diversos os parceiros de atuação do NuMI-EcoSol, sendo que até 2007 eram predominantemente de prefeituras das cidades em que o NuMI-EcoSol atuava. A partir de 2007 os parceiros foram predominantemente aqueles com atuação nos territórios-alvo no NuMI-EcoSol, entre eles secretarias municipais, pesquisadores, grupos de pesquisa, Banco do Brasil, grupos religiosos e ONGs.

O Núcleo também realiza atuação no movimento de Economia Solidária em diversas instâncias: Fórum Municipal de EcoSol; é membro efetivo como ente de apoio e fomento do Conselho Municipal de EcoSol; participou na implantação do Centro Público de EcoSol, de São Carlos; Encontros, Conferências, Plenárias Municipais, Estaduais e Nacionais; Fórum

Estadual de Economia Solidária; Rede de ITCPs e diversos eventos do movimento de EcoSol, acadêmicos e não acadêmicos.

Quanto à síntese da organização, gestão, estrutura e funcionamento do NuMI-EcoSol, ver Figura 19.



Fonte: Elaborado pelo autor

FIGURA 19 - Síntese da organização, gestão, estrutura e funcionamento do NuMI-EcoSol na linha do tempo

Quanto a este eixo, foram preenchidos dois sub-eixos, “Processos de Formalização” e “Instâncias de decisão”. Como já citado anteriormente, a antiga INCOOP se institucionalizou como NuMI-EcoSol. No sub-eixo “Instâncias de decisão” foram sendo inseridos as diferentes formas em que o NuMI-EcoSol se organizou quanto ao processo de tomada de decisão. Inicialmente, até 2007, com reuniões gerais semanais, a partir de 2007 com reuniões específicas sobre o projeto de Desenvolvimento Territorial a cada 15 dias, intercalado com as reuniões gerais e a partir de 2011 com 3 reuniões gerais mensais e uma para tratar sobre o andamento da estruturação de linhas de ação, constitutivas de toda unidade acadêmica da UFSCar e que, portanto, passaram a existir no NuMI-EcoSol enquanto unidade acadêmica desta Universidade. As linhas de ação não são fixas, podem variar de acordo com os projetos e acordos estabelecidos pela equipe do núcleo. As primeiras linhas de ação e que ainda estão presentes (em outubro de 2015) apesar de estarem passando por processo de revisão, são as seguintes: Educação, Saúde e cidadania; Movimento de Economia Solidária; Relações de comercialização e consumo; Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial; Ensino, Pesquisa e Extensão em Finanças Solidária; Fomento à constituição de novos empreendimentos e iniciativas de Economia Solidária; Formação em Economia Solidária; Inserção laboral de pessoas em desvantagem social por meio da Economia Solidária; Redes de Empreendimentos Econômicos Solidários; Desenvolvimento de Ações de Consultoria em Economia Solidária do NuMI-EcoSol e; Relação e Articulação de Parcerias. O núcleo ainda conta com uma equipe denominada comissão gestora administrativa que tem como atribuição

as atividades administrativas do núcleo, atribuição que antes da composição desta comissão era diluída entre as diversas equipes.

E por fim, na Figura 20 é possível observar a síntese quanto as fontes de financiamento do NuMI-EcoSol.

Eixo	Sub-eixos	Síntese no período (1999-2014)
Fontes de Financiamento	Tipos de Fontes de Financiamento	Fontes financiadoras do NuMI-EcoSol caracterizada por ser diversificada (orçamento da UFSCar, Editais Públicos, Prêmios, Fundo coletivo)

Fonte: Elaborado pelo autor

FIGURA 20 - Síntese das fontes de financiamento na linha do tempo

O eixo “Fonte de Financiamento” foi elaborado para resgatar as diferentes fontes que financiam as atividades do NuMI-EcoSol. A primeira fonte foi oriunda do orçamento da UFSCar. Depois, a equipe começou a captar recursos por meio de participação em editais e também recebeu prêmios. Outra fonte para financiamento das atividades do Núcleo foi a constituição de um fundo coletivo composto principalmente por doação do pró-labore de docentes.

Percebe-se que o NuMI-EcoSol está apenas iniciando seu processo coletivo de sistematização, sendo que o esforço empreendido para construção de uma linha do tempo ainda pode avançar consideravelmente. A reflexão crítica em relação a sua prática por meio da linha do tempo está sendo realizada, porém não de forma coletiva, mas apenas por membros da comissão de sistematização. Parte deste processo está na identificação de variáveis favorecedoras e dificuldades que surgem na construção de uma linha do tempo.

Foram identificadas como variáveis favorecedoras para a sistematização coletiva da experiência do NuMI-EcoSol, em especial a construção de uma linha do tempo: 1. integrante da equipe com participação em instância do movimento de EcoSol que vem realizando discussão sobre sistematização; 2. existência de uma pessoa ou grupo de pessoas com conhecimento e habilidade em sistematização; 3. demandas por sistematização; 4. criação de uma comissão de sistematização e que tenha atuação contínua e permanente; 5. existência de uma estratégia de sensibilização, desde o início do processo de sistematização; 6. pessoas motivadas; 7. apropriação das pessoas quanto ao objetivo da linha do tempo; 8. participação de pessoas que vivenciaram a experiência; 9. definição de eixos e sub-eixos feito de forma coletiva desde o início; 10. acesso a fontes de informações sobre a experiência sistematizada;

11. presença e apoio de alguém da comissão de sistematização no momento de preenchimento da linha do tempo por parte de qualquer pessoa.

A participação de um docente na I Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária contribuiu para que este tema começasse a ser discutido no NuMI-EcoSol. Considera-se como favorecedor a participação, de pelo menos uma pessoa, em instância do movimento de EcoSol que vem realizando discussão sobre sistematização. Na experiência do NuMI-EcoSol, o fato de uma pessoa com conhecimento e habilidade em sistematização, foi favorável para a realização do processo de sistematização. Sem esta pessoa este processo teria menor chance de ser iniciado e sido levado adiante. No entanto, o fato de haver apenas uma pessoa é identificado como desfavorecedor. Outro fator que contribuiu para que se mantivesse na agenda dos membros a construção da linha do tempo foram as demandas por sistematização presente no coletivo. A redação de um livro sobre 10 anos de atuação do NuMI-EcoSol, a inauguração da sede com a visita do prof. Paul Singer e a redação de relatórios de pesquisa são exemplos dessas demandas. No caso estudado, mesmo com a existência de uma comissão de sistematização houve baixa participação do coletivo. Se a atuação desta comissão fosse mais contínua e permanente aumentaria a possibilidade de maior participação. Nesta experiência, não houve uma estratégia sistemática e permanente de sensibilização das pessoas para o preenchimento da linha do tempo. Apenas houve uma apresentação da linha do tempo em reunião geral e o encaminhamento de que esta seria preenchida de forma contínua, reservando para isto um tempo nas reuniões. No entanto isto não foi o suficiente para um preenchimento desejável. A participação de pessoas motivadas é considerada variável favorecedora para realização de qualquer atividade. Uma variável que favorece a motivação das pessoas é a apropriação delas quanto ao objetivo do processo de sistematização, em especial da linha do tempo. Outra variável favorável identificada é a participação de pessoas que vivenciaram a experiência em seu processo de sistematização. No entanto, há alta rotatividade de pessoas no NuMI-EcoSol sendo que a maioria da equipe atual está atuando há menos de dois anos.

A definição de eixos e sub-eixos se feita de forma coletiva, desde o início do processo de sistematização, contribui para a apropriação das pessoas e motivação. Sistematizar aspectos que foram definidos por outras pessoas, mesmo sendo de sua equipe de trabalho, aumenta o grau de aversão pela atividade. O acesso a fontes de informações sobre a experiência sistematizada, seja de depoimento de pessoas que vivenciaram a experiência, como ex-integrantes e uma participante de um EES, ou registros de qualidade sobre a

experiência é favorecedora para a sistematização de experiências. Grande parte das demais informações foram obtidas por membros da comissão de sistematização em relatórios de projeto executados pelo NuMI-EcoSol. No momento do preenchimento da linha do tempo por parte de qualquer pessoa, a presença e apoio de alguém da comissão de sistematização contribui positivamente. Percebeu-se que praticamente nenhuma contribuição foi feita sem a presença deste apoio.

As variáveis desfavorecedoras identificadas foram: 1. Ausência de estudo sobre alternativas de visualização da ferramenta de sistematização utilizada; 2. Fontes de informações precárias; 3. Apenas uma pessoa com maior conhecimento e habilidade em sistematização; 4. Alta rotatividade das pessoas da equipe; 5. Baixa motivação, tempo e repertório das pessoas.

O tamanho do painel elaborado pela comissão de sistematização (ver FIGURA 14, pg.67), tanto como o tamanho das cartelas, o tamanho da fonte utilizada para o preenchimento não foi devidamente analisado. O painel caiu diversas vezes devido ao peso. Houve desperdício de espaço entre as cartelas por falta de análise quanto ao tamanho destas e o tamanho da fonte impossibilitou a visualização em reproduções em escalas menores. A Fonte de informação principal para o preenchimento da linha do tempo, os relatórios de pesquisa estão sem padronização, com informações com graus de detalhamento diferentes, informações incompletas e insuficientes em relação as atividades realizadas. Outro fato desfavorável foi apenas uma pessoa deter este conhecimento e devido à proposta de construção coletiva da sistematização, esta ficou prejudicada. É desejável a apropriação de fundamentos conceituais, teóricos e metodológicos sobre sistematização. Como já citado anteriormente a alta rotatividade das pessoas da equipe desfavorece o processo de sistematização visto que as pessoas recém ingressas na equipe apresentam dificuldade em contribuir com uma atividade de reconstrução do que elas não participaram. Por fim, baixa motivação, tempo de dedicação e ausência de repertório também foram prejudiciais para o processo.

A seguir serão examinadas as hipóteses elaboradas da pesquisa e os dados coletados para verificação das mesmas, quanto a articulação pesquisa, ação na realidade e processos educativos em EcoSol e a aproximação do NuMI-EcoSol a concepção de EcoSol como estratégia de Desenvolvimento Territorial.

3.2 Articulação entre pesquisa, ação na realidade social e processos educativos no âmbito do NuMI-EcoSol

A hipótese que se pretende verificar neste item é da articulação entre pesquisa, a ação na realidade e processos educativos como produção de conhecimento, no âmbito das equipes e dos projetos de extensão do NuMI-EcoSol. Formalizando a hipótese, como já apresentado na Figura 4 (pg.40), temos: “O NuMI-EcoSol é uma oportunidade, para membros da comunidade acadêmica participarem do processo de produção de conhecimento com articulação entre pesquisa científica, ação na realidade e processos educativos, com o desenvolvimento de pesquisas a partir da ação na realidade e acessar o conhecimento produzido em oportunidades educativas e na própria ação na realidade, em Economia Solidária, no âmbito de uma unidade acadêmica.”

Para verificação quanto a articulação entre pesquisa, ação na realidade e processos educativos, é preciso retomar que o processo que se pretende identificar é o da produção de conhecimento em que a origem do processo de delimitação de uma pesquisa parte da realidade e o acesso ao conhecimento ocorre via educação e ação na realidade.

Em geral as equipes internas do NuMI-EcoSol estão associadas a projetos em que se captou recurso mediante participação em editais públicos. Em algumas ocasiões há projetos que envolvem várias equipes e até projetos que envolvem toda equipe do núcleo. Estas equipes já se organizaram como equipes de incubação para atuação em diferentes municípios e a partir da atuação preferencial do núcleo em territórios a organização já se deu em frentes de ação, equipes com referência em metas de projetos e, a partir da institucionalização do núcleo, em linhas de ação. A organização, gestão, estrutura e funcionamento do NuMI se modifica e é condição essencial para articulação entre pesquisa, educação e ação na realidade e tem como critério para revisões e mudanças os princípios da EcoSol. Quase todos os recursos que financiaram as ações do NUMI são de captação por meio de participação em editais públicos. Estes recursos financiaram, em sua grande maioria, projetos de extensão e alguns projetos de pesquisa. É para execução de cada um desses projetos que em geral foram sendo compostas equipes internas.

Estas equipes internas e respectivos projetos produzem conhecimentos específicos (que se relacionam mais com os temas que são objetos das equipes) e gerais (quanto ao NuMI-EcoSol como um todo) e os tornam acessíveis para trabalhadores dos EES, moradores dos territórios de atuação, parceiros diversos, para estudantes da disciplina ACIEPE, a equipe

geral do núcleo, para gestores públicos e outros participantes do movimento de EcoSol por meio de processos educativos e ação na realidade social.

O nome dos projetos, as fontes de financiamento, período de execução e composição da equipe de cada projeto pode ser observado no.

QUADRO 1 - Projetos de ensino, pesquisa e extensão, fontes de financiamento e respectivas equipes

	Título do Projeto	Fonte de Financiamento	Início	Fim	Equipe: Função e Quantidade
1	Ação de um Polo incubador de Cooperativas Populares na UFSCar	UFSCar	1999	2000	Um professor
					Quatro graduados
					13 graduandos
2	Projeto de Assessoria para o Programa Piloto de Implementação de Cooperativas Populares no Estado de São Paulo	Programa Integrar/Confederação Nacional dos Metalúrgicos/CUT	1999	2001	Dois Professores
					Dois graduados
					13 graduandos
3	Formação de 4 Cooperativas (Limpeza, Costura, Reciclagem e Mudanças) no Município de São Carlos	Proex/UFSCar	2001	2001	14 Professores
					Três Pós-graduandos
					Quatro Graduados
					24 Graduandos
4	Formação de Cooperativa Popular de Catadores de Resíduos Recicláveis em Jaboticabal	Prefeitura Municipal de Jaboticabal	2001	2003	Uma Professora
					Uma Graduanda
					Três Graduandos
5	Diagnóstico para Formação de Cooperativa Popular de Catadores de Resíduos Recicláveis em Ribeirão Preto	Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto (DAERP)	2001	2002	Uma Professora
					Cinco Graduandos
6	Produção de Conhecimento Simultaneamente a Incubação de Empreendimentos Solidários no Assentamento Rural Pirituba II, Itapeva / SP - Região de Consad. (INEMA RURAL)	Chamada Pública MCT/FINEP/ MDS/CAIXA – Rede de Tecnologia Social – Incubação de Empreendimentos Solidários – 01/2005	2002	2007	Um Professor
					Dois Graduados
					Dois Graduandos
7	Produção de Conhecimento e compromisso social na formação de profissionais de nível superior para EcoSol	PRONINC/FINEP	Jul. de 2004	Jul. de 2006	Uma Professora
					Sete Graduados
					15 Graduandos
8	Assessoria a incubação de uma cooperativa popular na cidade de Rio Claro - Multibrás/Consulado da Mulher	Multibrás S.A. Eletrodomésticos	Jul. de 2004	Mai. de 2006	Dois professores
					Três graduados
					Sete graduados
9	Busca de melhor inserção no mercado da reciclagem de resíduos por meio de invest. e ação conj. entre Univers. e Coop. de Catadores	Edital CT-Agro / CT-Hidro / MCT / CNPq nº 018/2005	Fev. de 2005	Jul. de 2007	Três professores
					25 graduados
					Sete graduandos
10	Organização de consumidores como condição para sustentabilidade de empreendimentos solidários	Edital Prêmio UNISOL	Out. de 2005	Jul. de 2006	Um professor
					Dois graduados
11	Incubação de empreendimentos econômicos coletivos autogestionários. com agricultura familiar da região de Araras e do assentamento Horto Loreto para produção e comercialização de derivados de cana e tomate orgânicos (INCUBAF)	Edital CT-AGRO/CT-HIDRO/MCT/CNPq nº 019/2005	2005	2006	Um Professor
					Cinco Graduado
					Uma Graduanda
12	Incubação de Novas ITCPs na UNESP / núcleos sede, de Assis, Ourinhos, de Presidente Prudente – Co-executor	PRONINC (Recursos administrados por outra instituição)	2005	não encontrado	Relatório não encontrado
13	Cooperasolmat: uma cooperativa solidária, ampliando a coleta seletiva de Matão/SP	Fundação Banco do Brasil	Jun. de 2005	Jun. de 2006	Relatório não encontrado
14	Ampliando e articulando iniciativas de Economia Solidária para desenvolvimento local em territórios urbanos e rurais	PRONINC 2007	Dez. de 2007	Dez. de 2009	14 Professores
					Três Pós-graduandos
					Duas Técnicas administrativas
					Oito Graduados
15	Economia solidária e desenvolvimento em território urbano: Jardim Gonzaga e Jardim Monte Carlo – São Carlos – SP	PROEXT 2007	2007	2008	20 Graduandos
					Seis Professores
16	Proposição de diretrizes para PP em EcoSol: como condição para desenvolvimento de território urbano: caso Jardins Gonzaga e Monte Carlo – São Carlos – SP	Projeto de Políticas Públicas da Fundação de Apoio a Pesquisa de Estado de São Paulo (FAPESP)	Mar. de 2008	Out. de 2011	Um graduado
					23 Professores
					Oito Pós-graduandos
					Dois Técnico administrativos
					19 Graduados

					39 Graduandos
17	Constituição de Arranjos Produtivos Locais na Cadeia da Música Independente em São Carlos	Emenda Parlamentar	2009	2010	Um professor Quatro gradudos Um graduando
18	Ampliação e articulação de iniciativas de Economia Solidária como estratégia para desenvolvimento local sustentável	PROEXT/MEC 2009	Abr. de 2010	Abr. de 2011	Nove professores Um graduado Quinze graduandos
19	Análise da Cadeia Logística de produtos fabricados com Fuxico e a partir de resíduos como tecido, para Empreendimento Econômico Solidário	PROEXT/MEC 2009	2010	2011	Um professor Dois pós-graduandos Quatro graduandos
20	Construção de conhecimentos conjunta e articulação de ITCs no Estado de São Paulo (Projeto Articulação)	Chamada Pública MCT/FINEP/Ação Transversal - PNI/PRONINC 03/2009	Mai. de 2010	Fev. de 2014	Quatro Professores Três Pós-graduandos Nove Graduandos
21	Centros digitais e cadeias produtivas - agregação de tecnologia e desenvolvimento territorial (Projeto Resíduos)	CP MCT/FINEP/AT - Tecnologias para o desenvolvimento social 1/2009	2011	2013	Cinco professores
22	Fomento as ITCs: Economia Solidária como estratégia para o desenvolvimento local e sustentável: contribuições da Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (PRONINC 2010)	Edital Secretaria Nacional de Apoio a Economia Solidária/Ministério do Trabalho e Emprego - 01/2010	Dez. de 2010	Dez. de 2012	18 Professores Sete Pós-graduandos Oito Graduandos 45 Graduandos
23	Constituição de Cadeias Produtivas Solidárias como estratégia para desenvolvimento local sustentável	PROEXT/MEC 2010	2010	2011	Cinco Professores Um Graduado
24	Formação de estudantes e produção de conhecimento simultaneamente a consolidação de empreendimento econômico solidário dentro da cadeia dos usos múltiplos da madeira, localizado no assentamento rural Pirituba II, Itapeva, região de CONSAD e Território da Cidadania	PROEXT/MEC 2010	2010	2011	Seis Professores Um Pós-graduando Quatro Graduados Cinco Graduandos
25	Inserção produtiva de inscritos no Cadastro Único em Empreendimentos Econômicos Solidários na Cadeia Produtiva da Alimentação	PROEXT/MEC 2010	Jan. de 2011	Dez. de 2011	Três Professores Dois Graduados Dois Graduandos
26	Ampliação e consolidação de cadeia produtiva da limpeza em projeto de desenvolvimento territorial com Economia Solidária	PROEXT/MEC 2010	Jan. de 2011	Dez. de 2011	Uma Professora Um Graduado
27	Análise do processo de desenvolvimento de produtos de confecção para Empreendimento Econômico Solidário	PROEXT/MEC 2010	não encontrado		Dois Professores Um Pós-graduando
28	Desenvolvimento Territorial sustentável por meio de ações Multidisciplinares e Integradas de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária.	Programa de Apoio à Pesquisa, Inovação e Extensão para o Desenvolvimento Social do MCT	2011	2013	Doze Professores Quatro Pós-graduandos Dois Técnicos Administrativos Treze Graduados
29	Desenvolvimento Territorial do Jd. Gonzaga e entorno - São Carlos-SP, mediante o fortalecimento da rede de EES, a consolidação do BC Nascente e a melhoria do acesso a direitos de cidadania	PROEXT/MEC 2013	2013	2014	Sete professores Oito Graduados Um graduando
30	Ampliação e diversificação de ações de fomento à Economia Solidária na implantação do NuMI-EcoSol	PROEXT/MEC 2013	2013	2014	Seis Professores Uma Técnica Administrativa Cinco Graduados Um Graduando
31	Articulação e constituição de redes entre EES a partir do protagonismo de um empreendimento de catadores de resíduos recicláveis como estratégia de fortalecimento da EcoSol	PROEXT/MEC 2013	2013	2014	Dois docentes Dois graduados Seis graduandos
32	Promoção de práticas éticas, responsáveis e solidárias de comercialização e consumo como suporte e fomento à Economia Solidária	PROEXT/MEC 2013	2013	2014	Seis Professores Uma Técnica Administrativa Um Graduado Três Graduandos
33	Inserção laboral de pessoas com transtorno mental e usuários de álcool ou outras drogas por meio da Economia Solidária	PROEXT/MEC 2013	2013	2014	Seis Professores Três graduandos
34	Caracterização de condições favorecedoras e desfavorecedoras de ações em Economia Solidária na região do campus Lagoa do Sino no processo de estruturação das atividades de ensino, pesquisa e extensão: a contribuição da equipe do NuMI-EcoSol	PROEXT/MEC 2013	Ago. de 2013	Jan. de 2014	Uma Professora Uma Graduada Quatro Graduandos
35	Implementação e sistematização de processos de fomento à Economia Solidária a partir da	MCTI-SECIS/TEM-SENAES/CNPq	2013	2016	Dois Professores Uma Técnica Administrativa

atuação do NuMI-EcoSol					Seis Graduandos
36	Habitação Popular, Desenvolvimento Urbano e Economia Solidária como estratégia para o Desenvolvimento Territorial e proposição de diretrizes para Políticas Públicas.	PROEXT/MEC 2014	2014	2015	Cinco Professores
					Três Pós-graduandos
					Uma Graduanda
37	Estudos de viabilidade para a constituição de empreendimentos de Economia Solidária para atendimento à comunidade acadêmica em trânsito em São Carlos	PROEXT/MEC 2014	2014	2015	Seis Professores
					Uma Técnica Administrativa
					Dez Graduados
					Cinco Graduandos
38	Comercialização e consumo de produtos e serviços de Economia Solidária em São Carlos e região	PROEXT/MEC 2014	2014	2015	Seis Professores
					Uma Técnica Administrativa
					Seis Graduados
					16 Graduandos
39	Estímulo a implantação de cooperativas sociais em São Carlos e região	PROEXT/MEC 2014	2014	2015	Seis Professores
					Uma Técnica Administrativa
					Sete Graduados
					Quatro Graduandos
40	Economia Solidária: Obstáculos e estratégias para o Desenvolvimento Territorial	PROEXT/MEC 2014	2014	2015	Oito Professores
					Quatro Graduados
					Nove Graduandos
41	Ações de suporte em saúde e educação matemática à Empreendimentos de Economia Solidária e ao NuMI-EcoSol – São Carlos	PROEXT/MEC 2014	2014	2015	Seis Professores
					Uma Técnica Administrativa
					Dois Graduados
					Três Graduandos

Com a coleta de dados foi possível identificar 41 projetos de extensão entre 1998 e 2014. No entanto, não foi para todos os projetos que foram encontradas informações suficientes, como relatórios, nome de membros das equipes e período de atuação dos membros. Em alguns casos foram encontrados apenas relatórios parciais e quando foram encontrados relatórios finais, nem sempre neles continham informações de todo período do projeto. Foram encontrados relatórios finais de apenas 27 projetos (são 15 os relatórios não encontrados).

A partir desta coleta e elaboração do Quadro 1, é possível identificar que a grande maioria dos projetos com relatórios analisados tem equipes formadas por professores, graduados e estudantes de graduação (são 19 de 27), e que 21 projetos contam com estudantes de graduação. Também é possível identificar quantos membros de cada função aparecem nos relatórios analisados. Em 27 dos 41 projetos de extensão executados entre 1998 e 2014, o NuMI-EcoSol envolveu pelo menos 41 professores, 21 pós-graduandos, 4 técnicos administrativos, 70 graduados e 190 graduandos, o que possibilita verificar que se trata de uma oportunidade para comunidade acadêmica produzir conhecimento articulando pesquisa, ação na realidade e educação.

No âmbito de cada projeto e em cada equipe interna do NuMI-EcoSol, a ação na realidade ocorre cotidianamente. Cada equipe realiza planejamento, execução e avaliação de ações, ocorrem as reuniões das equipes, reuniões com empreendimentos e diferentes atores, ações diretas nos territórios além de participação em eventos do movimento de EcoSol. A

partir do título dos diversos projetos (do QUADRO 1) é possível identificar o contexto de estratégias, EES e territórios de atuação. Como por exemplo o projeto “Formação de Cooperativa Popular de Catadores de Resíduos Recicláveis em Jaboticabal” em que o objetivo foi formar uma cooperativa de catadores na cidade de Jaboticabal. Estes projetos e equipes são oportunidades para membros da comunidade acadêmica atuarem na realidade social.

A execução dos diversos projetos pelas equipes internas foi possibilitando, ao longo dos anos, a atuação do NuMI-EcoSol na realidade social. Além das equipes internas separadamente, o coletivo do núcleo como um todo, tomou diversas decisões que impactaram na trajetória do núcleo. A relação de cada projeto e cada equipe interna com cada um dos acontecimentos da atuação do núcleo na realidade social pode ser melhor compreendida a partir da realização de outros estudos.

Para verificação de qual atuação na realidade por parte das equipes internas é derivada pesquisa científica foi elaborada uma planilha com: 1. o título de projetos de extensão; 2.a equipe executora indicando o nome dos professores e respectivas instituições, graduados com título de graduação e estudantes de graduação com nome do curso e estudantes de pós-graduação com indicação se está cursando mestrado, doutorado e o nome do programa de pós-graduação e; 3. A produção científica (publicações) e oportunidades educativas (como estágio, TCC, IC) que o membro da equipe participou ou produziu individualmente, para tanto foi realizada busca nos currículos lattes de cada membro e identificado tema e período das publicações. No entanto, a coluna “3”, foi preenchida para apenas seis projetos, devido ao entendimento de que não seria necessário, afim de comprovar a hipótese de que ocorre articulação entre atividades (pesquisa, ação na realidade e educação), localizar as publicações de todos os membros em todas as equipes e projetos. Um exemplo deste preenchimento para um projeto pode ser observado no Quadro 2.

QUADRO 2 - Exemplo da Produção científica a partir da atuação no NuMI-EcoSol na cadeia produtiva de alimentação

Projeto	Equipe	Publicações e oportunidades educativas derivadas do projeto
Inserção produtiva de inscritos no Cadastro Único em Empreendimentos Econômicos Solidários na Cadeia Produtiva da Alimentação – NuMI-EcoSol	Professora da Terapia Ocupacional (UFSCar)	Não derivou qualquer publicação com relação a este projeto de extensão
	Professora A da Enfermagem (UFSCar)	Apresentação de trabalho Título: Economía solidaria, ciudadanía y cualidad de vida en el territorio: la generacion del trabajo, sueldos, salud y seguridad alimentaria nutricional. Evento: XVI Congreso Latinoamericano de Nutrición. Ano: 2012
	Professora B da Enfermagem (UFSCar)	Apresentação de trabalhos 1. Título: Economía Solidária e práticas educativas em saúde: promovendo qualidade de vida no território. Ano: 2011. 2. Título: Economía solidaria, ciudadanía y cualidad de vida en el territorio: la generacion del trabajo, sueldos, salud y seguridad alimentaria nutricional. Evento: XVI Congreso Latinoamericano de Nutrición. Ano: 2012
	Profissional Agrônomo	Não derivou publicação

		Profissional Biólogo	Não derivou publicação
	Estudantes de Graduação	Estudante de Ciências Biológicas	Não derivou publicação
		Estudante de Enfermagem	<p>Estágios:</p> <p>1. 03/2008 - 06/2008: Estágios, UFSCAR - INCOOP, Estágio realizado, curso de Inclusão digital de sócios de empreendimentos solidários: introdução a alguns recursos disponíveis em computadores;</p> <p>2. 08/2009 - 11/2010: Estágios, UFSCAR - INCOOP, Estágio realizado, Estagiária da frente de trabalho Qualidade de vida.</p> <p>Orientações outra natureza:</p> <p>1. Ampliando e articulando iniciativas de Economia Solidária para desenvolvimento local em territórios urbanos e rurais; 2010; Orientação de outra natureza; (Enfermagem) - Universidade Federal de São Carlos, Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome; Orientador: Professora B da Enfermagem.</p> <p>Apresentação de trabalhos</p> <p>1. Título: Economia Solidária e práticas educativas em saúde: promovendo qualidade de vida no território. Ano: 2011.</p> <p>2. Título: Economía solidaria, ciudadanía y cualidad de vida en el territorio: la generación del trabajo, sueldos, salud y seguridad alimentaria nutricional. Evento: XVI Congreso Latinoamericano de Nutrición. Ano: 2012</p>

Fonte: Elaborado pelo autor

A partir da ação na realidade por meio do projeto de extensão “Inserção produtiva de inscritos no Cadastro Único em Empreendimentos Econômicos Solidários na Cadeia Produtiva da Alimentação” financiado pelo programa PROEXT do ministério da Educação (MEC), é possível observar que as duas professoras e uma estudante de graduação da equipe apresentaram trabalhos na área do projeto, sobre alimentação. Outro exemplo pode ser observado no Quadro 3.

QUADRO 3 - Exemplo da Produção científica a partir da atuação do NuMI-EcoSol em Ribeirão Preto

Projeto	Equipe		Produção que derivou no projeto
Diagnóstico para Formação de Cooperativa Popular de Catadores de Resíduos Recicláveis em Ribeirão Preto (2001 a 2002)	Professora	Professora da Engenharia de Materiais (UFSCar)	Trabalho completo em anais de congresso: Título: Estudo sobre viabilidade para implantação de uma fábrica de blocos para vedação reciclando resíduos da construção civil gerando renda para cooperativa popular na cadeia de reciclagem em Ribeirão Preto - SP. Evento: III Encontro Nacional sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis. Ano: 2003.
	Estudantes de Graduação	Estudante A de Engenharia de Produção	Lattes não encontrado
		Estudante de Ciências Sociais	Trabalho de conclusão de curso Título: Ideologia e Autogestão no contexto cultural da sociedade moderna. Ano: 2002
		Estudante B de Engenharia de Produção	Dissertação de Mestrado Título: A Utilização dos Métodos de Planejamento Participativo durante o Processo de Incubação de Cooperativas Populares. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Ano: 2007.
		Estudante de Engenharia Civil	Trabalho completo em anais de congresso: 1. Título: Estudo sobre viabilidade para implantação de uma fábrica de blocos para vedação reciclando resíduos da construção civil gerando renda para cooperativa popular na cadeia de reciclagem em Ribeirão Preto - SP. Evento: III Encontro Nacional sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis. Ano: 2003. 2. Título: Estudo sobre viabilidade de uma fábrica de blocos a partir de resíduos da construção civil para uma cooperativa popular. Evento: XI Jornadas de Jovens Investigadores de AUGM e I Encuentro de Jóvenes Investigadores da AUGM e I Encontro de Jóvenes Investigadores de la UNPL. Ano: 2003 3. Título: Estudo sobre viabilidade de uma fábrica de blocos a partir de resíduos da construção civil para uma cooperativa popular. Evento: I Simpósio Latino Americano sobre Biossólidos e III Simpósio sobre Biossólidos do Mercosul. Ano: 2003
		Resumo publicado em anais de congresso:	

		1. Título: Proposição de alternativa para empreendimentos solidários na cadeia produtiva da reciclagem, a partir de uma unidade de fabricação de componentes com resíduos da construção civil: caso Ribeirão Preto/SP. Evento: X Congresso de iniciação científica da UFSCar. Ano: 2002.
--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor

Neste segundo exemplo também é possível observar produção científica derivada da atuação na realidade, no caso na cidade de Ribeirão Preto com uma cooperativa de catadores de resíduos recicláveis. Neste caso, um professor e um estudante de graduação publicaram trabalhos em que o título explicita a relação com o título do projeto. Nestes dois exemplos já é possível afirmar que há no NuMI-EcoSol articulação entre a pesquisas científicas e ação na realidade.

Se considerarmos que a ação na realidade é uma oportunidade educativa e que no processo de produção, o conhecimento deve se *tornar acessível* e isto se dá através de oportunidades educativas diversas, também já seria possível afirmar que há articulação entre pesquisa, ação na realidade e processos educativos. No entanto, para aumento das evidências quanto a esta articulação é possível examinar a trajetória de estudantes que passaram pelo NuMI-EcoSol. No Apêndice I é possível observar estes casos para os estudantes que cursaram a ACIEPE e no Apêndice II para os membros do NuMI-EcoSol que não a cursaram.

Como exemplo, podemos citar uma estudante de graduação em Ciências Sociais pela UFSCar, cursando o último ano em 2005, cursou a ACIEPE no primeiro semestre daquele ano (2005), e integrou uma equipe com objetivo de assessorar uma comunidade indígena Kalapalo da aldeia Aiha para implantação de uma associação de caráter cooperativo de fabricação de artesanato. Além da estudante, esta equipe era formada por indígenas da comunidade Kalapalo, dois professores da UFSCAR, outros dois estudantes de graduação e um profissional graduado. A estudante além de atuar na realidade, a comunidade indígena, coletou informações, contribuiu na elaboração de fluxograma da cadeia produtiva do artesanato e na composição de preços para comercialização. A estudante também participou da elaboração de três resumos que foram publicados no XIII Congresso de Iniciação Científica da UFSCar e um terceiro que foi publicado na XIV Jornada de Jovens Pesquisadores da AUGM. O trabalho de conclusão de curso feito pela estudante, ao final de 2005, teve como tema cooperativismo indígena.

No caso específico de estudantes de pós-graduação foi elaborado o Quadro 4 em que se pode observar um levantamento das dissertações e teses desenvolvidas no âmbito do NuMI-EcoSol.

QUADRO 4 - Levantamento de pesquisas de doutorado e mestrado no âmbito do NuMI-EcoSol

Mestrado / Doutorado / Pós-Doutorado	Título da pesquisa / Programa / Ano
Tese	Pessoas com deficiência organizando-se em cooperativas: uma alternativa de trabalho. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSCar. Defendida em dezembro de 2004.
Tese	Trabalho, reabilitação psicossocial e rede social: concepções e relações elaboradas por usuários de serviços de saúde mental envolvidos em projetos de inserção laboral, doutorado em Enfermagem Psiquiátrica. Universidade de São Paulo, USP Ano de obtenção: 2009
Dissertação	Economia Solidária, Cooperativa de Catadores de Resíduos Recicláveis e o Poder Público Municipal: uma experiência no município de Jaboticabal-SP, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana. Defesa: abril de 2005.
Dissertação	A Utilização dos Métodos de Planejamento Participativo durante o Processo de Incubação de Cooperativas Populares. 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos.
Dissertação	Prospecção de Oportunidades para Cooperativas de Catadores da Região de São Carlos - SP na Reciclagem de Plásticos. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência e Engenharia dos Materiais) - Universidade Federal de São Carlos, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
Dissertação	Economia Solidária e Desenvolvimento Local: uma reflexão preliminar dos programas do Governo Federal no Período 2003-2007. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Universidade Federal de São Carlos.
Dissertação	Saúde Mental e inclusão social pelo trabalho na perspectiva da Economia Solidária - a experiência dos integrantes do Recriart. 2009. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de São Carlos, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
Dissertação	Incubação de Cooperativas Populares e Extensão Universitária - O Caso da INCOOP - Incubadora Regional de Cooperativas Populares da UFSCar. 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos.
Dissertação	Empreendimentos econômicos solidários de catadores no estado de São Paulo: cadeias produtivas de resíduos, processos tecnológicos e parcerias produtivas de resíduos, processos tecnológicos e parcerias. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de São Carlos, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
Dissertação	Economia Solidária como estratégia de Desenvolvimento Territorial: a atuação da INCOOP no Jardim Gonzaga e entorno, São Carlos, SP. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.
Dissertação	O processo de incubação de um empreendimento coletivo autogestionário de usuários de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) a experiência da equipe de incubação. 2011. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de São Carlos, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
Dissertação	Autogestão e tecnologia em cooperativa de catadores (as) de resíduo: uma análise intersubjetiva sob a óptica do campo CTS. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência, tecnologia e sociedade) - Universidade Federal de São Carlos, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
Dissertação	Variáveis de empreendimento econômico solidário organizado em cadeia produtiva que impactam no desenvolvimento local de um território urbano. 2011. Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana. Universidade Federal de São Carlos.
Dissertação	A presença de processos autogestionários nos empreendimentos de Economia Solidária pesquisados pelo SIES e a contribuição no campo CTS. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de São Carlos, 2012.
Dissertação	ETNOMATEMÁTICA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: o caso de um grupo de produção de sabão caseiro. Dissertação (Mestrado em Educação Para a Ciência) - Faculdade de Ciências de Bauru, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. 2012.
Dissertação	Cooperativas de catadores e parcerias com gestores públicos: aspectos promotores de autonomia. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de São Carlos, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. 2012.
Dissertação	Conversão do conhecimento: estudo de caso em incubadora universitária de empreendimentos de economia solidária. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de São Carlos, 2012.
Dissertação	Educação CTS e descrição de situação-problema para ensino de práticas de consumo ético, solidário e responsável para crianças. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de São Carlos, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. 2013.
Dissertação	Produção autogestionária de janelas e adequação sociotécnica. Caso: Carcenaria Coletiva de Mulheres, assentamento Pirituba II, Itapeva/SP. 144f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013.
Dissertação	A experiência educativa de um banco comunitário na periferia de São Carlos/SP. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. 2014
Dissertação	A atuação dos terapeutas ocupacionais em experiências de geração de trabalho e renda no âmbito da saúde mental: estudo sobre a realidade do estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional) - Universidade Federal de São Carlos, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. 2014
Dissertação	Economia solidária e dinâmica familiar de catadores de materiais recicláveis: um estudo no campo Ciência, Tecnologia e Sociedade. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de São Carlos, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. 2014.

Fonte: Levantamento da Produção

Para as dissertações e teses desenvolvidas no âmbito do NuMI-EcoSol (QUADRO 4) é possível observar que os temas se relacionam com o tema da EcoSol e que há indicações de objetos empíricos que são empreendimentos ou iniciativas de economia solidária assessoradas pelo NuMI-EcoSol.

O conjunto das pesquisas e publicações de cada equipe, que são realizadas a partir dos projetos compõe as pesquisa e publicações do NuMI-EcoSol como um todo. Esta produção é composta por uma diversidade de tipo de publicações: artigos completos publicados em periódicos, livros publicados ou organizados, capítulos de livros publicados, textos em jornais de notícias e revistas, trabalhos completos publicados em anais de congressos de diferentes áreas, resumos e resumos expandidos publicados em anais de congressos, apresentações de trabalhos, trabalhos técnicos, pós-doutorado, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, iniciação científica, organização e participação de eventos.

De modo geral, as estratégias para pesquisa científica no NuMI-EcoSol, no âmbito das equipes ocorrem em etapas compostas por: a. ação na realidade com participação dos assessores, estudantes, professores e mais eventualmente trabalhadores associados e parceiros sendo que o desejável é a participação de todos estes atores. b. São feitos registros escritos e visuais da ação na realidade; c. Os registros são arquivados, sendo que parte se torna relatório; d. Com outros registros ocorrem sistematização e estudos que passam a compor a produção acadêmica do NuMI-EcoSol.

O NuMI-EcoSol elaborou e procura manter atualizada uma lista do que tem chamado de produções científicas. Esta lista contém as produções desde o início de sua atuação. No Quadro 5 pode ser observada síntese quantitativa desta produção acadêmica.

QUADRO 5 - Levantamento quantitativo da produção de conhecimento do NuMI-EcoSol da origem até 2014

Tipos de publicação		Quantidade	Total
Produção bibliográfica	Artigos completos publicados em periódicos	39	566
	Livros publicados/organizados ou edições	11	
	Capítulos de livros publicados	49	
	Textos em jornais de notícias/revistas	3	
	Trabalhos completos publicados em anais de congressos	142	
	Resumos expandidos publicados em anais de congressos	20	
	Resumos publicados em anais de congressos	125	
	Apresentações de trabalho	172	
	Demais tipos de produção bibliográfica	5	
Produção técnica	Trabalhos técnicos	6	52
	Demais tipos de produção técnica	46	
Orientações em andamento	Tese de Doutorado	6	31
	Dissertação de mestrado	4	
	Iniciação científica	6	
	Orientações de outra natureza	2	

	Monografia de conclusão de curso de especialização	12	
Supervisões e Orientações concluídas	Supervisão de pós-doutorado	1	152
	Tese de Doutorado	2	
	Dissertação de mestrado	21	
	Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/ especialização	1	
	Trabalho de conclusão de curso de graduação	28	
	Iniciação científica	28	
	Orientações de outra natureza	71	
	Projetos de pesquisa	24	
	Prêmios e títulos	2	
	Participação em eventos	172	
	Organização de eventos	11	

Fonte: Adaptado de documento interno do NuMI-EcoSol

O levantamento da produção acadêmica indica que existe produção científica no NuMI-EcoSol e em diferentes tipos. Em um breve exame dos títulos da produção acadêmica é possível identificar trabalhos sobre uma cooperativa de reciclagem de papel de usuários do sistema municipal de saúde mental (RECRIART), a cooperativa de limpeza (COOPERLIMP), a marcenaria coletiva (MADEIRARTE), entre outros. Todos estes empreendimentos já foram assessorados pelo NuMI-EcoSol. Outros trabalhos se referem a ações que o NuMI fomenta em relação à promoção de saúde e educação matemática junto a membros de iniciativas solidária. Há outros trabalhos que são sobre o método de incubação, a gestão do conhecimento na atuação no NuMI e que fazem relação entre EcoSol e áreas do conhecimento.

Com o que já foi realizado de sistematização da produção acadêmica é possível observar, por exemplo, que o primeiro território de atuação como objeto empírico do NuMI-EcoSol em uma publicação foi o município de São Carlos, em 2001, sendo que as produções anteriores não destacaram um objeto empírico nos títulos dos trabalhos. Outros territórios que foram objeto de atuação e que derivou produção de conhecimento foram: Jardim Gonzaga e entorno, região de São Carlos, Ribeirão Preto, Jaboticabal, Matão, Araras, Serra Azul e o assentamento Pirituba em Itapeva. Não foi encontrada publicação sobre a atuação no núcleo em Catanduva, Bauru, Salto, Sorocaba, Itu e Rio Claro, cidades indicadas como objeto de ação na realidade na Figura 4 (pg.40). Para saber se estes trabalhos apresentam objetos empíricos sem que isto esteja explícito no título é necessário acessar o conteúdo de cada publicação. E para isto, o conjunto da produção acadêmica precisaria estar reunido em um acervo. Tornar o conhecimento acessível é papel da Universidade e contribui para que isto seja alcançado, tornar a produção acadêmica ao menos disponível. Muitos membros da equipe

atual do núcleo não conhecem esta produção enquanto material para leitura, reflexão e base para novos estudos, formação e ação na realidade. Outro desafio é tornar acessível (ou pelo menos disponível) este mesmo conhecimento acumulado na produção acadêmica para os trabalhadores associados assessorados pelo NuMI-EcoSol.

Quanto às iniciativas de Economia Solidária que aparecem explicitamente, ou que foram identificadas como objeto empírico a partir dos títulos das publicações estão INCOOP/NuMI-EcoSol (aqui considerado como iniciativa de Economia Solidária, mas que é especificamente uma entidade de apoio e fomento), a ACIEPE, o ConsumoSol, diversos empreendimentos em São Carlos, e alguns empreendimentos em Ribeirão Preto, Jaboticabal e no assentamento Pirituba II.

Com isto é possível verificar que os membros das equipes internas dos projetos, assim como a equipe do NuMI como um todo, participam do processo de produção de conhecimento a partir da ação na realidade social, com pesquisa científica e publicação de trabalhos.

O processo de produção de conhecimento tem origem na ação na realidade e que desencadeia pesquisas científicas e respectivas publicações. No entanto, publicações são formas de tornar o conhecimento disponível e não necessariamente acessível. A forma de tornar o conhecimento acessível se dá pelos processos educativos diversos e pela ação na realidade. Como já indicado, faz parte do eixo da linha do tempo sobre educação em Economia Solidária oportunidades educativas como as ACIEPEs, o curso de especialização em Gestão em Economia Solidária, inserções do tema Economia Solidária em curso de graduação e pós-graduação, o Programa de Educação Tutorial (PET-EcoSol), e o Encontro de Saberes. Algumas atividades podem ser tanto consideradas como pesquisa científica como educação em Economia Solidária, como a iniciação científica. Quanto às ações na realidade houve incubação, ações educativas não escolarizadas de promoção a diversos direitos de cidadania, além da atuação no movimento de EcoSol. Assim é possível verificar a articulação entre pesquisa, ação na realidade e processos educativos.

Quanto a condições gerais para que esta articulação ocorra e que o estudante de graduação possa participar e contribuir na produção de conhecimento, o NuMI-EcoSol indica que qualquer ação na realidade deve ter uma equipe mínima. Esta equipe é formada de, pelo menos, um professor, um graduado e um estudante de graduação. Esta condição surge para favorecer a ação na realidade, mas também para favorecer a pesquisa científica e os processos educativos de formação de estudantes. O professor é permanente na instituição, o que favorece a continuidade na ação na realidade, no entanto ele tem pouco controle sobre sua

agenda devido a atividades em cursos de graduação e pós-graduação. O profissional graduado é contratado e passa atuar como membro das equipes e conta com maior grau de controle sobre sua agenda, tendo atuação mais intensa no cotidiano da incubação (assessoria contínua). Os estudantes de graduação, envolvidos nas equipes como parte da estratégia para garantia de articulação entre educação, pesquisa e ação na realidade, conseguem ter dedicação parcial devido ao curso de graduação que cursam. Isto acontece em menor grau com estudante de pós-graduação, sendo que ambos os estudantes costumam se ausentar das atividades do núcleo em momentos que seus cursos demandam, como por exemplo, os finais de semestres para os alunos de graduação e os prazos de submissão de artigos e defesas de qualificação, dissertação e teses para os alunos de pós-graduação.

Nem todos estudantes participam de todos os processos de produção de conhecimento. Alguns, enquanto estão atuando no NuMI-EcoSol, ficam apenas na ação na realidade (o que já é interessante se considerado o que é comum para alunos de graduação). Outros estudantes por dificuldade ou opção, não fazem ação na realidade, participam apenas de reuniões das equipes que atuam na realidade, o que é exigência mínima, por exemplo, para os participantes da ACIEPE.

Diante destes fatos, uma questão é: por que há estudantes com diferentes graus de participação na ação na realidade e no processo de produção de conhecimento? A provável explicação é que depende de cada equipe o acordo de participação de todos os envolvidos tanto na ação na realidade quanto nos processos de produção de conhecimento, sendo que algumas equipes não fazem este acordo e priorizam apenas a ação na realidade.

A verificação de que os diversos membros participam desde a atuação na realidade, no registro, sistematização e elaboração de artigos e outros tipos de produção acadêmica tem como condição necessária o registro por parte do coletivo do NuMI-EcoSol do momento de entrada e saída de cada estudante, bem como a descrição de sua atuação. A verificação de quão bem este registro está feito não foi realizado, sendo que seria desejável a adoção de um procedimento que aumente o grau de registro de: 1. Momento de entrada e saída de cada participante na atuação no NuMI-EcoSol, considerando que ocorrem casos em que o estudante simplesmente deixa de participar, sem que aja nenhum registro de quando e por qual motivo; 2. Atividades desenvolvidas pelo participante, não apenas de atuação na realidade, mas também na sistematização de leituras, reflexões, experimentações, elaboração de textos e artigos científicos.

Além de verificar que há esta articulação entre pesquisa, ação na realidade e processos educativos no âmbito do NuMI, há indícios de que a oportunidade de participação no núcleo se aproxima da experiência de um curso de graduação. Um curso de graduação conta basicamente com um percurso formativo, disciplinas obrigatórias e optativas, estágio e trabalhos de conclusão. No NuMI-EcoSol a existência de um percurso formativo, mesmo que informal, exige novos estudos. No entanto, há oportunidade de disciplina como ACIEPE, como um curso condensado que caso seja expandido pode se tornar outras disciplinas. Ou seja, diversos temas da ACIEPE têm potencial para serem disciplinas específicas. No mais, há no NuMI a realização de estágios e TCCs, além da oportunidade que os estudantes têm de ir além, elaborarem artigos científicos, participarem de eventos acadêmicos e atuarem na realidade. Neste sentido, o NuMI tem uma proposta de curso de graduação em Gestão de Economia Solidária.

Contudo, é possível observar como se dá o processo de produção de conhecimento no NuMI-EcoSol, em que há articulação entre pesquisa, ação na realidade e processos educativos.

Além de examinar a articulação entre pesquisa, ação na realidade e processos educativos no âmbito no NuMI-EcoSol como um todo, é válido também examinar mais aprofundadamente este processo no âmbito das ações educativas do núcleo, especialmente a disciplina ACIEPE, que será examinado a seguir.

3.2.1 Oportunidades educativas, em especial a disciplina ACIEPE, articuladas com pesquisa e ação na realidade

Como pode ser observado na Figura 17 (pg.71), síntese do eixo de Educação em Economia Solidária, o NuMI-EcoSol conta com diferentes oportunidades educativas. A hipótese mais geral supõe que essas oportunidades são articuladas à pesquisa e à ação na realidade social, como aspectos do processo de produção de conhecimento. Especificamente as oportunidades educativas são formas de tornar o conhecimento produzido acessível, assim como a ação na realidade social.

O tipo de oportunidade educativa mais comum na Universidade é a disciplina que ocorre em sala de aula. Quais disciplinas, considerando seu processo de planejamento e programação, têm como ponto de partida a realidade, possibilita envolvimento dos estudantes com processo de produção de conhecimento além de atividades de ensino-aprendizagem tendo como contexto o tema da disciplina? Entre as oportunidades educativas do NuMI-

EcoSol, está um tipo de disciplina existente na UFSCar desde 2002, denominada Atividade Curricular de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPE) que é um programa desta Universidade compreendida como “*experiência educativa, cultural e científica que, articulando o Ensino, a Pesquisa e a Extensão e envolvendo professores, técnicos e alunos da UFSCar, procura viabilizar e estimular o seu relacionamento com diferentes segmentos da sociedade.*” (UFSCar, 2015, *online*)

Diversas ACIEPEs são ofertadas todos os semestres por diversos departamentos da UFSCar como pode ser observado no Apêndice III, como exemplo, com as ofertas referentes ao segundo semestre de 2010. Em uma leitura preliminar das diferentes ofertas das ACIEPEs não é possível perceber a existência de articulação entre educação, pesquisa e ação na realidade, no entanto sugere diversas questões como: As ACIEPEs articulam educação, pesquisa e ação na realidade social? Quais os conceitos de articulação entre educação, pesquisa e ação na realidade social adotada em cada uma das disciplinas? Elas têm como ponto de partida a atuação na realidade social? Em quais segmentos da sociedade? Quais os beneficiários diretos e indiretos atendidos prioritariamente pela ação na realidade? As disciplinas têm perspectiva transformadora da realidade social? Quais são as atividades de educação, ação na realidade e produção de conhecimento de cada ACIEPE? Essas atividades subsidiam umas às outras? O que se ensina e o que se aprende? Para quem se ensina e quem aprende? São formuladas perguntas de pesquisa? A produção de conhecimento é derivada da atuação na realidade e deriva educação? Há envolvimento de estudantes de graduação e pós-graduação, graduados, professores e pessoas externas à comunidade acadêmica? Qual a relevância social e acadêmica de cada ACIEPE?

Para responder a estas questões é necessário avaliar as experiências das diferentes ACIEPEs que são oferecidas por diferentes departamentos dos diversos *campi* da UFSCar, no caso deste trabalho, será examinada a ACIEPE oferecida pela NuMI-EcoSol.

3.2.1.1 A ACIEPE “Cooperativismo Popular e Economia Solidária: produção de conhecimento, intervenção profissionais e formação de profissionais”

Em relação ao eixo “articulação entre educação, pesquisa e ação na realidade” da hipótese geral da pesquisa (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**, pg.44), este item tem como objetivo apresentar a verificação da seguinte hipótese intermediária: “A ACIEPE é uma oportunidade, ofertada pelo NuMI-EcoSol, para estudantes de graduação participarem do processo de produção de conhecimento com articulação desta atividade de educação

escolarizada com pesquisa científica e ação na realidade, com a elaboração de perguntas de pesquisa, que tem como ponto de partida a ação na realidade e acesso ao conhecimento produzido em oportunidades educativas escolarizadas e não escolarizadas”, conforme já apresentado na Figura 7 (pg.44).

A ACIEPE “Cooperativismo Popular e Economia Solidária: produção de conhecimento, intervenção profissional e formação de profissionais” é uma disciplina ofertada semestralmente pelo NuMI-EcoSol desde o primeiro semestre de 2003 (exceto no primeiro semestre de 2012). Esta ACIEPE é uma oportunidade educativa em que ocorre formação de estudantes com encontros presenciais (conceitos, abordagens, métodos, experiências sobre EcoSol), atividades de ação na realidade social (com acompanhamento de pelo menos um objeto de intervenção na realidade) e produção de conhecimento (derivando pelo menos uma pergunta de pesquisa científica) de forma articulada no âmbito da EcoSol.

A disciplina foi proposta tendo como objetivos gerais que os participantes das atividades se tornem aptos a:

- lidar com diferentes situações do processo de incubação (formação para cooperativismo, legalização, análise de viabilidade, planejamento e gestão) de cooperativas populares e de grupos de empreendimentos solidários;
- acompanhar e participar da assessoria grupos/cooperativas populares nas várias etapas do processo de incubação; participar da gestão e administração do NuMI-EcoSol.
- propor objetivos e condições de ensino para formação de diferentes tipos de profissionais e pessoas;
- produzir conhecimento sobre problemas de pesquisas relacionadas com cooperativas populares, incubadoras tecnológicas, economia solidária e políticas públicas, (simultaneamente à intervenção);
- lidar com as diversas etapas do processo de produção do conhecimento (delimitação do problema de pesquisa, planejamento da coleta de dados, sistematização e análise dos dados, elaboração de trabalhos para publicação);

Para alcançar estes objetivos, são realizados encontros semanais com uma hora e meia de duração em que os estudantes são colocados em contato com conceitos, abordagens, métodos e experiências sobre EcoSol e são preparados minimamente para: 1. elaboração de perguntas de pesquisa como etapa do processo de produção de conhecimento; 2. ação na realidade da qual participarão. Também são ofertadas ao longo da disciplina e em horário diferente dos encontros semanais, um conjunto de oficinas sobre diferentes temas, como oportunidade de aprofundamento de temas abordados nos encontros ou algum outro tema

específico relacionado a ACIEPE, sendo que o estudante tem que participar de pelo menos uma.

A disciplina tem como público preferencial estudantes de todos os cursos de graduação da UFSCar, mas já cursaram a disciplina estudantes de graduação de outras Universidades, estudantes de pós-graduação, técnicos administrativos da Universidade, gestores públicos e outras pessoas interessadas na EcoSol. Quanto aos estudantes de graduação, considerando não apenas a UFSCar, mas outras Universidades, quantos têm oportunidade de participar de ações na realidade social e participar do processo de produção de conhecimento em determinado contexto, neste caso, o contexto de atuação do NuMI-EcoSol? Um levantamento da quantidade de estudantes de graduação e seus respectivos cursos foi realizado e pode ser observado na Tabela 1.

TABELA 1 – Levantamento dos cursos dos estudantes de graduação que cursaram a ACIEPE ofertada pelo NuMI-EcoSol

Cursos	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		TOTAL
	01	02	01	02	01	02	01	02	01	02	01	02	01	02	01	02	01	02	01	02	01	02	01	02	
Biblioteconomia e Ciência da Informação	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3	Disciplina não ofertada no semestre
Biotecnologia											0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Ciência da Computação	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	7	
Ciências Biológicas	0	0	4	1	3	0	2	1	1	3	1	0	0	1	0	2	2	0	2	2	1	0	1	29	
Ciências Sociais	3	2	0	1	1	4	3	1	2	0	0	0	0	2	0	1	0	5	5	3	2	0	0	37	
Educação Especial											0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	
Educação Física	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	4	
Enfermagem	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	12	5	0	0	1	13	1	6	0	1	1	0	0	42	
Engenharia Civil	1	0	2	5	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	13	
Engenharia de Computação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
Engenharia de Materiais	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	2	0	0	2	0	4	0	1	1	1	0	0	2	16	
Engenharia de Produção	1	7	9	4	2	0	3	3	2	4	4	3	2	0	2	0	0	0	2	1	2	0	0	51	
Engenharia Elétrica											0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	
Engenharia Física	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	7	
Engenharia Mecânica											0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	2	
Engenharia Química	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	1	5	
Estatística	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2	
Filosofia										0	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	3	0	0	7	
Física	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	
Fisioterapia	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2	
Gerontologia											0	1	0	0	0	1	2	2	0	0	0	0	0	6	
Gestão e Análise Ambiental											0	0	0	0	0	0	1	0	5	4	0	0	0	10	
Imagem e Som	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	5	
Letras	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	5	
Linguística											0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	
Matemática	0	0	0	0	2	0	0	0	1	3	0	3	1	1	0	1	1	0	0	0	0	1	0	14	
Medicina											0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Música			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	
Pedagogia	0	1	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	2	1	0	0	2	1	1	1	12	
Psicologia	9	0	2	6	5	1	6	7	7	6	8	2	1	5	3	4	1	8	1	4	3	6	1	96	
Química	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	
Terapia Ocupacional	0	3	0	0	1	2	1	0	0	0	3	2	1	0	0	1	2	2	2	0	4	0	0	27	
TOTAL	14	13	18	18	19	8	17	16	19	18	32	19	12	11	7	34	11	25	0	19	19	28	9	16	412

Fonte: Elaborado pelo autor

O levantamento que pode ser observado na Tabela 1, foi elaborado a partir de listas de avaliação final da disciplina ACIEPE que contém nomes dos estudantes, cursos e status em relação a disciplina (aprovado, reprovado, desistente e cancelado). Para elaboração da Tabela 1 foram incluídos alguns estudantes de graduação de outras universidades (para os que foi possível coletar este dado) e não foram incluídos os estudantes que cancelaram participação, mas apenas os que chegaram a cursá-la em parte (desistente) e os que cursaram até o final (aprovados e reprovados). Não estão considerados na Tabela 1 participantes que não são estudantes de graduação (estudantes de pós-graduação, profissionais graduados, gestores públicos e outras pessoas que cursaram a disciplina pelo interesse na EcoSol). Foram 23 semestres de ofertas, sendo que as ACIEPEs na UFSCar existem há 27 semestres, indicando que mesmo sendo uma disciplina de caráter optativo, a equipe do NuMI-EcoSol a oferece com frequência regular. A ACIEPE ofertada pelo NuMI-EcoSol, em 23 semestres entre 2003 e 2014, formou 412 estudantes de graduação de diferentes cursos de graduação, o que possibilita verificar que se trata de uma oportunidade educativa escolarizada para estudantes de graduação.

Além disto, na Tabela 1 é possível observar que há participação de estudantes de 30 dos 32 cursos de graduação da UFSCar¹³ na ACIEPE. Quais outras oportunidades educativas escolarizadas existem na universidade para aprendizagem de estudantes de diferentes cursos? Isto indica que o campo de atuação da EcoSol não tem requisito quanto a curso de graduação. Outros estudos são necessários para verificar se a EcoSol possibilita outro campo de atuação profissional aos graduandos, além do campo referente à formação de seus cursos de graduação de origem. Também são necessários outros estudos quanto ao indício de que a possibilidade de diversas formações reforça o questionamento da EcoSol quanto a divisão técnica e social do trabalho. Na Tabela 1 é possível observar ainda que há predomínio de estudante de alguns cursos de graduação nesta ACIEPE (96 da Psicologia, 51 da Engenharia de Produção e 42 da Enfermagem, ficando apenas entre os três cursos mais frequentes). Isto faz surgir o questionamento de porquê alguns cursos atraem mais estudantes que outros. Algo que também não é foco desta pesquisa e poderia ser objeto de outros estudos.

No âmbito da ACIEPE, a ação na realidade que ocorre a partir da inserção dos estudantes em projetos do NuMI-EcoSol, a partir da escolha feita por eles, dadas as opções disponíveis em cada semestre. Para isto, são apresentados aos estudantes os projetos no âmbito dos quais podem ser desenvolvidas as ações na realidade como atividade da ACIEPE.

¹³ Quantidade de cursos existentes em 2014.

Ação esta que ocorre em geral com contato direto com a comunidade, público-alvo no núcleo. No Quadro 6 é possível observar as diferentes opções de ação na realidade apresentadas aos estudantes ao longo das ofertas da disciplina.

QUADRO 6 - Lista de opções para estudantes realizarem ação na realidade social no âmbito da ACIEPE

1. Gestão interna do NuMI-EcoSol;
2. Grupo “Articulação Ética e Solidária para um Consumo Responsável” (ConsumoSol) que apoia EES com foco na temática do consumo;
3. EES do Assentamento Fazenda Pirituba em Itapeva, SP entre eles a Marcenaria MADEIRARTE, um Granja (Granja Dona Ilda) e a construção de 42 casas em mutirão no assentamento;
4. EES em outras cidades como Rio Claro e a incubação de empreendimentos com Agricultores Familiares na região de Araras;
5. Equipe composta para estudos sobre a organização de um empreendimento com indígenas Kalapalo;
6. Cadeia produtiva de resíduos com EES como COOPERVIDA, a Unidade de Beneficiamento de Plástico e estudos para viabilidade de empreendimento de resíduos eletroeletrônico;
7. EES de Saúde Mental, que conta com EES Recriart e ações de inserção social de usuários de saúde mental e usuários de álcool ou outras drogas;
8. EES em atividades econômicas diversas como a cadeira de Confecções como projeto como Sacoleco e EES como Maria Fuxico e COOSTURARTE e a equipe para análise de viabilidade de EES de Pequenos Objetos de Madeira e EES na cadeia de Construção Civil;
9. Cadeia Produtiva de Limpeza com o EES COOPERLIMP;
10. Cadeia Produtiva de Alimentos com o EES Horta Comunitária;
11. Equipe com atuação preferencial em território urbano com atividade de coleta de dados e EES nas cadeias produtivas já apresentadas, de Limpeza e Alimentos;
12. “Equipe de Gênero” para formação dos EES na temática de Gênero;
13. “Equipe de Formação” para formação dos EES em diversos temas em Economia Solidária;
14. Equipe para elaboração de material audiovisual e produção acadêmica de EES e do NuMI-EcoSol;
15. Linha de ação de Vivências em Atividades Diversificadas de Lazer;
16. Linha de ação em Finanças Solidárias com EES Banco Comunitário Nascente;
17. Linha de ação de comercialização e consumo;
18. Linha de ação de novos empreendimentos;
19. Linha de ação de direitos de cidadania com atuação na equipe de Educação Matemática;
20. Linha de ação de direitos de cidadania com atuação nas equipes de Saúde e cidadania, práticas populares de saúde, qualidade de vida, segurança Alimentar no Nutricional e Etnomotricidade;
21. Linha de movimento de Economia Solidária;
22. Linha de ação de Parcerias;
23. Linha de ação de consultoria.

Fonte: Documentos internos do NuMI-EcoSol

A lista de opções para estudantes atuarem na realidade apresentada no Quadro 6 teve como fonte de consulta listas apresentadas para os estudantes em cada oferta da ACIEPE entre 2004 e 2014. Não foram encontradas as listas de 2003, do primeiro semestre de 2004, do segundo semestre de 2006, do segundo semestre de 2008, ambas de 2009 e do segundo semestre de 2014. Uma vez aceita a inscrição dos alunos nas vagas disponíveis a cada oferta, estes passam a fazer parte da equipe responsável pelos projetos, devendo então participar das

atividades acordadas com cada equipe, que incluem reuniões de trabalho, e um conjunto diversificado de possibilidades, que serão definidas especificamente com a participação destes alunos, e considerando suas disponibilidades e preferências, bem como as necessidades no âmbito do próprio projeto. A disciplina possibilitou diversas opções para atuação dos estudantes (23 de acordo com as informações do Quadro 6), o que possibilita verificar a ACIEPE é uma oportunidade para estudantes de graduação atuarem na realidade social. Isto também já indica que o tipo de ensino que ocorre na ACIEPE vai além da transmissão de conhecimentos entre professor e estudante.

A partir, então, da ação na realidade, o estudante tem a oportunidade de iniciar pesquisa científica. No âmbito dos cursos de graduação, quais as oportunidades os estudantes têm de participação no processo de produção de conhecimento, mesmo que apenas na formulação e proposição de perguntas de pesquisa científica? O estudante elabora questões de pesquisa em seu curso de origem, em disciplinas obrigatórias, sobre os temas estudados ou apenas acumula os conhecimentos produzidos por diversos autores? No caso da ACIEPE o estudante tem a oportunidade de escolher temas e elaborar perguntas de pesquisas, como pode ser observado no Quadro 7, temas e perguntas de pesquisa elaborados por estudantes que cursaram a ACIEPE no primeiro semestre de 2013.

QUADRO 7 - Exemplo de perguntas pesquisa elaborada por estudantes na ACIEPE ofertada pelo NuMI-EcoSol e respectivos cursos.

Ano / Semestre	Curso do Estudante	Tema ou Pergunta de Pesquisa
2013/01	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Como os preços são estabelecidos na origem e como as condições de produção e os intermediários podem interferir sobre o preço final do produto.
	CIÊNCIAS SOCIAIS	Existe uma diferenciação na “criação” de um filho cuja família esteja inserida no contexto da Economia Solidária?
	CIÊNCIAS SOCIAIS	Qual é o conhecimento inicial dos alunos da UFSCar, que não estão inseridos nas atividades do Numi (INCOOP-UFSCar), sobre os princípios e fundamentos da Economia solidária? Quais as condições de acessibilidade desses princípios? Pode haver contribuição específica, por parte desses Estudantes, nessa alternativa de economia mais “humanizada”?
	ENFERMAGEM	Qual significado do trabalho em empreendimento de economia solidária, para o indivíduo que está inserido no mesmo.
	ENGENHARIA DE MATERIAIS	Qual o impacto financeiro da moeda social para os comerciantes que aceitam a moeda social? Isso funcionaria como argumento na captação de novos participantes para os projetos de bancos comunitários.
	ENGENHARIA DE MATERIAIS	Um produto reciclado proveniente de trabalho solidário tem maior preferência em relação à um produto oriundo de matéria prima virgem?.”.
	ESTATÍSTICA	O padrão de consumo dos estudantes de graduação da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, campus São Carlos.
	GESTÃO E ANÁLISE AMBIENTAL	Como o cidadão-consumidor pode incentivar a economia solidária através de suas ações políticas, sociais e de consumo no cotidiano?.”.
	GESTÃO E ANÁLISE AMBIENTAL	Quais as limitações entre o consumo e consumismo? Como inserir a Economia solidária dentro deste contexto?
	GESTÃO E ANÁLISE AMBIENTAL	A prática de um consumo sustentável com base na economia solidária pode contribuir para uma maior equidade social? Como?.”
	GESTÃO E ANÁLISE AMBIENTAL	Como a agricultura orgânica e agroecologia podem fornecer diretrizes para fomentar a economia solidária local?”
	GESTÃO E ANÁLISE AMBIENTAL	Quais são os aspectos mais relevantes para a introdução de práticas de consumo responsável!? Existe uma faixa etária mais adequada para tais ações?.”

	PISCOLOGIA	Como a manutenção dos papéis de gênero é confrontada na realidade de um empreendimento econômico solidário?"
	PISCOLOGIA	Acho importante trabalhar a questão da conscientização do público em geral sobre a necessidade de estabelecer formas de produção e de troca solidariades. Já que sem consciência, não há possibilidade de mudar o atual modelo de troca.
	PISCOLOGIA	“Objetivando implantar a Economia Solidária com maior intensidade na sociedade, em vista da criação de novas relações sociais que possibilitaria o desenvolvimento mais igualitário entre os cidadãos, onde a organização do trabalho se basearia em conceitos cooperativos e coletivos. Entendendo que o Estado tem uma participação considerável no sistema econômico vigente, e que seria necessária sua participação nesta implantação, propõe-se realizar um levantamento do número de editais públicos em nível estadual, no Estado de São Paulo, entre os anos de 2010 a 2012, em que haveria a possibilidade de financiamento de projetos envolvendo Economia Solidária.”

Fonte: Documento interno no NuMI-EcoSol

O Quadro 7, com exemplos de perguntas de pesquisa elaboradas no âmbito da ACIEPE, foi sistematizado por membros da equipe do NuMI-EcoSol a partir da coleta de informações em relatórios finais da disciplina e a partir de material indicado pela professora responsável pela atividade de capacitação para elaboração das perguntas de pesquisa.

Não são todos os estudantes que cursam a ACIEPE que realizam esta atividade, sendo que não é possível encontrar perguntas de pesquisa de todos os estudantes. Outros tantos apresentam apenas possíveis temas para pesquisa, sendo que alguns passam a apresentar perguntas somente em uma segunda formulação. Muitas das perguntas de pesquisa elaboradas não são perguntas de pesquisa científica, mas perguntas de intervenção, ou seja, se relacionam com questões pragmáticas que surgem no dia-a-dia do objeto de intervenção que o estudante está lidando. Alguns estudantes, relatam como contexto ou justificativa de suas perguntas de pesquisa seus objetos de intervenção. Exemplos deste tipo de pergunta de intervenção são: “Os cooperados conseguem praticar a autogestão dentro das cooperativas?” e “Os cooperados estão habituados a organizar, fazer e dirigir seus interesses por si próprios, sem intervenção alguma?”. Diante deste tipo de perguntas os estudantes são orientados a reformular as perguntas de modo a deixar mais claro seu interesse científico e para a EcoSol, uma vez que perguntas que lidam com questões específicas de empreendimentos apontam mais para uma avaliação de intervenção.

As perguntas elaboradas são muito diversificadas sendo possível encontrar perguntas para pesquisa de levantamento, com questões teóricas. Diversos estudantes elaboram perguntas que se relacionam com a interface entre a EcoSol e seus cursos de graduação. E também diversos os estudantes que elaboram perguntas que não têm relação com seus cursos. Com isto é possível verificar que os estudantes participam do processo de produção de conhecimento, pelo menos em algum grau, o da escolha de um tema e elaboração de perguntas de pesquisa e que tem como origem a ação na realidade social.

Além de verificar que ACIEPE é uma oportunidade educativa para estudantes de graduação e que ocorre pesquisa, ação na realidade e articulação entre ambas, surge a questão sobre o que é ensinado e aprendido. Há na ACIEPE (e no NuMI como um todo) uma articulação entre oportunidades escolarizadas e não escolarizadas, ou seja, nos encontros presenciais em sala de aula com matrícula, controle de presença, avaliação etc., e ação na realidade social. Na Figura 21 pode ser observado um exemplo da programação dos encontros presenciais da disciplina para oferta do primeiro semestre de 2014.

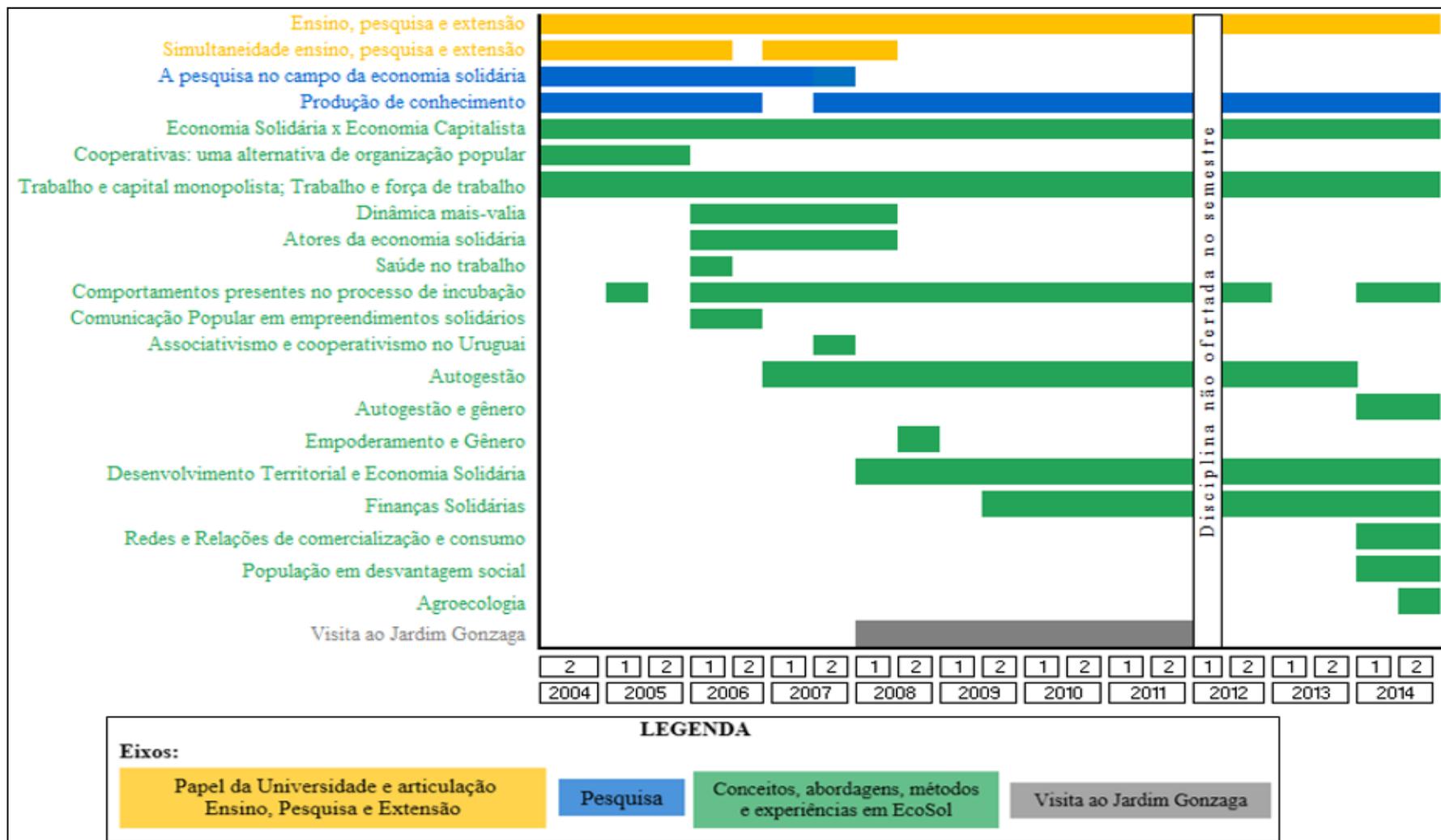
ACIEPE: Cooperativas Populares e Economia Solidária		
Programação 1º sem. 2014		
Mês	Dia	Atividades propostas
MARÇO	19	ENCONTRO 1: Recepção dos alunos: Apresentação do espaço físico; apresentação dos alunos e professores. Estabelecimento de acordos para o desenvolvimento da ACIEPE (Apresentação do NuMI EcoSol: histórico, missão, perspectivas. Introdução à simultaneidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão e indicação bibliográfica para o semestre.
MARÇO	26	ENCONTRO 2: Trabalho e força de trabalho
ABRIL	2	ENCONTRO 3: Debate sobre o tema <i>Capitalismo e Economia Solidária</i> com apresentação de quadro comparativo.
ABRIL	9	ENCONTRO 4: Apresentação dos empreendimentos.
ABRIL	16	ENCONTRO 5: Apresentação das Linhas de Ação/Equipes (Pessoa de referência ou responsável, Objetivos e Horários).
ABRIL	23	ENCONTRO 6: Finanças Solidárias.
ABRIL	30	ENCONTRO 7: Economia Solidária e Desenvolvimento territorial.
MAIO	7	Encontro 8: Autogestão e gênero na Economia Solidária.
MAIO	14	ENCONTRO 9: Produção de conhecimento: aspectos metodológicos. Distribuição de exercícios, a serem feitos fora do horário de aula, contendo a questão de pesquisa.
MAIO	21	ENCONTRO 10: Apresentação e discussão das atividades práticas realizadas pelos alunos, se possível com presença de membros dos grupos atendidos. Socialização da experiência de inserção nas equipes do NuMI.
MAIO	28	ENCONTRO 11: Apresentação e discussão das atividades práticas realizadas pelos alunos, se possível com presença de membros dos grupos atendidos. Socialização da experiência de inserção nas equipes do NuMI.
JUNHO	4	ENCONTRO 12: Ensino, pesquisa e extensão e Elaboração de relatório.
JUNHO	11	ENCONTRO 13: Redes e relação de comercialização e consumo
JUNHO	18	ENCONTRO 14: População em desvantagem social
JUNHO	25	ENCONTRO 15: método de incubação
JULHO	2	ENCONTRO 16: devolução do relatório, avaliação coletiva da ACIEPE e clube de trocas.

Fonte: Documento interno do NuMI-EcoSol

FIGURA 21 - Exemplo de programação com temas dos encontros semanais da disciplina ACIEPE ofertada no primeiro semestre de 2014

É possível observar na Figura 21 que as atividades propostas abordam temas relacionado à área da Economia Solidária (como por exemplo autogestão, finanças solidárias, Desenvolvimento Territorial) mas também há atividades sobre produção de conhecimento, papel da Universidade e apresentações de projetos de ação na realidade em andamento. Em encontros presenciais de disciplinas convencionais, de onde vem o conteúdo que o estudante é colocado em contato? Este conteúdo é revisto, atualizado, questionado, complementado com

os novos conhecimentos que são produzidos? Para os encontros presenciais da ACIEPE ofertada pelo NuMI, a programação com o conjunto de atividades é revista pela equipe no começo de cada oferta da disciplina. Para esta revisão são considerados os resultados da disciplina no semestre anterior, os projetos com respectivas ações na realidade em andamento e possibilidade de membros da equipe para ministrar os temas a cada semestre. Na Figura 22 é possível observar a uma linha do tempo com a evolução dos temas dos encontros presenciais da ACIEPE ofertada pelo NuMI-EcoSol.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da programação da disciplina a cada ano

FIGURA 22 - Linha do tempo dos temas dos encontros presenciais da ACIEPE ofertada pelo NuMI-EcoSol

Na linha do tempo dos temas dos encontros presenciais da ACIEPE (FIGURA 22) é possível observar a evolução dos temas abordados nos encontros. A fonte de consulta para sua elaboração foram os programas da disciplina (como o do exemplo da Figura 13, pg.63), sendo que é possível saber apenas o tema de cada encontro e não exatamente o que é trabalhado e se há alterações nos conteúdos e estratégias de ensino a cada semestre dentro de cada tema. As informações referentes ao ano de 2003 e ao primeiro semestre de 2004 não foram encontradas e, portanto, não constam na linha do tempo. Na linha do tempo da Figura 22, não estão representados os encontros presenciais existentes em toda oferta da ACIEPE que são: 1. apresentação da disciplina, dos estudantes, do NuMI-EcoSol e de sua equipe; 2. apresentação dos projetos em andamento e oficinas para escolha dos estudantes. Na linha do tempo é possível observar eixos de temas (cores preto, azul, verde e vermelho): o eixo de cor preta representa os temas relacionados ao papel da Universidade e articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Temas relacionadas à pesquisa e produção de conhecimento fazem parte do eixo de cor azul. Os temas do eixo representado pela cor verde são conceitos, abordagens, métodos e experiências sobre EcoSol e em cinza o eixo de ação na realidade, com a visita de campo, sendo que as apresentações dos projetos de ação na realidade também são deste eixo de ação na realidade. É possível então verificar que a atividade de ensino-aprendizagem no âmbito dos encontros presenciais desta ACIEPE contém conhecimentos que contribuem para que o estudante consiga melhor articular atividade de pesquisa, ação na realidade social e processos educativos.

Ainda é possível observar que os temas são revisados e atualizados a cada nova oferta, que há temas mais permanentes (como ensino pesquisa e extensão, produção de conhecimento, trabalho e força de trabalho) e temas que surgem a partir de certas ofertas. Nas disciplinas convencionais ocorrem modificação de conteúdos? Qual seria o motivo do surgimento de determinados temas ou a retirada deles nos encontros presenciais? Entre os temas que aparecem mais tardiamente existe algum que surge a partir da atuação na realidade social ou com base no avanço da produção de conhecimento do NuMI. É o caso, por exemplo, do tema Desenvolvimento Territorial e Economia Solidária ou o caso do tema Finanças Solidárias. O surgimento do tema Desenvolvimento Territorial é uma evidência de uma hipótese intermediária sobre a aproximação do NuMI-EcoSol à concepção de EcoSol como estratégia de Desenvolvimento Territorial, algo que ainda será apresentado (**item 3.1.4**). Quanto à hipótese em análise, é possível afirmar que há temas que surgem nos encontros

presenças que vem da realidade, ou seja, ocorre articulação entre ação na realidade e processo educativo escolarizado.

A ACIEPE também foi objeto de estudos, como pode ser observado no Quadro 8, o que evidencia uma articulação entre esta oportunidade de educativa e pesquisa científica.

QUADRO 8 - Produção científica sobre a ACIEPE ofertada pelo NuMI-EcoSol

Tipo	Ano	Produção científica sobre a ACIEPE
Resumo em Anais	2003	CORTEGOSO, A. L.; SCOPINHO, Rosemeire A.; LOGAREZZI, Amadeu; ZANIN, Maria; SHIMBO, Ioshiaqui; MACHADO, Maria Lucia; DAKUZAKU, Regina Y. Formação de estudantes de graduação em economia solidária: a experiência da INCOOP/UFSCar: ACIEPE. Em: IV Encontro de Extensão da UFSCar: compromisso social e conhecimento, 2003, São Carlos. Anais do IV Encontro de Extensão da UFSCar: compromisso social e conhecimento, 2003.
Trabalho Completo em Anais	2008	CORTEGOSO, A. L.; ZANIN, M.; FERREIRA, D. M. Inovação Pedagógica na UFSCar e Ensino de Economia Solidária: Atividade Curricular de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão. In: II Congresso da Rede de ITCPs: Economia Solidária e a Política e a Política da Economia Solidária, 2008, São Paulo. Anais do II Congresso da Rede de ITCPs: Economia Solidária e a Política e a Política da Economia Solidária, 2008
Participação em evento	2008	II Congresso da Rede de ITCPs. Inovação Pedagógica na UFSCar e ensino de Economia Solidária: atividade curricular de ensino, pesquisa e extensão. 2008.

A partir da participação de estudantes na ACIEPE, há diversos casos em que são desencadeadas pesquisas de iniciação científica, trabalho de conclusão de curso e pós-graduação. No Apêndice I é possível observar estes casos. Do total de alunos que cursaram a ACIEPE entre 2003 e 2014, 11 fizeram iniciação científica (IC), quatro fizeram trabalhos de conclusão de curso (TCC) e nove defenderam dissertação de mestrados, todos com tema da EcoSol. Entre estes casos, há dois estudantes que fizeram IC e TCC e um caso de uma estudante que fez IC e Mestrado. Além da trajetória destes estudantes poderia ser identificado se o processo de produção de conhecimento realizado em cada uma destas oportunidades articula pesquisa, ação na realidade e processos educativos, algo que demanda outros estudos.

Diversos são os estudantes que cursam a ACIEPE e continuam atuando no NuMI-EcoSol e apesar de não fazerem IC, TCC ou Pós-graduação, atuam em projetos com ação na realidade, participam de estudos com a elaboração de artigos e publicação de trabalhos em eventos. Para o caso dos estudantes que apenas cursam a ACIEPE e não continuam no NuMI e também outros que passam pelo núcleo, seriam necessários estudos para verificar se esses egressos continuam na EcoSol ou qual a contribuição da passagem pelo NuMI-EcoSol.

Contudo, é possível considerar que a oferta da ACIEPE de forma contínua, desde de 2003 é uma estratégia para estudantes graduação e pós-graduação, graduados para que possam articular pesquisa, ação na realidade e processos educativos no âmbito de uma disciplina, algo que não encontra abertura nas disciplinas convencionais.

Quanto à experiência desta ACIEPE ofertada pelo NuMI-EcoSol surgem algumas questões. E se uma disciplina como esta ACIEPE fosse obrigatória para todos os estudantes de graduação? Quais seriam os impactos em suas formações se os estudantes fossem para realidade e fizessem pesquisa? Quais seriam os resultados se toda disciplina articulasse educação, pesquisa e ação na realidade, tendo como ponto de partida a realidade e possibilitasse a produção de conhecimento e educação de forma simultânea em determinado contexto? O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014 e com vigência por 10 (dez) anos, tem como estratégia *“assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.”* (BRASIL, 2014, *online*)

E se estes 10% de extensão obrigatórias fossem realizadas com atividades como a ACIEPE do NuMI e que contemplassem a articulação das atividades?

No eixo da linha do tempo do NuMI-EcoSol, no eixo de educação (FIGURA 17, pg.71), no segundo semestre de 2012, aparece outra ACIEPE, denominada “Moedas Sociais e Finanças Solidárias”, que foi ofertada pelo NuMI-EcoSol em parceria com os bancos comunitários de desenvolvimento (Banco Nascente e Banco Santa Eudóxia que estavam iniciando atividade sendo que apenas o Banco Nascente continuou atuando), atores do município de São Carlos ligados à cultura, o “Festival CONTATO”, a “Casa Fora do Eixo Sanca” e o “Aparelho Coletivo” e o departamento de apoio a EcoSol da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda da prefeitura municipal de São Carlos. Nesta outra ACIEPE aconteceram encontros presenciais semanais com exposição dialogada, seminários, estudos coletivos e formação de grupos de trabalho, trocas, visitas, vivências e acompanhamento das moedas sociais de São Carlos com intuito de aumentar a compreensão sobre o tema e as experiências relacionadas. Esta outra oportunidade de formação enquanto espaço educativo poderia, da mesma forma que foi analisada a ACIEPE “Cooperativismo Popular e Economia Solidária: produção de conhecimento, intervenção profissional e formação de profissionais”, ser examinada para verificar a hipótese de articulação entre atuação na pesquisa, ação na realidade e educação.

Após ter examinado a articulação entre pesquisa, ação na realidade e processos educativos no âmbito no NuMI-EcoSol e na ACIEPE, se passa a examinar outro eixo da hipótese principal, quanto a aproximação do NuMI-EcoSol da concepção de Economia Solidária como estratégia de Desenvolvimento Territorial.

3.3 Aproximação do NuMI-EcoSol com a concepção de Economia Solidária como estratégia de Desenvolvimento Territorial

A hipótese intermediária a ser examinada neste item, se refere a uma possível concepção de Economia Solidária a que a experiência do NuMI-EcoSol se aproxima. A hipótese é a seguinte: *“O NuMI-EcoSol, parte de uma concepção inicial de desenvolvimento, ainda sem apropriação do conceito de território e passa a atuar preferencialmente em territórios, promovendo o protagonismo de iniciativas econômicas solidárias na constituição e consolidação de novas iniciativas, no estabelecimento de parcerias, ações para aumento do acesso a diversos direitos de cidadania, se aproximando de uma concepção de Economia Solidária como estratégia de Desenvolvimento Territorial e se diferenciando de concepções de desenvolvimento regional, endógeno e local.”*

Para elaboração desta hipótese se considerou que O NuMI-EcoSol, desde sua origem, a partir da ação na realidade social, considera região como área de abrangência de atuação, no fomento a cooperativas populares, organização de consumidores, estabelecimento de parcerias e atuação no movimento de Economia Solidária, indo além do campo original das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares de realizar somente incubação de cooperativas populares, passando a incubar diversas iniciativas de Economia Solidária. A partir de 2007 começa a atuar preferencialmente em territórios, promovendo o protagonismo dos EES no território, parcerias com atores dos territórios, ações para aumento do acesso a diversos direitos de cidadania, processos educativos e pesquisas, se aproximando de uma concepção específica da relação entre Economia Solidária e Desenvolvimento, da mesma forma que o movimento de Economia Solidária se aproximou no mesmo período. Trata-se da Economia Solidária como estratégia de Desenvolvimento Territorial, uma continuação de enfoques passados de desenvolvimento e com referências, mas diferenças das concepções de desenvolvimento endógeno, local e regional que consideram o território apenas como recorte do espaço (um a priori), mas não como espaço de um processo em constante transformação em que seus sujeitos são os protagonistas do desenvolvimento”.

Para verificar tal hipótese é necessário retomar o histórico do NuMI-EcoSol (apresentada no item 2.2.1), desde 1999, quando a então chamada INCOOP foi iniciada. A equipe da incubadora debateu e definiu como nome, “Incubadora Regional de Cooperativas Populares”. Este nome se diferencia das Incubadoras do movimento que a INCOOP se inspirou para iniciar suas atividades, a rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Porque, ao invés do termo “tecnológicas”, a equipe da INCOOP teria optado pelo termo “regional”?

No primeiro projeto de extensão elaborado pela INCOOP, o projeto “Projeto de extensão “Criação de um polo incubador de Cooperativas Populares na UFSCar”, há na introdução o seguinte: “A atuação da Incubadora Regional de Cooperativas Populares como o próprio nome ressalta, estende-se à região, não se limitando ao município de São Carlos, pretendendo atuar tanto no âmbito urbano quanto rural”. Ou seja, desde o começo, a INCOOP já tinha a região como área de abrangência.

A organização de consumidores, estabelecimento de parcerias e a atuação no movimento de Economia Solidária e o passar a incubar diversas iniciativas de Economia Solidária indo além do campo original das ITCPS, é que se considera como evidências de que o NuMI-EcoSol, desde sua origem, atua com base em uma concepção de desenvolvimento, apesar de ainda sem a apropriação do conceito de território e por tanto sem uma abordagem territorial de desenvolvimento. Não foi objeto deste estudo tentar identificar que concepção inicial de desenvolvimento é esta, restando demonstrar as evidências elencadas.

Como evidência da organização de consumidores, a partir da iniciativa do NuMI-EcoSol foi constituída um coletivo organizado de consumidores, o CONSUMOSOL. O grupo foi criado com o objetivo de apoiar os EES incubados pelo NuMI-EcoSol no tema do consumo e sua relação com produtos e serviços dos EES. O grupo é composto por estudantes, professores e produtores locais e aberto a comunidade em geral, sendo que os integrantes são mobilizados para o consumo de produtos e serviços da EcoSol. (MEZZACAPPA, 2013)

As parcerias estabelecidas pelo NuMI entre 1999 e 2007 eram, em sua grande maioria, com prefeituras dos municípios em que atuava como São Carlos, Catanduva Jaboticabal e Ribeirão Preto. A atuação do NuMI-EcoSol no movimento de EcoSol, como se pode observar a indicação na Figura 18 (pg.73), ocorre desde o início de sua atuação. O núcleo participa ativamente do processo de conquista de reconhecimento político e de políticas públicas para a EcoSol desde o início e em especial, a partir de 2003, com a criação do Fórum Brasileiro de Economia solidária (FBES) e da Secretaria Nacional de Economia solidária (SENAES), no

Ministério do Trabalho e Emprego. Desde então, houve uma expansão de políticas públicas de economia solidária em governos estaduais e municipais. O núcleo participa, desde seu início, das Conferências e Plenárias de EcoSol em âmbito municipais, regionais, estaduais e nos eventos nacionais. Participa também de articulações com outras Universidades como a Rede de ITCPs, do Comitê Acadêmico sobre Processos Cooperativos e Iniciativas Econômicas Associativas da Associação de Universidades do Grupo Montevideo (PROCOAS/AUGM), o qual congrega universidades públicas da América do Sul. (ZANIN, 2008)

Por fim, o NuMI-EcoSol começou incubando cooperativas populares, mas passou a incubar associações (como a associação Maria Fuxico), grupos informais (como o Recriart), clubes de trocas, feiras e redes de comercialização. Pelo que se pode observar, já havia na atuação do NuMI-EcoSol, desde sua origem, uma perspectiva de ir além da incubação de cooperativas, atuando na região, além da esfera da produção, com atuação na organização do consumo, firmando parcerias e atuando no movimento de EcoSol.

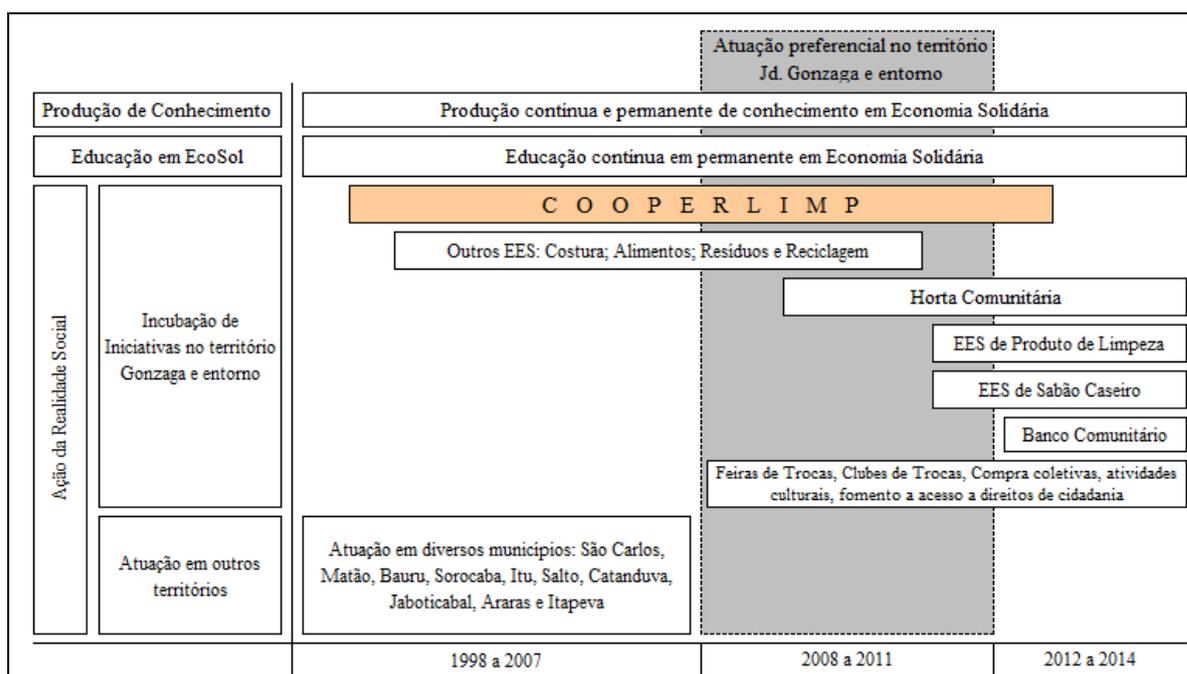
3.3.1 Mudança de Estratégia de atuação e aproximação com a concepção de Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento Territorial

Em 2007, em um seminário de avaliação interna, ocorrido em fevereiro, a equipe da NuMI-EcoSol percebeu que seu método de incubação não descrevia o que a incubadora fazia e nem o que ele queria fazer de forma mais ampla. Neste seminário, a equipe percebeu que incubar EES era apenas uma das ações possíveis do fomento a EcoSol e que a prática da incubadora já tinha outras ações além da incubação. Ações como organização de consumidores (ConsumoSol), palestras, cursos, oficinas, disciplina ACIEPE e atuação no movimento de EcoSol. A prática do núcleo havia ampliado o campo de atuação comparado ao campo original das ITCPs de realizar somente incubação de cooperativas populares. Também foi destacado que já havia incubação de outras iniciativas de EcoSol, para além das cooperativas. E que o público-alvo do NuMI-EcoSol deveria continuar sendo a população historicamente excluída, mas que havia outros públicos-alvo das intervenções das incubadoras, que eram públicos que se identificavam e passavam a atuar em prol do o público-alvo do NuMI-EcoSol, entre eles estudantes, pesquisadores, gestores públicos e militantes. Dado o receio de que a ampliação do campo de atuação poderia levar a ação da incubadora a se esquivar dos aspectos mais importantes para promoção da EcoSol, se definiram prioridades para atuação. E então, como centralidade se definiu o fomento ao trabalho coletivo, a geração de renda e promoção do acesso a outros direitos como férias,

seguridade, educação e lazer. É no âmbito das discussões deste seminário que começa a surgir a perspectiva de se considerar o desenvolvimento de territórios das iniciativas de EcoSol e também foi indicado assumir a perspectiva do desenvolvimento sustentável¹⁴.

A partir de então, o NuMI-EcoSol começa a atuar preferencialmente em dois territórios (um urbano e outro rural), promovendo a participação ativa dos EES no entorno, parcerias com atores dos territórios, ações para aumento do acesso a diversos direitos de cidadania, se aproximando da concepção de Desenvolvimento Territorial.

Para evidenciar a promoção do protagonismo dos EES no entorno, como estratégia de atuação do NuMI-EcoSol, é retomado o caso da incubação da COOPERLIMP, cooperativa de limpeza do Jardim Gonzaga que atuou na cidade de São Carlos e garantiu trabalho associado, renda e direitos trabalhistas a seus sócios entre 1999 e 2011. Para aumentar a compreensão sobre a atuação do NuMI-EcoSol quanto à incubação da COOPERLIMP, foi elaborada uma síntese da linha do tempo que pode ser observada na Figura 23.



Fonte: Elaborado pelo autor

FIGURA 23 - Síntese da Linha do tempo da atuação do NuMI-EcoSol quanto à incubação de iniciativas solidárias

Na Figura 23 é possível observar as mudanças de estratégias de ação na realidade social: no período de 1999 a 2007 houve atuação em diferentes municípios do Estado de São Paulo e a partir de 2008 a prioridade de atuação se concentrou no Bairro Jardim Gonzaga e

¹⁴ Informações de filmagens do Seminário Interno de 2007, acervo de vídeos do NuMI-EcoSol.

entorno, na cidade de São Carlos¹⁵. Uma das estratégias adotada a partir de 2008 foi o fomento ao protagonismo dos EES existentes na criação de novos EES e fomento a outras iniciativas de EcoSol. Esperava-se que os EES existentes fossem protagonistas na criação de novos EES na consolidação de diversas Cadeias Produtivas e de outras iniciativas econômicas solidárias.

Diversas condições foram favorecedoras para que o NuMI-EcoSol escolhesse o território Jardim Gonzaga e entorno como o território de atuação preferencial. Neste território havia diversas ações de EcoSol em andamento, EES com maioria dos sócios moradores do território e oportunidade de criação de identidade do território. Como por exemplo, no caso da COOPERLIMP, na Figura 24 é possível observar local de moradia dos membros do EES em 2007.



Fonte: Elaborado pela equipe do NuMI-EcoSol

FIGURA 24 - Local de moradia dos membros da COOPERLIMP em 2007

¹⁵ No mesmo período havia outro território de atuação preferencial no município de Itapeva-SP, mas que não foi inserido por não ter relação direta com o item.

Em 2008, a COOPERLIMP contava com mais de 250 membros, a grande maioria residente do Jd. Gonzaga, o que significou relevante mudança das condições de vida da população local, respondendo, no mesmo ano, pela renda de mais de 200 famílias, na maioria dos casos, sendo a única fonte de renda destas famílias.

Tanto por iniciativa do EES ou devido ao processo de incubação, houve diversas ações para além da dimensão econômica e do âmbito do empreendimento. Os critérios para a inserção de novos membros consideravam a menor renda familiar, o tempo sem trabalho, sem renda e o maior número de filhos. Várias iniciativas e ações da COOPERLIMP permitiram a inserção de pessoas, socialmente mais vulneráveis, e historicamente mais discriminadas no território. Foi dada oportunidade de reinserção social de pessoas com antecedentes criminais, as quais dificilmente conseguem ter uma nova oportunidade no mercado de trabalho convencional. Em 2008, 12% dos sócios tinham antecedentes criminais; 3% dos sócios eram jovens cumprindo medidas socioeducativas; 11 mulheres, despedidas de seus empregos no mercado convencional por estarem grávidas, foram inseridas como sócias e dois portadores de necessidades especiais.

A partir de estudos realizados pelo NuMI-EcoSol, tendo como fonte cadastros de entrada dos trabalhadores no EES, foi possível identificar a diversidade de faixa etária, gênero, distribuição étnica e graus de escolaridade dos membros. Havia pessoas de 19 até 65 anos, preocupação em aceitar jovens sem experiência profissional e pessoas acima dos 40 anos de idade, este último grupo representando 34% dos membros em 2008. Este mesmo ano, a cooperativa era composta por 70% de mulheres, sendo que aproximadamente metade eram chefes de família. Quanto à etnia, 28% como negras e 41% como pardas. O EES de Limpeza, oferecia ainda a possibilidade de que pessoas com pouca ou nenhuma escolaridade se tornassem sócios da cooperativa. Em 2008, 21% dos sócios eram analfabetos, 45% das pessoas com Ensino Fundamental incompleto. Todas as pessoas do empreendimento eram incentivadas a retornar aos estudos, e muitos começaram a fazê-lo.

A COOPERLIMP apoiou outros EES no território, evidenciando o aumento da compreensão dos princípios de solidariedade e cooperação. O EES de Sabão Caseiro¹⁶ teve a oportunidade de uso de espaço físico cedido para produção e realização de reuniões. Por um período de seis meses não pagaram aluguel, como condição para que o grupo se estruturasse. A COOPERLIMP ainda comprava, divulgava e facilitava a comercialização do sabão. Um tempo depois o grupo passou a ter renda suficiente para pagamento do aluguel do espaço. Foi

¹⁶ EES de produção de sabão a partir da utilização do óleo de resíduos de fritura.

aprovado em assembleia da COOPERLIMP o empréstimo de seu veículo para apoio a outro EES, o de Produtos de Limpeza (como detergentes, desinfetantes), para entrega dos produtos. A constituição da Horta Comunitária contou com a participação da COOPERLIMP que teve papel central na consolidação do grupo, com o empréstimo do veículo para transporte de ferramentas e insumos além de indicar pessoas para participação na Horta.

A partir de demandas do NuMI-EcoSol, a COOPERLIMP participou na co-organização de Feiras de Trocas, Clube de Troca e Compras Coletivas. O EES também começou a realizar inserção de trabalhadores associados em outros empreendimentos, como no EES de Produtos de Limpeza e se envolveram na formação e consolidação da Horta Comunitária e na formação e consolidação do Banco Comunitário Nascente. Além de ações de EcoSol, a COOPERLIMP desenvolveu outras atividades no território como a montagem de uma Biblioteca a partir de livros doados e atividades culturais como oficinas de capoeira, grafite, pipa, culinária, saúde bucal, xadrez e circo, cinema para criança (cine Gonzaguinha), outras atividades de audiovisual e grupo de leitura com jovens que cumprem medidas socioeducativas. Ainda, a COOPERLIMP foi objeto de diversas ações do NuMI-EcoSol ou outros atores com atuação no território. Foram realizadas oficinas de saúde, trabalho, qualidade de vida, segurança alimentar, educação matemática e questões de gênero.

Portanto, é possível verificar que a atuação do NuMI-EcoSol, no exemplo dado em relação à incubação da COOPERLIMP, a promoção da participação ativa de empreendimentos em seu entorno, no território.

Como se pode observar na síntese do eixo de ação na realidade do NuMI-EcoSol (FIGURA 18, pg.73), a mudança quanto à atuação preferencial em territórios, às parcerias que se buscam fomentar, que passam a atuar nos territórios preferenciais: secretarias municipais, pesquisadores, grupos de pesquisa, Banco do Brasil, grupos religiosos e ONGs. E surgem ações intuitivas de aumento do acesso a direitos de cidadania como lazer, saúde, educação, cultura, relações de gênero entre outras.

Os processos educativos passam a incluir o tema de Desenvolvimento Territorial. O curso de especialização em gestão em EcoSol tem uma disciplina sobre Desenvolvimento Territorial. O tema passa a ser um dos encontros presenciais da ACIEPE “Cooperativismo Popular e Economia Solidária” a partir também de 2008 (ver FIGURA 22, pg.101). Ainda, no conjunto dos temas é possível observar que foram surgindo diversos temas que indicam a perspectiva de desenvolvimento. Para além de temas como ensino, pesquisa e extensão, cooperativas, trabalho e força de trabalho, foram aparecendo temas como saúde, gênero,

redes, finanças solidárias e Desenvolvimento Territorial. Entre 2008 e 2011 a visita ao território urbano de atuação preferencial do NuMI também era uma das atividades da ACIEPE.

No âmbito da ACIEPE ofertada pelo NuMI-EcoSol foram coletadas e organizadas perguntas de pesquisa elaboradas pelos estudantes e que se relacionam com o tema do Desenvolvimento Territorial (ver QUADRO 9).

QUADRO 9 - Temas e perguntas de pesquisa sobre Desenvolvimento Territorial elaboradas pelos estudantes da ACIEPE

Ano/Sem	Curso do estudante	Tema/Pergunta(s) de Pesquisa(s)
2014/02	Engenharia Civil	Autoconstrução e o cooperativismo na perspectiva do desenvolvimento territorial endógeno e da proposição de políticas públicas integradas de habitação popular e economia solidária são mais adequadas às populações destes territórios?
	Ciências Sociais	Os comerciantes da feira central da Ceilândia (DF), estabelecem relação de comércio justo e consumo solidário com os agricultores da agricultura familiar do Nordeste contribuindo para o desenvolvimento regional nordestino, em relações à mercados em outras regiões?
2013/02	Ciências Sociais	Tema: As educações: diferentes modelos de desenvolvimento educacional de acordo com o desenvolvimento territorial.
	Gestão e análise ambiental	Como inserir cooperativas na construção de casas sustentáveis?; “Seria possível relacionar a construção de casas sustentáveis com desenvolvimento territorial?” e “Como estabelecer uma rede de colaboração entre diversas cooperativas, neste tema?”
	Terapia ocupacional	Como o desenvolvimento territorial pode influenciar no tratamento terapêutico ocupacional da atenção básica de saúde?
2010/01	Ciências Sociais	Tema: Investigação das possibilidades, dificuldades e potencialidades de desenvolvimento de um determinado território a partir da articulação da população em torno dos conceitos e da filosofia da Economia Solidária.
	Ciência da computação	Tema: Inserção de uso de tecnologia da informação em empreendimentos solidários e desenvolvimento territorial
	Psicologia	Quais são as práticas de economia solidária mais utilizadas em ONGs que visam o desenvolvimento territorial?
2009/02	Eng. de materiais	Versão 1: Considerando o desenvolvimento territorial, seria interessante uma pesquisa relacionada a cooperativas habitacionais, que, além do propósito da casa própria a um preço justo, traria benefícios com relação ao crescimento ordenado e auxílio com consultorias priorizando a segurança de uma comunidade. Sugestão da professora da disciplina: Mas qual ou quais seriam as perguntas de pesquisa, considerando este tema? Aguardo um avanço seu na direção da delimitação de perguntas de pesquisa, para rever e comentar. Versão 2: Quais as principais características em uma comunidade ou território, necessárias para a implementação de uma cooperativa habitacional? Quais as principais etapas a serem desenvolvidas por uma cooperativa habitacional em uma comunidade? Como se associam os cooperados nas cooperativas habitacionais? Onde se encontram e qual a situação deste tipo de cooperativa no território brasileiro?
	Eng. de materiais	Uma das questões elaboradas: Que tipo de território, e que características deste evidenciam potencialidades para o desenvolvimento deste tipo de empreendimento?
	Matemática	Segunda versão da pergunta: As moedas sociais têm ganhado espaço nos projetos de desenvolvimento territorial. Mas a questão é, analisando locais em que há a circulação de moeda social, até que ponto ela é viável? Ela favorece a circulação do dinheiro no próprio território, mas pode existir um superfaturamento de certos produtos e serviços. Uma pesquisa quantitativa, avaliando o que existe em um desses territórios e o que pode ser conseguido em locais próximos pelo mesmo preço ou mais em conta seria interessante. Também seria interessante fazer uma análise de como melhorar nesse aspecto. O que poderia ser feito com relação a isso? Por exemplo, existe apenas uma farmácia no local que aceita moeda social. Isso faz as pessoas irem até para adquirir seus produtos. Como as pessoas daquela região, em sua maioria, só utilizam moeda social, então o farmacêutico pode colocar qualquer valor em seus produtos, pois ninguém irá até outro local comparar preços para comprar em real. Isso é apenas um exemplo que poderia ocorrer não somente com lojas, mas também com prestação de serviços.
	Terapia ocupacional	Primeira versão: qual tem sido a eficácia da implantação das cooperativas no bairro escolhido (por meio da) pela incubadora, durante esses dez anos. Às vezes me questiono até que ponto não interferimos no pensar e agir daquelas pessoas através dos nossos ideais, pois percebo a dificuldade que as cooperativas encontram em se desvincular da incubadora. Sugestão da professora da disciplina: qual o impacto da atuação da incubadora ao fomentar a criação e funcionamento de empreendimentos solidários no território em que atua?

É possível observar no Quadro 9 que estudantes de diferentes cursos elaboraram questões com relação ao Desenvolvimento Territorial. Quais as concepções sobre Desenvolvimento Territorial de cada estudante? As perguntas elaboradas no âmbito da ACIEPE indicam que há no NuMI-EcoSol pesquisa em relação ao Desenvolvimento Territorial, ao menos na elaboração de perguntas.

No âmbito da produção acadêmica sobre Desenvolvimento Territorial, no Quadro 10, é possível observar publicações científicas do NuMI-EcoSol em que no título aparecem o termo Desenvolvimento Territorial.

QUADRO 10 - Produção Científica do NuMI-EcoSol com Desenvolvimento Territorial no título

Tipo de Produção	Ano	Referência da Produção Científica
ResExpandido	2009	MACHADO, M. L. T.; OGATA, M. N.; TOYOTA, T.; MOURA, K. R.; SILVEIRA, M. A.; CARDOSO, E. D. Segurança Alimentar e Nutricional, Saúde, Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial. In: 8 Jornada Científica e Tecnológica da UFSCar - VII Encontro de Extensão, 2009, São Carlos. Anais de Eventos da UFSCar, 2009.
ResExpandido	2009	MACHADO, M. L. T.; OGATA, M. N.; SOARES, L. B. T.; FORNERETTO, A. P.; TOYOTA, T.; MOURA, K. R. Redes que se entrelaçam: construção de parcerias universidade-sociedade para o desenvolvimento territorial e da qualidade de vida. 4º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU) - Tecnologias sociais e inclusão: caminhos para a Extensão Universitária Dourados-MS: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão. 2009.
ResumoAnais	2009	CORTEGOSO, A. L. ; Cruz, Fátima. Analisis de concepciones y practicas de consumo de personas participantes en un proyecto de desarrollo territorial em España. Em: V International Congress of Qualitative Inquiry, 2009, Urbana-Champaign. V International Congress of Qualitative Inquiry, 2009.
ResumoAnais	2009	Forneretto, Alana P. ; OGATA, M. N. ; MACHADO, Maria Lúcia Teixeira ; Toyota, T ; Soares, Léa B.T ; Moura, KR. REDES QUE SE ENTRELÇAM: Construção de Parcerias Universidade-Sociedade para o Desenvolvimento Territorial e da Qualidade De Vida. Em: 4º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária: Tecnologias sociais e inclusão: caminhos para a Extensão Universitária, 2009, Dourados/MS. 4º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Dourados/MS: UFMS, 2009.
ResumoAnais	2009	MENEGHETTI, R. C. G. ; SANTOS, V. P. P.. Matemática num contexto de Educação em Economia Solidária: atividades inseridas num projeto que visa auxiliar no desenvolvimento social/econômico de bairros carentes na cidade de São Carlos por meio da implementação de empreendimentos solidários. Em: I Simpósio Aprender com Cultura e Extensão, 2009, Ribeirão Preto. Anais do I Simpósio Aprender com Cultura e Extensão, 2009.
ResumoAnais	2009	TAFURI, D. M. ; CORTEGOSO, A. L.. Desenvolvimento Territorial por meio da Economia Solidária: o papel das iniciativas financeiras. Em: VII Encontro de Extensão, 2009, São Carlos. Anais de Eventos da UFSCar, v. 5, 2009.
TrabCompAnais	2009	CORTEGOSO, A. L. ; FERRAZ, F. J. ; ZANIN, Maria ; TAFURI, D. M. ; FERREIRA, D. M.. Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial: em Busca de Condições para Construção de Sustentabilidade Local. Em: IV Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2009.
TrabCompAnais	2009	CORTEGOSO, A. L. ; ZANIN, M. ; SHIMBO, I. ; TAFURI, D.. Desenvolvimento territorial por meio da Economia Solidária: o papel das iniciativas econômicas. Em: V Encontro Nacional e III Encontro Latino americano sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis, 2009.
TrabCompAnais	2009	MEZZACAPPA, G. G. ; CORTEGOSO, A. L. ; ZANIN, Maria. Feira de trocas solidárias como instrumento para promoção do protagonismo de empreendimentos solidários no desenvolvimento territorial. Em: XVII Jornada de Jovens Investigadores de AUGM, 2009.
Dissertação	2010	FERREIRA, D. M. Economia Solidária como estratégia de Desenvolvimento Territorial: a atuação da INCOOP no Jardim Gonzaga e entorno, São Carlos, SP. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.
Pós-Doc	2010	GODOY, T. P. ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: Contribuição para formulação de políticas públicas através do estudo das condições e dos obstáculos para a reprodução de iniciativas solidárias desenvolvidas pela INCOOP UFSCar nos Jardins Gonzaga e Monte Carlo em São Carlos SP. Universidade Federal de São Carlos, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. 2010.
ResumoAnais	2010	MENEGHETTI, R. C. G.. Matemática e educação em economia solidária: atividades para auxiliar o desenvolvimento social/econômico de bairros carentes da cidade de São Carlos. Em: Projetos 2009/2010: Aprender com cultura e extensão, 2010, São Paulo-SP. Projetos 2009/2010: Aprender com cultura e extensão. São Paulo - SP: Publicação Pró-reitoria de Cultura e Extensão. Universidade de São Paulo, p. 173-173, 2010.
TrabCompAnais	2010	FERREIRA, D. M.; SHIMBO, I. Estratégias, obstáculos e limites da relação entre Economia Solidária, Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas. Caso Jardim Gonzaga, São Carlos, SP. In: JORNADAS DE JÓVENES INVESTIGADORES DE AUGM, XVIII, 2010, Santa Fe. Anais... Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2010
TrabCompAnais	2010	ZANIN, M.; PEPINELLI, R. F. G. ; TARGA, L. G. ; CORTEGOSO, A. L.. Propuesta de redes de emprendimientos economicos solidarios en las actividades relacionadas con residuos para promoción de desarrollo territorial. Em: V Congreso Internacional Rulescoop: El emprendimiento colectivo y

		la cohesión social, v. 1, p. 682-705, 2010.
Dissertação	2011	Rafaela Fernandes Amado. Variáveis de empreendimento econômico solidário organizado em cadeia produtiva que impactam no desenvolvimento local de um território urbano. 2011. Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana. Universidade Federal de São Carlos. Orientação: Ana Lucia Cortegoso.
TrabCompAnais	2011	LUSSI, I. A. O. ; FREITAS, M. M. ; SHIMBO, I. Proposição de diretrizes de Políticas Públicas de Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial: atuação da INCOOP/UFSCar. Em: 7 Seminário Acadêmico Internacional PROCOAS AUGM, 2011.
TrabCompAnais	2011	ZANIN, M.; TARGA, L. G.; FRANCA, L. M.; GUTIERREZ, R.; GODOY, T. M. P. Constituição de Rede de Colaboração entre Empreendimentos Econômicos Solidários para Promoção de Desenvolvimento Territorial no Município de São Carlos/SP. In: XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2011, Salvador/BA. Anais do XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2011
Cap Livro	2012	CORTEGOSO, A. L. ; SHIMBO, I. ; MEZZACAPPA, G. G. ; Pompermaier, Henrique ; Godoy, T. M. P.. Método de incubação de empreendimentos de trabalho coletivo solidário na INCOOP/Universidade Federal de São Carlos: avanços e desafios em um contexto de desenvolvimento territorial com economia solidária (UFSCar). Em: Ana Lucia Cortegoso; Gerardo Sarachu; Kelly Pereyra. (Org.). (Org.). Prácticas Académicas Integrales en el Cono Sur. Ied.Montevideo. : Extensión Libros. 2012.v. 1, p. 45-73.
IC	2012	Karen Monteiro dos Santos. Saúde, qualidade de vida e desenvolvimento territorial: um estudo em São Carlos, SP. (Graduando em Enfermagem) - Universidade Federal de São Carlos, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. 2012. Orientador: Maria Lúcia Teixeira Machado.
TrabCompAnais	2012	GODOY, T. M. P., FERREIRA, D. M., LUSSI, I. Economia Solidária como estratégia de Desenvolvimento Territorial nas ações do NuMI-EcoSol/UFSCar: avaliação dos resultados obtidos. In: SEMINÁRIO ACADÊMICO INTERNACIONAL COMITÉ PROCOAS, 8, 2012. Mar del Plata. Anais... Mar del Plata, 2012.
TrabCompAnais	2012	FREITAS, M.M ; CORTEGOSO., A. L. ; LUSSI, I. A. O. ; SHIMBO, I. ; ZANIN, M.. Construção participativa de políticas públicas de Economia Solidária para desenvolvimento territorial, como objeto do NuMI-EcoSol. Em: 8o. Seminário Acadêmico Internacional Comitê PROCOAS, 2012.
TrabCompAnais	2012	LUSSI, I. A. O. ; MORATO, G. G.. Saúde Mental, Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial: a experiência do NuMI-EcoSol/UFSCar. Em: II ENPES - Encontro Nacional de Pesquisa sobre Economia Solidária, 2012.
Cap Livro	2013	GODOY, T. M. P.; FERREIRA, D. M.; SANTOS, P. G. C. Avanço na conceituação coletiva dos termos Autogestão, Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas no NuMI-EcoSol/UFSCar. In: Erica Aparhyan Stella; Gabriela Rizzo Iervolino; Reinaldo Pacheco da Costa; Sylvia Leser de Mello. (Org.). Articulando: Sistematização de Experiências de Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares. Ied.: , 2013, v. 1, p. 265-286. ISBN: 978-85-62587-12-2.
ResumoAnais	2013	SANTOS, K.M.dos ; MACHADO, M. L. T.. Saúde, qualidade de vida e desenvolvimento territorial: um estudo em São Carlos, SP. Em: XX Congresso de Iniciação Científica da UFSCar, 2013, São Carlos. Anais do XX Congresso de Iniciação Científica da UFSCar, 2013.
Art Periodico	2014	GODOY, T. M. P. Economia solidária e território: produção de espaços democráticos e participativos. Otra Economía, v. 8, p. 260-267, 2014
Cap Livro	2014	FERREIRA, D. M. Sistematização de Experiências de Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento Territorial no Contexto da Cooperação Sul-Sul. In: Leandro Pereira Morais. (Org.). IV Academia sobre Economia Social e Solidária: Cooperação Sul-Sul e Triangular e Economia Social e Solidária. Ied.Genebra: Secretariado Internacional do Trabalho, 2014, v. 1, p. 101-105. ISBN: 978- 92-2-828934-3.
TrabCompAnais	2014	GODOY, T. M. P. . Economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial ou de desenvolvimento local?. In: XXIX Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia, 2013, Santiago. Anais do XXIX Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia, 2013. v. 1

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de documento interno do NuMI-EcoSol

Trabalhos publicados em que no título aparece o termo Desenvolvimento Territorial surgem primeira vez em 2009, pouco tempo depois da mudança de estratégia para este foco. Em 2009 também é o maior número de trabalhos em que o termo aparece no título evidenciando relação entre a atuação na perspectiva de Desenvolvimento Territorial e a produção de conhecimento.

No que tange a organização, gestão e estrutura e funcionamento do NuMI-EcoSol é possível observar em sua linha do tempo (FIGURA 19, pg.75), duas evidências do impacto da concepção da EcoSol como estratégia de Desenvolvimento Territorial na estrutura e funcionamento do núcleo. Entre 2008 e 2011 ocorriam reuniões específicas para tratar do projeto em andamento que tinha como tema principal o Desenvolvimento Territorial e a partir de 2012, com a criação das linhas de ação, uma delas é foi constituída tendo como tema central o Desenvolvimento Territorial.

Portanto, é possível verificar a mudança de estratégia realizada pelo NuMI-EcoSol, passando a atuar preferencialmente em territórios, promovendo a protagonismo dos EES no território, parcerias com atores, ações para aumento do acesso a diversos direitos de cidadania, processos educativos e pesquisas.

4. CONCLUSÕES

A superação de problemas da realidade social, com maior inclusão, diminuição das desigualdades estruturais, erradicação da pobreza implica na produção de conhecimentos pela Universidade que seja articulado com intervenções profissionais e diversas práticas sociais. Além disto, é importante considerar que a atuação da Universidade mobiliza diferentes conceitos e princípios a depender da perspectiva de concepção ou forma econômica que se pretende reforçar. A Economia Solidária como concepção econômica que tem como princípios e valores fundamentais a autogestão, a cooperação e a solidariedade têm sido consideradas como estratégia para superar a má condição de vida da população excluída em uma perspectiva de desenvolvimento em abordagem territorial.

O processo de produção de conhecimento, como papel da Universidade, se dá pela articulação entre as instituídas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Este processo deve incluir *tornar o conhecimento produzido acessível* e é importante a quem ele se dirige ou beneficia. A pesquisa científica, a partir da ação na realidade possibilita a produção de

conhecimentos que se *tornam acessíveis* pela educação e pela ação na realidade. Quem tem e quem deveria ter acesso a educação superior? Este processo de produção, que pode passar por algo aparentemente simples e corriqueiro, não é o mais habitual na Universidade. Em geral o conhecimento se torna, no máximo disponível, e não chega, ou demora chegar, a quem dele necessita.

A experiência das ITCPs embora sejam, em geral, mais conhecidas pela atuação enquanto extensão universitária (muitas incubadoras começaram e a grande maioria ainda é projetos ou programas de extensão), tanto pesquisa, quanto ensino estão presentes. No entanto, existem em experiências de ITCPs nas Universidades, que produzem conhecimento articulando pesquisa, ação na realidade e processos educativos.

A experiência examinada nesta pesquisa, o NuMI-EcoSol, desde sua origem, parte da ação na realidade e busca articular esta ação com pesquisa e processos educativos. É possível perceber, na trajetória do NuMI-EcoSol as diversas mudanças nas estratégias de atuação. A opção pela ação na realidade social difere do que é mais comum na Universidade que é a teoria explicativa dos fenômenos sociais. Esta ação na realidade, em relação dialética com os fundamentos conceituais e teóricos, as reflexões permanentes que se apoiam na própria prática, deu base e permitiu tais mudanças. O núcleo buscou promover a EcoSol, mas também praticá-la, o que complexifica a ação, mas contribui para o processo ao tentar identificar na ação as dificuldades da autogestão, da cooperação, da solidariedade e outros princípios.

Em síntese, quanto a um dos focos deste trabalho, o NuMI-EcoSol partiu da incubação de cooperativas populares, passou a incubar iniciativas de EcoSol e se aproximou da concepção de Desenvolvimento Territorial. Desde o começo já se difere do movimento que surgiu, pois poderia seguir apenas com a incubação de cooperativas e fazer disso seu objetivo central. Alguma perspectiva de desenvolvimento já estava presente, o que se relaciona com a concepção de Economia Solidária do núcleo, que a entende como fenômeno para além da criação de trabalho, renda e compensação das crises capitalistas. Da mesma forma, o núcleo não concebe a EcoSol como promotora da alienação da consciência de classe como forma de neutralizar o potencial dos trabalhadores na transformação da realidade, mas como forma que se opõe à forma econômica vigente e tem apontado caminhos alternativos de desenvolvimento ou rumo a outra sociedade.

Partindo da concepção de que a EcoSol tem potencial para promoção do desenvolvimento o NuMI-EcoSol inicia sua atuação tendo a região como área de abrangência indo além da incubação, com a organização do consumo e de consumidores, estabelecimento

de parcerias e atuando no movimento de Economia Solidária. Então, por meio de um processo de autocrítica, muda sua estratégia e passa a atuar preferencialmente em territórios. No entanto, o NuMI é ator externo ao território e atuar em um território se distingue da adoção da perspectiva territorial de desenvolvimento. Por isso a estratégia de ação que passa a promover tem no conceito de protagonismo a perspectiva de desenvolvimento, o que aproxima a experiência do chamado Desenvolvimento Territorial. O que se busca promover é a participação, autonomia, dignidade de todos os envolvidos. E a partir disto o aumento crescente da identidade, pertencimento e do exercício de poder pessoal e coletivo no e do território.

De forma semelhante, ao que aconteceu na experiência do NuMI-EcoSol quanto à aproximação com abordagem territorial de desenvolvimento, o movimento de EcoSol e suas políticas públicas têm indicado a EcoSol como estratégia de Desenvolvimento Territorial, como já apresentado no item 1.1.2.2. O que faz surgir a questão quanto à relação entre esta evolução no movimento e a experiência do NuMI-EcoSol, se houve algum impacto ou se ambos ocorreram paralelamente e de forma independente. No entanto, seriam necessários outros estudos. A hipótese é que tanto o movimento de EcoSol, as políticas públicas desta área e a experiência do NuMI-EcoSol passam a adotar a concepção de EcoSol como estratégia para o Desenvolvimento Territorial de forma paralela, sem nítida influência de uma na outra.

Como parte deste processo de promoção da EcoSol como estratégia de Desenvolvimento Territorial, pelo no NuMI-EcoSol, tanto o processo de produção de conhecimento quanto as ações na realidade e as atividades educativas envolveram estudantes de graduação e pós-graduação, graduados e professores. Os trabalhadores associados foram envolvidos em ações educativas, mas ainda não participam ativamente do processo de produção de conhecimento científico, apesar de participarem indiretamente e participarem da produção de outros saberes. Esta não participação dos trabalhadores no processo de produção de conhecimento científico parece se relacionar com os processos de desenvolvimento. Qual seria o potencial para o desenvolvimento se os trabalhadores fossem protagonistas do processo de produção de conhecimento científico?

A partir de um mesmo tipo de oportunidade educativa comum da Universidade, a disciplina, a ACIEPE ofertada pelo NuMI-EcoSol se destaca. Nas 23 ofertas entre 2003 e 2014, o estudante teve a oportunidade de optar por possibilidades de ação na realidade e a partir desta elaborar perguntas de pesquisas e se envolver em processos de ensino-aprendizagem para além da transmissão de conhecimentos, tudo como parte do processo de

produção de conhecimento, concebido como papel da Universidade. Existem outros espaços educativos no NuMI-EcoSol, mas que precisam ser melhor analisadas, algo que exige outras pesquisas. Da mesma forma, exige outros estudos a análise da produção científica do NuMI.

Com base na análise da experiência do NuMI-EcoSol realizada nesta pesquisa, alguns estudos futuros são sugeridos: examinar a relação entre a produção de conhecimento, trabalho associado e desenvolvimento, visando identificar estratégias, condições, dificuldades e limites para produção de conhecimentos por parte dos trabalhadores associados na perspectiva do Desenvolvimento Territorial; identificar se a EcoSol possibilita outro campo de atuação profissional aos estudantes universitários graduandos, além do campo referente a formação de seus cursos de graduação de origem; identificar se diversas formações de diversas graduações reforça o questionamento da EcoSol quanto à divisão técnica e social do trabalho; investigar porquê alguns cursos atraem mais estudantes que outros; mapear exaustivamente a trajetória dos estudantes para verificar se no processo de produção de conhecimento o grau de articulação entre pesquisa, ação na realidade e processos educativos em cada atividade realizada. Por fim, para caso dos estudantes que apenas cursam a ACIEPE e não continuam no NuMI e também outros que passam pelo núcleo, seriam necessários estudos para verificar se esses egressos continuam na EcoSol ou qual a contribuição da passagem deles pelo NuMI-EcoSol.

As contribuições deste trabalho possibilitam a reflexão sobre o papel da Universidade, sobretudo a Universidade Pública e a Economia Solidária como estratégia de Desenvolvimento Territorial. A Universidade pode ser pensada para além de formadora de profissionais para o mercado de trabalho ou como produtora de pesquisas científicas apartadas da realidade, mas como produtora de conhecimento que se torna acessível por meio da articulação entre educação, pesquisa e ação na realidade. E a Economia Solidária não deve ser pensada apenas como geração de trabalho e renda ou como política compensatória, mas como estratégia em moradores e cidadãos de um dado território podem ser protagonistas, ou seja, para além da renda e dos ganhos econômicos, se prevê a participação e a autonomia dos mesmos, na perspectiva de produção de seus próprios conhecimentos populares e científicos por meio deste repensar do papel da Universidade Pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, A. N. **Economia Solidária – princípios e contradições**. Dissertação (Mestrado) em Política Social pelo Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.
- BASSAN, D. S.; SIEDENBERG, D. R. Desenvolver buscando a Redução das Desigualdades. In: Becker. D. F. e WITTMANN M. L. (Org.). **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.
- BECKER, B. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B.; HAESBAERT, R.; SILVEIRA, C. (Org.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. p.1-21.
- BOTOMÉ, S. P. **Pesquisa Alienada e Ensino Alienante: O equívoco da extensão universitária**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes; São Carlos, SP: Editora da Universidade Federal de São Carlos; Caxias do Sul, RS: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1996.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.
- CÉSAR, S. B. **A Indissociabilidade Ensino, Pesquisa, Extensão e a Gestão do Conhecimento: Estudo em universidade brasileira**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento, Universidade Fundação Mineira de Educação e Cultura, Belo Horizonte, 2013.
- CENTRO NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA (CFES). **Sistematização de experiências da Economia Solidária: referenciais, etapas e ferramentas para o processo de sistematização**. Brasília, DF, 2012
- CORTEGOSO, A. L., *et al.* A integração dos processos comportamentais de intervir em situações e de produzir conhecimento como objeto de estudo e objetivo de intervenção profissional. **Chronos** (Caxias do Sul), Caxias do Sul, v. 30, n.1, p. 70-102, 1997.
- CORTEGOSO, A. L.; FERRAZ, J.F.; SHIMBO, I.; LUCAS, M.G. Evolução na atuação da Incubadora Regional de Cooperativas Populares da UFSCar em relação à economia solidária. In: DAL RI, N. M. (Org.). **Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 205-222.
- CORTEGOSO, A. L. e SHIMBO, I. Empreendimentos solidários, universidades, movimentos sociais e gestores públicos: articulação de esforços na promoção da Economia Solidária no Brasil de hoje. In: **2ª Jornada Universitaria sobre Cooperativismo, Economía Solidaria y Procesos Asociativos**. Montevideo, 2005.
- COSTA, P. A. Sistema Local de Inovação em Economia Solidária: embrião de processos de desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v.7, n.1, p.153-173, 2011.
- CUNHA, M. I. Indissociabilidade entre ensino e pesquisa: a qualidade da graduação em tempos de democratização. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 29, n. 2. 2011. p. 443-462.
- DEMO, P. **Pesquisa: Princípio Científico e Educativo**. 8 ed. São Paulo: Cortez. 2001

DIAS, A M I. Discutindo Caminhos Para a Indissociabilidade Entre Ensino, Pesquisa e Extensão. **Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física**, v.1, n. 1, p.37-52, Agosto/2009.

DIONNE, H. **A Pesquisa-ação para o Desenvolvimento Local**. Tradução de Michel Thiollent. Brasília: Liber Livro, 2007

FALKEMBACH, E. M. F. Sistematização em Educação Popular: uma história, um debate.... In: 30ª. Reunião Anual da ANPED 2007, 2007, Caxambu-MG. **Anais da 30ª. Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**. Caxambu: Editora da ANPED, 2007. v. 1.

FERRAZ, F. J. **Economia Solidária e Desenvolvimento Local nos Programas do Governo Federal no Período 2004-2007**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

FERNADES, J. D. Indissociabilidade ensino/pesquisa/extensão: buscando a essência e engendrando o novo. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.47, n.1, p.36-41, jan./mar. 1994.

FRANÇA FILHO, G. C. (Org.) et al. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Salvador: EDUFBA; Editora da UFRGS, 2006. 326 p. (Série Sociedade e Solidariedade). ISBN 85-7025-859-3.

_____. Teoria e Prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas** (Porto Alegre), v. 7, p. 155-174, 2007.

FRANÇA FILHO, G. C. e SANTANA JUNIOR, G. **Economia Solidária e Desenvolvimento Local: uma Contribuição para Redefinição da Noção de Sustentabilidade a partir da Análise de três casos na Bahia**. Disponível em: < dowbor.org/ar/07genautolocal.doc >. Acesso em: jun. de 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 64. ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 205.

FREITAS, A. F. *et. al.* Desenvolvimento territorial e políticas públicas na Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v.9, n.3, p.154-183, 2012.

FREITAS, P. C. e DUARTE, E. R. Programa de Educação Tutorial: o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na construção de uma nova graduação. **Extramuros - Revista de Extensão da Univasf**, v.2, n.2, p. 36-24, 2010.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 6. ed. São Paulo, 1983.

GAIGER, L. I. **A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista**. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18642>>. Acesso em: set. de 2013.

GAMBOA, S. S. Teoria e da Prática: uma relação dinâmica e contraditória. In: V Colóquio de Epistemologia da Educação Física, 2010, Maceió-AL. **Anais do V Colóquio de Epistemologia da Educação Física**. Maceió, 2010.

GERMER, C. A “Economia Solidária”: Uma crítica Marxista. **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**, Curitiba, 2009.

GOERGEN, P. Educação instrumental e formação cidadã: observações críticas sobre a pertinência social da universidade. **Revista Educar em Revista**, Curitiba, n.37, p.59-76, 2010.

GOMES, G. G. **Rede Justa Trama – Cadeia Produtiva do algodão ecológico: as territorialidades da Economia Solidária**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GOMES, F. P., KLEIN, M. J., et al. **Introdução a Economia Solidária**. Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES): Ministério do Trabalho e Emprego - M.T.E. 2002.

HANNAH, J. Educação continuada e outros desafios para o mundo. **Perspectiva**, Florianópolis, v.18, n.33, p.115-123, 2000.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Sobre a ITES/UFBA**. Disponível em: <<http://ites.colivre.net/Site/Institucional>>. Acesso em: set de 2013.

KUBO, O. M. e BOTOMÉ, S. P. Ensino-aprendizagem: uma interação entre dois processos comportamentais. **Interação em Psicologia, Curitiba**, v.5, p. 133-171, 2001.

LATOUCHE, S. Existirá uma vida após o desenvolvimento? **Estudos de Sociologia - Rev. do Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, v.16, n.2, p.217-230, 2010 (Tradução: Maíra Albuquerque)

LAVILLE, J. L. (org.) **L_économie solidaire: une perspective internationale**. Paris, Desclée de Brouwer, 1994.

LAVILLE, C. e DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MACHADO, N. M. C. **Karl Polanyi e o "Grande Debate" entre substantivistas e formalistas na antropologia econômica**. *Economia e Sociedade*, v. 21, n. 1, abr., p. 165-195, 2012.

MACIEL, A. S. **O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: um balanço do período 1988-2008**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2010.

MARIANI, M. A. P. e FISCHER, R. M As territorialidades de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no contexto de um sistema produtivo do turismo: um estudo de caso em Corumbá (MS). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v.7, n.2, p.412-433, 2014.

MAZZILLI, S. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.27, n.2, p. 205-221, maio/ago. 2011

MELO, C. K., MARTINS, J. R. Dimensões da Sustentabilidade. **Revista Amazônia legal: de estudos sócio-jurídico-ambientais**. Universidade Federal de Mato Grosso, Ano 2, n.3 (jan/jun – 2008) – Cuiabá: EdUFMT, 2008.

MELO NETO, J. F. Extensão universitária e produção do conhecimento. **Conceitos** (João Pessoa), João Pessoa - PB, v. 5, n.9, p. 13-19, 2003.

MENEZES, M. T. C. G. **Economia Solidária: elementos para uma crítica marxista**. Rio de Janeiro, Gramma, 2007.

MEZZACAPPA, G. G. **Relação Educação Ciência, Tecnologia e Sociedade e elaboração de programas de ensino**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

MOITA, F e ANDRADE, F. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, v.14, n. 24, 2009.

MOURA, E. P. G e ZUCCHETTI, D. T. Educação não escolar, universidades e educação popular: horizonte de novos desafios. **Educação Unisinos**, v.13, n.2, mai / ago 2009.

MOYA. R. **Limites à Economia Solidária: legitimidade e legalidade. O caso da cooperativa COOPERLIMP e seus impactos ao desenvolvimento territorial.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

NUMI-ECOSOL. **Economia Solidária e Contribuições das Universidades Públicas e dos Parques Tecnológicos:** Experiências do NuMI-EcoSol-Núcleo Multidisciplinar Integrado De Estudos, Formação e Intervenção Em Economia Solidária da Universidade Federal De São Carlos-Sp. (Apresentação em slides – Documento interno), 2015.

PERAFÁN, M. E. V. **O Território do Desenvolvimento e o Desenvolvimento dos Territórios:** o Novo Rosto do Desenvolvimento no Brasil e na Colômbia. Tese de Doutorado. Programa de Doutorado do Centro de Pós-graduação e Pesquisa sobre as Américas (CEPPAC), Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

PINTO, J. L. R. **Economia Solidária:** um elogio à associação em tempos de crise. Tese de Doutorado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ, Rio de Janeiro, RJ, 2004.

POLANYI, K. **The Great Transformation.** Foreword by Robert M. MacIver. Boston: Beacon Press, 1957.

PITAGUARI S. O. E CÂMARA M. R. G. As motivações e desafios para a consolidação da Economia solidária. In: BORINELLI B., SANTOS L. M. L. E PITAGUARI S. O. (Org.). **Economia Solidária em Londrina, aspectos conceituais e a experiência institucional.** Londrina: UEL, 2010.

RAMBO, A. G., FILIPPI, E. E. Das concepções clássicas á abordagem territorial: Para (re)pensar processos de desenvolvimento na agricultura familiar. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v.5, n.1, p.121-148, 2009.

RAYS, O. A. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista Cadernos de Educação Especial**, n. 21, p. 71-85, 2003.

SAYAGO, D. Os Conselhos de Desenvolvimento Territorial: entre a participação e a representação. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v.3, n.4, p.9-21, 2007.

SECRETARIA NACIONAL DE APOIO A ECONOMIA. **Editais da SENAES.** Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/editais/chamadas-publicas-6.htm>>. Acesso em: março de 2015.

SECRETARIA NACIONAL DE APOIO A ECONOMIA SOLIDÁRIA e FÓRUM BRASILEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **I Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária:** documento final. – Brasília: MTE, SENAES, SPPE, DEQ, 2006.

SECRETARIA NACIONAL DE APOIO A ECONOMIA SOLIDÁRIA e FÓRUM BRASILEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **II Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária:** documento final. – Brasília: MTE, SENAES, SPPE, DEQ, 2007.

SIEDENBERG, D. R. A Gestão do Desenvolvimento: ações entre a realidade e a utopia. In: D. F. BECKER e M. L. WITTMANN (Org.). **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

SINGER, P. **Curso de Introdução à Economia Política**. Rio de Janeiro, 5ª ed. Forense-Universitária, 1979.

SINGER, P. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Contexto, 2002.

SINGER, P. e SOUZA, A. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, J. F. **Sistematização: um instrumento pedagógico nos projetos de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <<http://goo.gl/oIVu3q>>. Acesso em: dezembro de 2014.

TAUCHEN, G. **O princípio da indissociabilidade universitária: um olhar transdisciplinar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão**. 147 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

TAUCHEN, G. e FÁVARO, A. O princípio da indissociabilidade universitária: dificuldades e possibilidades de articulação. **Linhas Críticas**, Brasília, v.17, n. 33, p. 403-419, 2011.

VASCONCELOS, T. A. C. **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

VECHIA, R. D., et al. A Rede de ITCPs - Passado, Presente e alguns Desafios para o Futuro. **Diálogo**, 18. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **ACIEPEs**. Disponível em: <<http://www.proex.ufscar.br/cursos>>. Acesso em: janeiro de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **REGIMENTO GERAL DA EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS: Resolução CoEx nº 03/2016, de 17 de março de 2016, 1999**. Disponível em: <<http://www.proex.ufscar.br/arquivos/normas-regras-e-outros/resolucao-coex-03-17-03-2016-regimento-geral-da-extensao.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2018.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad: Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANIN, M. **Proposição de diretrizes para políticas públicas em Economia Solidária como condição para desenvolvimento de território urbano: caso Jardins Gonzaga e Monte Carlo – São Carlos – SP**. Relatório Técnico, Projeto FAPESP Políticas Públicas – Fase II – Processo no. 2007/55393-6, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE I – Trajetória de estudantes que cursaram a ACIEPE quanto ao desenvolvimento de IC, TCC e Mestrado no âmbito da Economia Solidária

Curso de graduação do estudante	Títulos dos trabalhos ou pesquisas e ano de término		
	Iniciação científica	Trabalho de conclusão	Dissertação
Matemática	Ensino e Aprendizagem de Matemática para Empreendimentos Solidários: o caso de uma cooperativa de limpeza. 2010.	-	-
Matemática	A Matemática e seu contexto cultural: desenvolvimento de atividades junto à Marcenaria do Assentamento Rural Pirituba II em Itapeva-SP. 2011.	-	-
Terapia Ocupacional	Oficina integrada de geração de trabalho e renda: investigação sobre estratégia para formação de empreendimento econômico solidário. 2011.	-	-
Terapia Ocupacional	Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: um panorama da incubação de empreendimentos solidários que contam com a participação de usuários de serviços de saúde mental. 2012.	-	-
Engenharia de Materiais	Materiais didáticos manipuláveis feitos de madeiras residuais para ensino de Matemática: aproximações entre Educação Matemática, Engenharia e Economia Solidária. 2012.	-	-
Terapia Ocupacional	Terapia Ocupacional, Tecnologias Sociais e Economia Solidária: investigando o cotidiano de adolescentes usuários de álcool e outras drogas. 2013.	-	-
Enfermagem	Buscando compreender a relação entre trabalho cooperado, família, saúde, saúde mental e qualidade de vida em um empreendimento econômico solidário de catadores de resíduos. 2013.	-	-
Psicologia	O papel de ex-coordenadores de equipes de intervenção do NuMi-EcoSol na transmissão do conjunto de práticas da Economia Solidária. 2013.	-	-
Ciências Sociais	Sistemas de trocas indígenas e economia de mercado. 2005	Produção artesanal e dinâmica sociocultural entre os Kalapalo do Alto Xingu: elementos para a formulação de uma experiência de cooperativismo indígena. 2005	-

Psicologia	Organização de Demanda e Consumo no âmbito da Economia Solidária. 2004.	Aspectos envolvidos com organização de demanda de serviços e produtos de empreendimentos solidários. 2004.	-
Ciências Sociais	Empreendedorismo econômico cristão. 2013.	Empreendedorismo econômico cristão. 2013.	-
Terapia Ocupacional	Identificação do significado do trabalho para usuários de serviços de saúde mental inseridos em projetos de geração de renda vinculados ou não ao movimento da economia solidária. 2011.	-	A atuação dos terapeutas ocupacionais em experiências de geração de trabalho e renda no âmbito da saúde mental: estudo sobre a realidade do estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional) - Universidade Federal de São Carlos. 2014
Enfermagem	-	Qualidade de vida de trabalhadores de uma Cooperativa de Limpeza em São Carlos/SP. 2009.	-
Psicologia	-	Da orientação profissional à inserção laboral de usuários de serviços de saúde mental em empreendimentos econômicos solidários. 2010.	-
Engenharia de Produção	-	-	Variáveis de empreendimento econômico solidário organizado em cadeia produtiva que impactam no desenvolvimento local de um território urbano. Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana. Universidade Federal de São Carlos. 2011
Enfermagem	-	-	Saúde Mental e inclusão social pelo trabalho na perspectiva da Economia Solidária - a experiência dos integrantes do Recriart. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de São Carlos, 2009.
Engenharia de Produção	-	-	Incubação de Cooperativas Populares e Extensão Universitária - O Caso da INCOOP - Incubadora Regional de Cooperativas Populares da UFSCar. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos. 2010.
Engenharia Civil	-	-	Economia Solidária como estratégia de Desenvolvimento Territorial: a atuação da INCOOP no Jardim Gonzaga e entorno, São Carlos, SP. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.
Enfermagem	-	-	O processo de incubação de um empreendimento coletivo autogestionário de usuários de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) a experiência da equipe de incubação. Dissertação (Mestrado

			em Enfermagem) - Universidade Federal de São Carlos. 2011.
(não encontrado)	-	-	Autogestão e tecnologia em cooperativa de catadores (as) de resíduo: uma análise intersubjetiva sob a óptica do campo CTS. Dissertação (Mestrado em Ciência, tecnologia e sociedade) - Universidade Federal de São Carlos. 2011
Geografia	-	-	Cooperativas de catadores e parcerias com gestores públicos: aspectos promotores de autonomia. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de São Carlos, 2012.

APÊNDICE II - Trajetória de membros da equipe do NuMI-EcoSol quanto ao desenvolvimento de IC, TCC, Mestrado e Doutorado

Curso de graduação do estudante	Títulos dos trabalhos ou pesquisas e ano de término			
	Iniciação científica	Trabalho de conclusão	Dissertação	Tese
Terapia Ocupacional	Transtorno psicótico, trabalho e relações familiares. 2006.			
Matemática (USP)	A matemática e seu contexto cultural: a matemática na implementação de empreendimentos solidários de bairros carentes da cidade de São Carlos. 2008.			
Licenciatura em Ciências Exatas (USP)	A Matemática e seu contexto Cultural: desenvolvimento de atividades junto à Marcenaria do assentamento rural Pirituba II- em Itapeva -SP. 2008 e 2009.			
Engenharia de Produção	Identificação de novas oportunidades de parcerias entre empreendimentos econômicos solidários e Instituições e/ou Iniciativa Privada, da cidade de São Carlos, a partir de Resíduos de Equipamentos Elétrico-eletrônicos como ferramenta para geração de renda. 2011.			
Matemática (USP)	PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: para um grupo de fabricação de produtos de limpeza. 2012.			
Enfermagem	. Saúde, qualidade de vida e desenvolvimento territorial: um estudo em São Carlos, SP. 2012.			
Terapia Ocupacional	Jovens em medidas sócio-educativas: saúde mental e intervenção intersetorial em economia solidária. 2012.			
Bacharelado em Estatística	Auxílio na aplicação de materiais didáticos manipulativos no ensino e na aprendizagem de matemática do			

	Ensino Fundamental confeccionados com resíduos de madeira por Empreendimentos em Economia Solidária. 2012.			
Ciências Sociais	Empreendedorismo econômico cristão. 2013			
Matemática (USP)	PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: para os integrantes do Banco Comunitário. (Graduando em Licenciatura Em Matemática) - Universidade de São Paulo, USP - Programa Ensinar com Pesquisa. 2013.			
Psicologia	Impacto da participação em empreendimento econômico solidário sobre disposição em participar de novas atividades neste campo. (Graduando em Psicologia) - Universidade Federal de São Carlos, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. 2013.			
Ciências Sociais	Empreendedorismo econômico cristão. (Graduando em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. 2014.			
Enfermagem	SAÚDE, CIDADANIA E QUALIDADE DE VIDA: estudo das representações sociais de trabalhadores de uma Cooperativa Popular. 2005.	Cooperativa de trabalho, Saúde e Qualidade de Vida: um campo para a intervenção de enfermagem, 2005.		
Psicologia	Comportamentos e contingências comportamentais ao propor, planejar, implantar e implementar empreendimentos solidários: o desafio da cooperação em uma cultura competitiva. 2007.	Práticas de consumo e economia solidária: caracterização de comportamentos e de contingências. 2007.		
Enfermagem	SAÚDE, CIDADANIA E QUALIDADE DE VIDA: atuando	Qualidade de vida de trabalhadores de uma Cooperativa de Limpeza em São		

	com organizações populares.	Carlos/SP. 2009.		
Psicologia		Comportamentos de mediadores em processos de decisão na incubação de cooperativas populares. 2002.		
Psicologia		Contingências para comportamento verbal em cooperativas populares de trabalho. 2002.		
Engenharia Civil		A implantação e a Sistematização da Coleta Seletiva de Papel na UFSCar. 2002.		
Psicologia		Valor do reforço: identificação de condições associadas à manutenção de colaboradores em cooperativas populares de trabalho. 2003.		
Psicologia		Procedimento para elaboração de um código de condutas cooperativo em cooperativas populares de trabalho em incubação. 2003.		
Psicologia		Impactos da participação de pessoas em Cooperativas Populares de Trabalho sobre outras esferas de sua vida. 2004.		
Psicologia		Condições de trabalho relacionadas a prazer e sofrimento dos trabalhadores no âmbito de cooperativas populares. 2004.		
Psicologia		Processo de inserção de novos membros e sua influência sobre o trabalho coletivo em cooperativas: estudo de caso. 2004.		
Psicologia		Caracterização de liderança em empreendimentos autogestionários: o caso de uma cooperativa de limpeza. 2005.		
Psicologia		Formação, ruptura e reorganização de empreendimentos solidários: estudo de um grupo autogestionário de artesanato. 2005.		
Psicologia		Sistematização e análise do processo de constituição, consolidação e aspectos da evolução de uma cooperativa popular de limpeza. 2005.		
Psicologia		Avaliação dos impactos da organização		

		de pessoas para o consumo ético e solidário caso município de são carlos. 2005.		
Psicologia		Relações de amizade e relações no trabalho em empreendimentos solidários. 2005.		
Engenharia de Produção		Relações de comercialização na cadeia da reciclagem de resíduos domiciliares. 2006.		
Psicologia		Motivação para a capacitação por partes de membros de empreendimentos solidários populares. 2007.		
Psicologia		Inserção em empreendimentos de Economia Solidária e redução de desvantagem social: a situação de egressos de sistema penitenciário. 2007.		
Psicologia		ECONOMIA SOLIDÁRIA, COOPERATIVISMO E SAÚDE MENTAL. 2008.		
Psicologia		Autogestão e Economia Solidária. 2009.		
Engenharia Ambiental (USP)		Potential Learnings and Exchange to be Established between the British Social Economy and the Latin American Solidarity Economy Realities. 2014.		
Terapia Ocupacional		Análise de viabilidade de implantação de empreendimento econômico solidário constituído por familiares de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. 2014.		
Engenharia Civil			Economia Solidária, Cooperativa de Catadores de Resíduos Recicláveis e o Poder Público Municipal: uma experiência no município de Jaboticabal-SP. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana. 2005.	
Engenharia de Produção			A Utilização dos Métodos de Planejamento Participativo durante o Processo de Incubação de Cooperativas Populares. Programa de	

			Pós-Graduação em Engenharia Urbana. 2007.	
Engenharia de Materiais			Prospecção de Oportunidades para Cooperativas de Catadores da Região de São Carlos - SP na Reciclagem de Plásticos. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Materiais. 2007.	
Economia (USP)			Economia Solidária e Desenvolvimento Local: uma reflexão preliminar dos programas do Governo Federal no Período 2003-2007. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana. 2008.	
Ciência Sociais (UNB)			Empreendimentos econômicos solidários de catadores no estado de São Paulo: cadeias produtivas de resíduos, processos tecnológicos e parcerias produtivas de resíduos, processos tecnológicos e parcerias. Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade. 2010.	
Direito (UNIRP) e Administração (FACEA)			A presença de processos autogestionários nos empreendimentos de Economia Solidária pesquisados pelo SIES e a contribuição no campo CTS. Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade. 2012.	
Matemática (UNESP)			Etnomatemática e Economia Solidária: o caso de um grupo de produção de sabão caseiro. Dissertação (Mestrado em Educação Para a Ciência) - Faculdade de Ciências de Bauru. 2012.	
Pedagogia (CEUCLAR)			Conversão do conhecimento: estudo de caso em incubadora universitária de empreendimentos de economia solidária. Programa de Pós-	

			Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade. 2012.	
Arquitetura e Urbanismo - USP			Produção autogestionária de janelas e adequação sociotécnica. Caso: Marcenaria Coletiva de Mulheres, assentamento Pirituba II, Itapeva/SP. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. 2013.	
Ciências Sociais (USP)			A experiência educativa de um banco comunitário na periferia de São Carlos/SP. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2019	
Psicologia			Economia solidária e dinâmica familiar de catadores de materiais recicláveis: um estudo no campo Ciência, Tecnologia e Sociedade. Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade. 2014.	
Engenharia Física			Bancos comunitários e redes de iniciativas de economia solidária: proposição de diretrizes metodológicas. Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade. 2014	
Terapia Ocupacional				Pessoas com deficiência organizando-se em cooperativas: uma alternativa de trabalho. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. 2004.
Terapia Ocupacional				Trabalho, reabilitação psicossocial e rede social: concepções e relações elaboradas por usuários de serviços de saúde mental envolvidos em projetos de inserção laboral. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem Psiquiátrica. Universidade de São Paulo. 2009.

APÊNDICE III - Lista de ACIEPEs ofertadas no segundo semestre de 2010

Campus	Área temática principal	Nome da ACIEPE	
Araras	Meio Ambiente	Educação Ambiental Popular em Meio Rural	
São Carlos	Educação	A Construção de Objetos Matemáticos	
		A Matemática na Educação Infantil: Reflexões Teóricas e Metodológicas na Formação e na Atuação de Professores	
		Comunidades de Aprendizagem - Articulação entre Escola e Comunidade	
		Dança Circular Sagrada Tradição e Cultura	
		(D)Eficiências, Televisão & Currículo Formativo de Professores	
		Educação Ambiental: Ambientalizando e Politizando a Atividade Sócio-Educativa	
		Encontros de Educação Matemática	
		Planejamento, Implementação e Análise de Programas de Estudo de Matemática	
		Utilização e Desenvolvimento de Ontologias para a Representação de Recursos Informativos	
		Trabalhos Comunitários	
		Direitos Humanos e Justiça	Caminhadas: A História de Vida como Releitura da Realidade
	Direitos Humanos pelo Cinema		
	Subsídios Sociológicos para a Administração de Abrigos Provisórios		
	Trabalho		Cooperativas Populares e Economia Solidária: Produção de Conhecimento, Intervenção Profissional e Formação de Profissionais
			Criação De Dinâmicas de Grupo com Crianças e Jovens em Situação de Risco Pessoal e Social: Uma Contribuição da Terapia Ocupacional
	Saúde		Educação, Saúde e Qualidade de Vida na UFSCar
			Meditação Aplicada à Saúde e à Redução do Estresse
	Comunicação	Estudos em Letramento e Multiculturalismo	
	Cultura	Estudos Teatrais	
		Fazendas Paulistas: Descobrendo suas Múltiplas Dimensões	
	Sorocaba	Educação	Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental
			Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa para Indígenas e Estrangeiros
			Práticas Docentes: Compartilhar e Vivenciar

Fonte: adaptado do Sistema ProEx Web